

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XV • Cr\$ 11.500,00

# CADERNOS

## DO TERCEIRO MUNDO

152

**EXCLUSIVO:**  
**PRESIDENTE CHISSANO**

# A FAVELA NÃO É MAIS AQUELA

**ISRAEL:  
VITÓRIA TRABALHISTA  
ABRE NOVA ERA**

**CRISE POLÍTICA  
LEVA BRASILEIRO  
À DEPRESSÃO**

**OS DILEMAS DA MULHER**

# Argamassa Armada.



## O modo mais concreto de construir com rapidez e baixo custo.



A argamassa armada é um processo pioneiro, desenvolvido pela Riocop que combina areia, cimento e tela de aço.

O resultado são peças pré-moldadas que garantem, além de um custo 30% mais baixo do que as estruturas convencionais de concreto, maior rapidez na montagem e uma adequação perfeita a qualquer tipo de terreno.

Graças a esta revolucionária tecnologia, em apenas 5 anos a Riocop já construiu 2 CIACs (tem mais 3 em andamento, com uma previsão de 21 para 1992), mais de 50 escolas, 30 casas da criança, 30 postos de saúde, diversas casas comunitárias, creches, CIEPs e uma série de outras obras em benefício da população.

Hoje a Riocop fabrica mensalmente 900m<sup>3</sup> de argamassa armada que equivalem a 6 mil m<sup>2</sup> e produz, além de peças para edificação, abrigos de ônibus, caixas d'água, bancos de jardim, diversos equipamentos urbanos e componentes para saneamento básico.

Da próxima vez que você for construir, contrate os serviços de

quem lidera a tecnologia da argamassa armada no País.

E se você quiser, a Riocop também instala em poucas semanas uma fábrica da argamassa armada em seu estado.

Para seu esclarecimento, escreva para o nosso endereço e solicite, sem compromisso, maiores informações.

## **RIOCOP**

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS  
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro  
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965





**ESTORVO**  
Chico Buarque  
Narrado em primeira pessoa, Estorvo se mantém constantemente no limite entre o sonho e a vigília, projeções de um desespero subjetivo e crônica do cotidiano. E o olho mágico que filtra o rosto do visitante misterioso talvez seja a metáfora da visão deformada com que o narrador seguirá sua odisséia.  
141 p. E-254 Cr\$ 59.400,00



**NÓS DIZEMOS NÃO**  
Eduardo Galeano  
A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Estas são algumas questões queimantes que o autor de *Veias abertas da América Latina* procura desatar nesta obra. 88p.  
E-226 Cr\$ 26.000,00



**O ENIGMA AMAZÔNIA**  
Desafio ao Futuro  
Miranda Neto  
Para o autor, que é economista, com pós-graduação em economia rural no Brasil e Estados Unidos, o desenvolvimento da Amazônia deve adaptar as técnicas modernas às condições ambientais, com a preocupação de servir ao país e não apenas aos grandes interesses econômicos.  
144 p. E-235 Cr\$ 38.700,00



**SUBDESENVOLVIMENTO**  
Por que somos tão pobres?  
Rodolf H. Strahm  
Rodolf H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo.  
221 p.  
E-230 Cr\$ 26.950,00



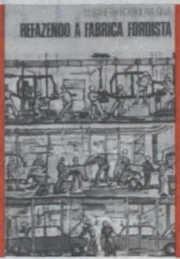
**ESCRITOS INDIGNADOS**  
Herbert de Souza (Betinho)  
O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade. 144 p.  
E-232 Cr\$ 30.000,00



**AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA**  
Eduardo Galeano  
(33ª edição)  
Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento. 307p.  
E-247 Cr\$ 70.000,00



**UMA CHAMA NA AMAZÔNIA**  
Jean-Pierre Leroy  
Reconstituindo a saga dos trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, o autor apresenta um quadro completo da realidade econômica da Amazônia.  
E-238 Cr\$ 31.640,00



**REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA**  
Elizabeth Bortolaia Silva  
Partindo da análise comparativa entre uma fábrica Ford no Brasil e na Inglaterra, a autora discute os rumos da economia mundial. 394 p.  
E-239 Cr\$ 40.000,00

**QUERIDA ILHA**  
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução. A saúde em Cuba, etc.  
E-240 Cr\$ 52.400,00

**O LIVRO DOS ABRAÇOS**  
Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente. 217 p.  
E-243 Cr\$ 44.000,00

**CHE-PARRA — Latino-América**  
Piedade Carvalho

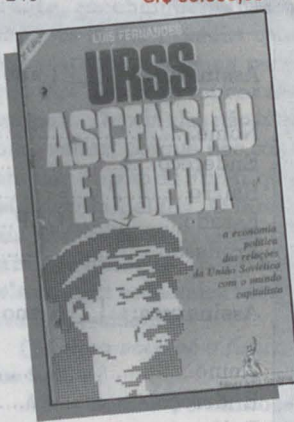
"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança." Sérgio Ricardo  
100 p. E-223 Cr\$ 20.000,00

**O PILÃO DA MADRUGADA**  
Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou. Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". José Louzeiro 464 p.  
E-208 Cr\$ 25.000,00

**DESENVOLVIDO PARA A MORTE - Repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo**  
Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem um planejamento adequado, leva a aberrantes desequilíbrios na distribuição da renda mundial. O modelo neoliberal, aplicado a nossos países, acaba por privilegiar os interesses das classes altas do Terceiro Mundo, das corporações multinacionais e dos países ricos. 240 p.  
E-245 Cr\$ 55.000,00



**URSS - ASCENSÃO E QUEDA**  
Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo. 270 p.  
E-256 Cr\$ 35.000,00



**Leia** O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo.

**e Assine**

*Gratis*  
Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: até 25.09.92

# ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

REVISTA MENSAL BRASILEIRA DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE • ANO 2

**AMAPÁ** A beleza extremo



**ÍNDIOS KAIOWÁS: A MORTE COMO OPÇÃO**

## PEDIDO DE ASSINATURA

ANUAL: Cr\$ 150.000,00     2 ANOS: Cr\$ 300.000,00

NOME: .....

ENDEREÇO: .....

BAIRRO: .....

CIDADE: ..... CEP: .....

ESTADO: ..... TEL: .....

PROFISSÃO: .....

Pagto. por: ( ) Ch. Nominal    ( ) V. Postal - Ag. Lapa

( ) Reembolso Postal    ( ) CREDICARD

Autorizo débito no meu CREDICARD N°

Data: / /

Validade: até 25.09.92

Comprador

## PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

ANUAL: Cr\$ 150.000,00     2 ANOS: Cr\$ 300.000,00

**PRESENTE** NOME: .....

ENDEREÇO: .....

BAIRRO: .....

CIDADE: ..... CEP: .....

ESTADO: ..... TEL: .....

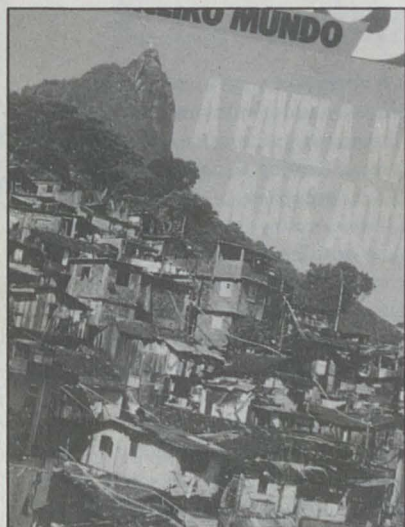
PROFISSÃO: .....

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Telex: 21 33054 CTMB BR  
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455

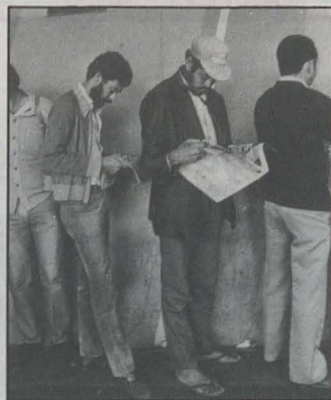
**CAPA:**

## Mudança na Favela

Muita coisa nova acontece nas favelas cariocas, que se urbanizaram e estão se transformando numa alternativa de moradia para a classe média que não consegue pagar os altos aluguéis. Enquanto isso, os mais pobres estão deixando os morros e indo morar nas ruas



Páginas 8 a 16



Principal força política da Nicarágua, a Frente Sandinista vive o desafio de ter que dar respaldo ao governo de Violeta Chamorro sem perder o seu caráter opositor

31



A crise política e econômica e o desemprego estariam levando um número cada vez maior de brasileiros a ficarem deprimidos

20



O assédio sexual continua sendo um tema tabu nas sociedades islâmicas e levará tempo até que possa ser discutido abertamente

53

## SUMÁRIO

### 2 PANORAMA NACIONAL

#### POLÍTICA

7 Avanço eleitoral

#### 5 CARTAS

#### CAPA

8 A favela não é mais aquela

11 Quem mora na rua?

13 Em busca da utopia

14 Do apartamento ao barraco

16 Viva o favelado brasileiro!

#### REFORMA AGRÁRIA

18 Fazenda Casas Altas

#### SAÚDE

24 A água da vida

26 Desnutrição

#### MINORIAS

30 Por uma nova imagem do índio

#### AMÉRICA LATINA

31 Nicarágua: A encruzilhada sandinista

34 México: Mistura explosiva

#### ÁFRICA

35 Moçambique - Chissano: "Para nós, desenvolvimento significa bem-estar para a população"

#### ÁSIA

40 Camboja: Terra arrasada

41 Hong Kong: Os suicídios infantis

#### ORIENTE MÉDIO

42 Israel: Um peso para os Estados Unidos

#### SAÚDE

47 Estados Unidos: O tabu dos preservativos

#### CIÊNCIA

48 Ozônio: No banco dos réus

#### COMPORTAMENTO/MULHER

50 Filipinas: De volta os "sex-tours"

51 Coreia: Adultério à coreana

#### PÁGINA ABERTA

53 Democracia: de quem e para quem?

#### 55 PANORAMA INTERNACIONAL

**E**xpressiva manifestação a favor da Petrobrás e da manutenção de seu monopólio foi realizada pela Associação dos Engenheiros da estatal (Aepet), no Rio, tendo por motivo a comemoração da premiação Off-shore Technology Conference (OTC), atribuída à empresa por sua liderança mundial no desenvolvimento de técnicas de exploração petrolífera em águas profundas.

Lideranças políticas de diversas tendências, como o prefeito carioca Marcello Alencar, os deputados Miguel Arraes e Waldir Pires, os governadores Roberto Requião, do Paraná, e Albuíno Azeredo, do Espírito Santo, João Amazonas e Euzébio Rocha, este o autor do projeto que criou a Petrobrás, realçaram o simbolismo da estatal do petróleo como um sucesso da criatividade e tenacidade do povo brasileiro. "O desenvolvimento é irrenunciável e depende somente de nós retomá-

## Liderança tecnológica

FOTO: J.M.FARIA



Barbosa Lima Sobrinho, Requião, Marcello, Euzébio Rocha, Albuíno e João Amazonas prestigiaram a festa da Petrobrás

lo", assinalou o deputado Waldir Pires. "A nação precisa dizer não à privatização das empresas estatais, como a Petrobrás, estratégicas para o futuro da economia brasileira", advertiu o governador Albuíno Azeredo.

O governador Roberto Requião, por

sua vez, relatou recentes contatos com autoridades japonesas, nos quais lhe foi imposta, como condição para empréstimos, a privatização do porto de Paranaguá. "O que eles pregam é um neoliberalismo de exportação pois ficaram com riso amarelo quando lhes perguntei qual era a experiência deles com portos privatizados no Japão. Lá não há portos privados", disse Requião. "Modernizar, adaptar a novas necessidades, sim. Privatizar, entregar o que a nação construiu, nunca." O prefeito Marcello Alencar prometeu que as escolas cariocas passarão a hastear a bandeira da

Petrobrás, ao lado da bandeira nacional, como forma de estimular o patriotismo e a consciência nos alunos. "Devemos defender a Petrobrás e as riquezas nacionais contra os interesses estrangeiros", disse, por sua vez, Miguel Arraes.

## Cesto de prejuízos

**A**o mesmo tempo em que comemora uma premiação que atesta sua alta eficiência e modernidade, a Petrobrás vem contabilizando números inquietantes: são os débitos e custos extras que o governo federal joga em suas costas. Será que querem quebrar a companhia, para justificar a eventual privatização de um empreendimento estatal de inegável sucesso?, pergunta-se nos corredores da Petrobrás.

Até junho, o governo federal devia à Petrobrás um total de 3 bilhões de dólares e não demonstra intenção de pagar, apesar da determinação, desde dezembro, do Tribunal de Contas da União, para que salde a dívida. É um débito quase todo feito no governo Collor: em 27 meses, pulou de 500 milhões de dólares para os atuais 3 bilhões. Além disso, o subsídio à nafta representa perda de receita de 500 milhões de dólares por mês, enquanto a comercialização do álcool faz a companhia perder 60 milhões de dólares mensais. A Petrobrás compra o barril de

óleo a 20 dólares, mas é obrigada a revendê-lo, internamente, a apenas 14 dólares, assumindo um prejuízo de 6 dólares/barril. O óleo nacional, por sua vez, é contabilizado pelo governo a apenas 8 dólares, reduzindo drasticamente a remuneração da empresa.

Em consequência, este ano os acionistas minoritários não deverão receber dividendos, pela primeira vez nos 38 anos da empresa, que já foi obrigada a reduzir seus investimentos em mais de 65%, baixando de 2,9 bilhões de dólares para apenas 1 bilhão, espalhando recessão para centenas de empresas que lhe prestam serviços.

Outro descalabro atribuído ao governo federal é a instabilidade administrativa da Petrobrás: em 27 meses, Collor trocou o presidente da Petrobrás seis vezes (um a cada quatro meses, em média) e nomeou 18 diretores diferentes, modificando a gerência da gigantesca estatal diversas vezes.



## Velhinhos descontentes



Embora satisfeitos com a medida do governo federal, que estende o reajuste de 147% a todos os aposentados do país, os dirigentes da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Rio estão agora empenhados em manter a categoria mobilizada para a luta contra a privatização da Previdência Social, por entenderem que esse é o objetivo do Planalto.

A alegação de falta de recursos para atender aos compromissos do INSS, na opinião dos ido-

sos, não procede. Basta, frisam, que o próprio governo e as prefeituras inadimplentes saldem seus débitos, e que o INSS proceda à cobrança junto às empresas privadas devedoras da Previdência.

As próximas batalhas serão pela manutenção da aposentadoria por tempo de serviço e contra a aposentadoria por idade, e pela defesa do valor das pensões, ameaçado pelo ajuste fiscal proposto pelo governo.

## Números da crise

Em nove anos (1981-89), a crise econômica instalou-se no país, na esteira do estrangulamento externo. O Brasil tornou-se mais impaciente: as mortes por causas violentas subiram quase 50%. No segundo ano da década, as mortes violentas tinham chegado a 58 mil, enquanto no último ano atingiram 85 mil pessoas. Sintomaticamente, as maiores vítimas são os jovens, entre 15 e 29 anos, que representam 39,5% das vítimas.

Entre mortos com idade de 15 a 24 anos, a maioria (53%) foi vítima de causas violentas e é formada por pessoas do sexo masculino (87%). Os dados constam das Estatísticas do Registro Civil/89, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já lançadas.

Outro dado significativo da chamada "década perdida" refere-se à procriação: os anos 80 terminaram exibindo uma taxa de natalidade 10% menor que a do início do período (baixou de 2,8 para 2,6 milhões de nascimentos/ano). Com um detalhe: cresceu em 10% o número de adolescentes que se tornaram mães (foram 371 mil no início da década e 407 mil no final). E pulou de 4,5 mil para 8,1 mil (80%) o número de meninas abaixo de 15 anos que tiveram filhos.

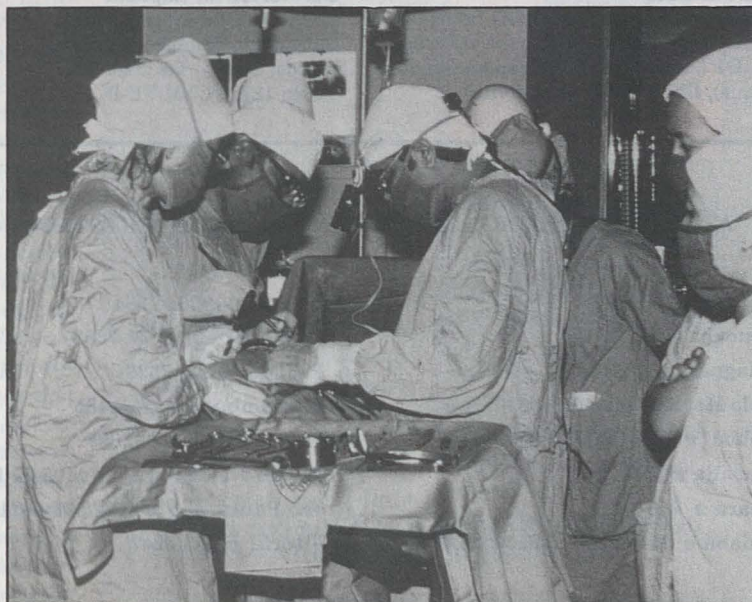
Em 1989, as separações judiciais e divórcios somaram 66 mil entre os casais com menos de 10 anos de vida em comum. Os operosos paulistas produziram 40% desse resultado; a recatada Minas, 10%; os vigorosos gaúchos, 8%; e os alegres cariocas apenas 7%.

## Ética médica

A Associação das Vítimas de Erros Médicos (Asverm) já ultrapassou a marca dos 200 processos contra médicos que causaram danos à saúde de pacientes por imperícia em cirurgias, diagnósticos incorretos, medicação inadequada e omissão de tratamento, entre outros crimes. A presidente da entidade, advogada Celina Destri, ela própria vítima de um erro que resultou no seccionamento do ureter, conseguiu, no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremj), uma censura à cirurgia que a operara.

A massificação do ensino superior, a falta de vocação, a inobservância dos princípios éticos que regem a profissão e a impunidade são, a seu ver, os fatores que mais contribuem para a e proliferação dos erros médicos no Brasil.

Como solução para o problema, ela defende reformas estruturais, o fortalecimento das instituições democráticas e o fim do ciclo da impunidade reinante no país.



## CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

### EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio e Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 Redação, 232-1759 / 232-3372 Administração

Tel: (021)507-2203 Publicidade e Marketing (021)252-7440 Assinaturas

Fax: 55 21 252-8455 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

### CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães, Elias

Fajardo e Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro

(Brasil), Henry Pease García (Peru),

Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan

Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil),

Roberto Bardini (México), Carlos Pinto

Santos (Portugal), Cristina

Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho

(São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel

(Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

REVISÃO: Cléa Márcia Soares e Valdenir

Peixoto. DEPTO. DE ARTE: Tell Vilhena

(editor), Carlos Gomes (capa e projeto

gráfico), Silvia H. Pompeu, Sylvio Paixão,

João C. Monteiro. FOTOS: France Press,

André Louzeiro, Hélio Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:

Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana

Iooty, Roberto de Oliveira, Alba Caldas,

Silvia Arruda e Mônica Pérez

BANCO DE DADOS E EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia),

Andréa Corrêa e Kátia Prado

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

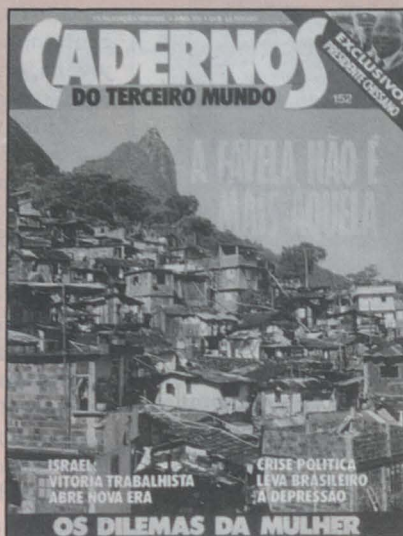
Mauro Mendes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Iraque), IPS (Inter Press Service),



Capa: Carlos Gomes (Criação) e J. R. Ripper (foto)

SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados.

Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP)

### • SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

## INTERCÂMBIO

- *Elias de Oliveira Filho*  
Rua Beira Serra, 295  
25250 Xerem - RJ
- *Maria Bernadete de Almeida*  
Rua Padre Faustino 345 - Nova Vista  
31080 Belo Horizonte - MG
- *Milena Monteiro*  
Rua Costa Gomes, 71 - Jardim Marconal  
75900 Rio Verde - GO
- *Carla R. S. Campos*  
Av. Mato Grosso, 96  
78000 Cuiabá - MT
- *José Arimá Rocha Brito*  
Rua Padre Guerra, 1161 - Parquelândia  
60455 Fortaleza - CE
- *Euclides José Carlos*  
Caixa Postal 3677 F.A.T.  
Luanda R.P.A.
- *Gilmara Silva*  
Av. Nereu Ramos, 515  
Caixa Postal 25  
88380 Piçarras - Santa Catarina
- *Omar Corcho Abreu*  
Apartado Postal # 3  
Cumanayagua C.P. 57600  
Cienfuegos - Cuba
- *José Wanderley Borges*  
Rua Glaziou, 83 - ap.302  
20750 Pilares - RJ
- *Sônia M. B. Ferreira*  
Caixa Postal 31  
87480-000 Maria Helena - PR
- *José Cláudio Gonçalves da Silva*  
Caixa Postal 61119  
21610-220 Rio de Janeiro - RJ
- *Luciano Carlos da Cruz*  
Tr Tenente José Joaquim, 1052  
Centro  
37950-000 São Sebastião do  
Paraíso - MG
- *Elizabeth Tavares*  
Rua Gilberto Freire Qd 30 Lote 6  
Cidade Satélite S. Luis  
75300 Aparecida de Goiânia - GO
- *Juarez Galvão Mendes*  
Rua Dr. Ton, 61  
37950 São Sebastião do Paraíso -  
MG - Brasil
- *Aguinaldo Nunes da Conceição*  
Rua Beco do Adão 86  
Bairro João Mariano  
36570 Viçosa - MG
- *Ana Cláudia Menezes*  
Rua da Palestina 17  
88025-080 Florianópolis - SC
- *Elisete do Nascimento*  
Rua Boreal 90/203  
Caiçara  
30750 Belo Horizonte - MG
- *Comitê pela Libertação  
da Lâmia RJ*  
Sede do Sindicato dos Economistas  
Av 13 de maio 23/1608  
20031 Rio de Janeiro - RJ

### ASSINATURAS: REPRESENTANTES NOS DIFERENTES ESTADOS

♣ Acre ☎ 542-2329

♣ Aracaju ☎ 211-1912

♣ Alagoas ☎ 521-4047

♣ Belo Horizonte ☎ 224-3610

♣ Belém ☎ 222-7286/222-7203

♣ Brasília ☎ 226-2202

♣ Ceará ☎ 245-1679

♣ Cuiabá ☎ 321-3529/316-8356/322-7442

♣ Curitiba ☎ 254-2384

♣ Florianópolis ☎ 44-7683

♣ Paraíba ☎ 322-7536

♣ Pernambuco ☎ 231-1485

♣ Porto Alegre ☎ 27-1025

♣ Rio de Janeiro ☎ 252-7440/252-1742

♣ São Paulo ☎ 573-8562/571-9871

♣ Vitória ☎ 229-9247



## Saúde para os Yanomami

A CCPY – Comissão pela Criação do Parque Yanomami – abriu uma nova fase de atendimento de saúde aos Yanomami. É o Projeto de Saúde Yanomami Área 15, que amplia os trabalhos do Projeto Demini, implantado em 1990. O objetivo é fazer a colocação imediata da assistência contínua à saúde dos índios. Para isso, já foi iniciada a construção de uma pista de pouso, perto da qual está sendo levantada a nova base médica. Desde fevereiro, estamos contactando instituições governamentais e não-governamentais (Funai, MNTB – Missões Novas Tribos do Brasil, Fundação Nacional da Saúde), além de possíveis agências financiadoras, a fim de garantir a implementação cooperativa e breve do projeto.

A exemplo do Projeto Demini, que reduziu em 80% os casos de malária da região em apenas um ano, o Projeto Área 15 quer ampliar o raio de ação do serviço de saúde, para reverter o grave quadro atual em que se encontra a comunidade Yanomami.

**Comissão pela Criação do Parque Yanomami**  
São Paulo – SP

## Contra o sistema

Na atual crise político-econômica que o país atravessa, e no momento em que os parlamentares falam em

impeachment, seria interessante voltarmos no tempo, à época feudal. Naqueles tempos, quando a tirania do rei chegava a níveis intoleráveis, os camponeses rebelavam-se e o derrubavam, colocando outro em seu lugar. Não haviam ainda compreendido que a culpa não estava apenas na figura do rei, mas no próprio sistema monárquico. O fato repete-se nos dias de hoje. Temos que entender que o senhor Fernando Collor não é o único culpado, mas sim todo um sistema baseado na exploração da classe trabalhadora.

O momento nos leva a gritar não apenas “Fora Collor”, mas também fora todo esse sistema de exploração.

**José Clarício Gonçalves**  
Rio de Janeiro – RJ

## Lei injusta

Dispositivo dos mais injustos da atual Constituição Federal é aquele que estabelece: “Os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal (art. 101, parágrafo único)”. O Supremo, sendo órgão máximo da Justiça, deveria estar livre de qualquer ingerência dos políticos, sob pena de se transformar em cabide de empregos para parentes. Pela Constituição, o Supremo tem seus cargos preenchidos na mesma forma injusta dos Tribunais de Contas, para gáudio dos mais privilegiados. Collor reconduz Francisco Rezek ao Supremo, de cujo cargo, anteriormente, este havia pedido exoneração. Tem sido, porém, de boa norma moral a não recondução para cargo do qual se pediu exoneração.

O Supremo deveria ser o templo sagrado da Justiça e não trampolim para cargos do Executivo. O que causa estupefação, entretanto, é o silêncio da imprensa e dos integrantes da Justiça do país sobre este assunto.

**Antônio Satúrnio**  
Perdizes – SP

## Propaganda

A monótona propaganda política repetitiva, que todas as noites, no horário nobre, faz com que as televisões e os rádios descansem, trazem sempre o tédio e a reprovação. Não é crível que só os candidatos ao Executivo tenham oportunidade de expor suas idéias. O eleitor também quer saber o que os futuros legisladores pretendem fazer, quando eleitos. Mas esses pretendentes à representação

da soberania não têm ocasião de pôr em evidência uma parte mínima do seu programa. Passam pela televisão ou rádio como relâmpagos. Só os candidatos a governador, ou os donos do partido falam, e falam repetitiva, exaustiva e irritantemente daquilo que o ouvinte já está saturado de saber. Um é candidato de bolso do colete, com pouca probabilidade de vitória. Outro representa o passado e vem mostrando o pouco do muito que deveria ter feito. Outro surge em nome de um ancestral que foi líder. E assim, dominando o horário político, os donos de partido não permitem que o ouvinte possa saber em quem votar. No horário nobre, o povo deixa de ver Tv ou rádio. Só resta ler jornal ou livros em busca da cultura que a televisão não dá.

**Cristóvão Fernandes**  
São Paulo – SP

## Separatismo

“Do Oiapoque ao Chuí” é uma frase que exalta o Brasil em sua grandeza. Mas agora ela pode ser modificada para do Oiapoque ao Ipiranga e do Ipiranga ao Chuí, como desejam os separatistas sulistas. E alguns nortistas também.

Uma revista semanal alardeou a idéia separatista. Com essa idéia de secessão, provocação e preconceito, não atino quem perderia mais: se o Sul, se o Norte, se o Brasil. Espero e desejo que não transformem esta polêmica em guerra, como aconteceu na América do Norte. Devemos analisar aquela grande lição histórica. O bom senso indica que devemos manter a unidade brasileira, desenvolvermos e impormo-nos perante



o contexto de nações do planeta. Urge é implantar uma política financeira justa para todo o país, corrigir as distorções, os erros e descaminhos. E os brasileiros, não só os políticos mas o cidadão comum, devem se conscientizar, moralizar o procedimento e a ética.

**Jorge Moreira Julião**  
Belém – PA

# COISAS DE VALOR

*Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.*

*O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.*

**MERCANTIL** 

**O Banco que dá valor a você.**

# Avanço eleitoral

*Maior rapidez na apuração contribui para a verdade das urnas*

## Procópio Mineiro

O pleito de 3 de outubro próximo traz ao processo político brasileiro uma novidade que pretende render bons frutos para a veracidade dos resultados eleitorais. Trata-se da apuração imediata dos votos, logo após o encerramento da votação, às cinco da tarde, pela própria mesa receptora, que, automaticamente, se transforma em mesa apuradora. Em menos de duas horas, os cinco ou seis mesários, sob a fiscalização de representantes partidários e com o possível acompanhamento dos eleitores da seção, terão a possibilidade de apurar aqueles 300 a 500 votos, no máximo, que contera cada urna.

Rapidez e democracia na apuração da vontade daquele micro-eleitorado contribuirão, certamente, para um somatório final mais límpido do que o proporcionado até hoje pelo sistema de apurações concentradas em juntas diminutas, encarregadas, por dias e dias – e às vezes por semanas – de apresentar, cada uma, os resultados de centenas de urnas.

**Verdade eleitoral** – A pulverização da contagem pelas seções receptoras cria a possibilidade de redução do nível de erros, em parte provocado pela excessiva carga de trabalho imposta às juntas apuradoras, até a última eleição. Permite, igualmente, melhores condições de fiscalização e de respeito ao voto, tornando mais difícil, em princípio, a fraude.

O ato mais simbólico e efetivo da cidadania é o pronunciamento que cada indivíduo tem o direito de proferir nos

pleitos em que se definem preferências por idéias, programas e estilos administrativos. Nada mais frustrante, em nível pessoal, e desmoralizante em termos políticos do que saber que, com certa frequência, segundo as denúncias comuns nos períodos eleitorais, votos mudam de cor, de direção ou de destino, ao sabor de erros ou má fé de apuradores.

*A apuração simultânea de votos em pequenos lotes, em cada seção, vai permitir acabar com vários truques eleitorais*

Não há possibilidade de se construir democracia ou cidadania sem que a verdadeira manifestação do eleitorado seja acolhida limpamente, detalhadamente, em seus variados matizes, de forma a produzir maiorias e minorias que correspondam às maiorias e minorias reais da sociedade.

O sistema que se está abandonando – a apuração de dezenas e dezenas de milhares de votos por pouquíssimas pessoas – significava uma concentra-

ção, tanto mais perigosa quanto mais manipulável se fazia a eventuais jogos de mídia, quando a opinião pública se defrontava com resultados pré-anunciados surpreendentes.

**Preparação** – Com alguma frequência, trabalhava-se previamente a opinião pública para uma expectativa negativa, quanto a comparecimento ou índices de votos nulos e brancos, justificando-se assim a súbita queda de um ou outro candidato. Preconceitos como o de que a massa pobre anula o voto por ignorância têm sido esgrimidos, quando a preferência desse eleitorado pobre se volta para o setor progressista. O argumento é esquecido, quando o eleitorado pobre se identifica com um candidato da direita. Truques desse tipo perdem sua eficácia, com a apuração simultânea dos votos em pequenos lotes, em cada seção, num ambiente menos constrangedor para a fiscalização de partidos e eleitores.

O novo método, que deverá ser dominante no pleito de 3 de outubro, não é imune a problemas, porém. Deve-se levar em conta que todo o sistema deve ser devidamente preparado. Mesários-apuradores, fiscais partidários, representantes da Justiça Eleitoral e até mesmo os eleitores devem receber amplos esclarecimentos e, conforme o caso, adequada preparação. Um esquema de arruaças eventualmente programadas pode desmoralizar a segurança e a eficácia do novo sistema, o que só viria a beneficiar os setores interessados em manter intatas as possibilidades de manipular resultados eleitorais.

# A favela não é mais aquela

Maria Helena Guimarães Pereira



O progressivo empobrecimento da população, o aumento do desemprego, que este ano vem atingindo as mais altas taxas da história do país, a forte recessão, praticada pelo governo federal em nome do neoliberalismo, e a inexistência de uma política habitacional fizeram surgir em todo o país novas favelas e aumentaram o contingente de população de rua. No Rio de Janeiro a “nova favela” tem características bem diferentes daquelas existentes nas décadas de 50 a 70. Agora, a favela é ocupada pela classe média pauperizada. O migrante e o biscateiro foram expulsos de seu antigo espaço de moradia e obrigados a se mudar para a rua, formando um contingente que cresce a cada dia.

O surgimento da “nova favela” foi detectado por Lícia Valladares, professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Em abril deste ano, ela publicou nos Estados Unidos, em co-autoria com a socióloga Rosa Ribeiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, um estudo intitulado “The return of favela: recent changes in intrametropolitan Rio”, no qual são analisados os impactos da modernização, a reestruturação e o fim da bipolarização nos núcleos favelados.

Lícia decidiu retomar o tema – sua tese de doutorado sobre o assunto transformou-se no livro *Passa-se uma casa*, publicado em 1978 – porque verificou que as favelas estão se revigorando. A “nova favela”, como ela denomina, está consolidada, e muitas já contam com diversos serviços públicos, como água, luz, coleta de lixo e agências dos Correios. Algumas, como a Rocinha, na Zona Sul da cidade, têm butiques de roupas, academias de ginástica e de judô, locadoras de vídeo, bancos, dentistas, médicos e até laboratórios de análises. Toda essa estrutura comercial reflete o padrão de consumo da população local. Os barracos de-

*Os morros se urbanizam e a rua passa a abrigar famílias inteiras que já não conseguem pagar o aluguel dos barracos*

ram lugar a casas de alvenaria, que ganharam com o tempo dois ou três andares, adquirindo o aspecto de pequenos edifícios. Ao contrário do passado, grande parcela dos moradores é de locatários. São pessoas de baixa classe média – motoristas de táxi, funcionários públicos, comerciários, operários da construção civil, técnicos em serviços de manutenção etc. Muitos deles têm carro, possuem em casa todos os tipos de eletrodomésticos e colocam os filhos na escola.

“A favela, hoje, já não é mais aquela área onde se pode chegar e ocupar. Ela tem um mercado imobiliário com normas e valores que flutuam segundo a demanda. Na Rocinha, por exemplo, existem duas grandes agências que administram cerca de mil imóveis cada uma”, explica Lícia.

A professora salienta a necessidade de se repensar a favela como espaço de aluguel, como área em processo de elitização. A consequência disso é o crescimento da população de rua, um novo tipo de ocupação do espaço urbano, debaixo dos viadutos e pontes. A grande maioria dessas famílias foi expulsa da “antiga nova favela”, que, ao ganhar melhorias, ficou cara e deixou de ser aquele “espaço-mãe” que abrigava as camadas mais pobres. Outras moravam antes, como locatárias, em lotes na periferia – Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti –, mas foram obrigadas a se “mudar” para as ruas, porque não ganhavam o suficiente para arcar com os seguidos aumentos de preços dos transportes. É importante notar que essas pessoas não são desocupadas. Têm sempre alguma vinculação com o mercado de trabalho, principalmente do setor informal.

Embora o Censo do IBGE não registre, em separado, a população favelada, estudos aerofotogramétricos feitos pelo Instituto de Planejamento do Rio – Iplan/Rio mostram que, entre 1981 e 1990, ou seja, em apenas nove anos, 85 novas favelas surgiram no município do Rio de Janeiro, registrando um aumento de 18% em relação à década anterior, justamente quando

MARCUS SAMPAIO



Lícia Valladares: nova favela



Ocupação de terreno no  
km 11 da rodovia  
Washington Luís



Enchente no bairro Campos Elísios,  
na Baixada Fluminense

o processo de favelização parecia ter sido estancado. Segundo o levantamento, 69 favelas se expandiram, 198 sofreram um adensamento e em 167 houve expansão e densificação. Somente 26 (4,8%) permaneceram sem grandes alterações.

**Favelas novas e antigas** – Esses novos núcleos favelados surgiram em áreas onde ainda havia espaços vazios, como Jacarepaguá e Barra da Tijuca, bairros de moradia de classe média alta e de classe alta, repetindo assim o processo verificado no passado, quando o crescimento das favelas da Zona Sul foi simultâneo ao dos bairros da região. O adensamento ocorreu em áreas nobres da cidade, comprovando a cristalização dos núcleos favelados mais antigos.

Esses dados são muito significativos se levarmos em conta que a Região Metropolitana do Rio foi a que menos cresceu em comparação com outras metrópoles do país, especialmente as do Nordeste. No período de 1970/1980, a taxa de crescimento anual foi de 2,44%; entre 1980 e 1991, caiu para 0,82%. O decréscimo se deve, sobretudo, ao reduzido crescimento vegetativo.

O equilíbrio demográfico é positivo, pois, teoricamente, essa estabilidade permite um planejamento melhor para a cidade. Mas o Rio está vivendo um processo de reestruturação, com movimentos internos entre o núcleo e a periferia da Região Metropolitana, e dentro do próprio núcleo, que estão levando a deslocamentos residenciais reveladores do empobrecimento da população como um todo.

“A favela” – diz Lícia – “é, de certo modo, um termômetro dessas mudanças na estrutura econômica, na vitalidade da cidade, refletindo, no caso, que as condições gerais de vida estão piorando. A classe média pauperizada muda-se para as favelas, faz melhorias e expulsa o pobre, que, sem alternativa, vai viver na rua”.

A professora lembra que cronistas do passado, como João do Rio e Luiz Edmundo, já registravam a presença de pessoas morando nas ruas. Este problema existe desde o início do século, quando o Rio começou a se transformar em metrópole. Ela destaca que a novidade é a rua como moradia de famílias: casal e filhos.

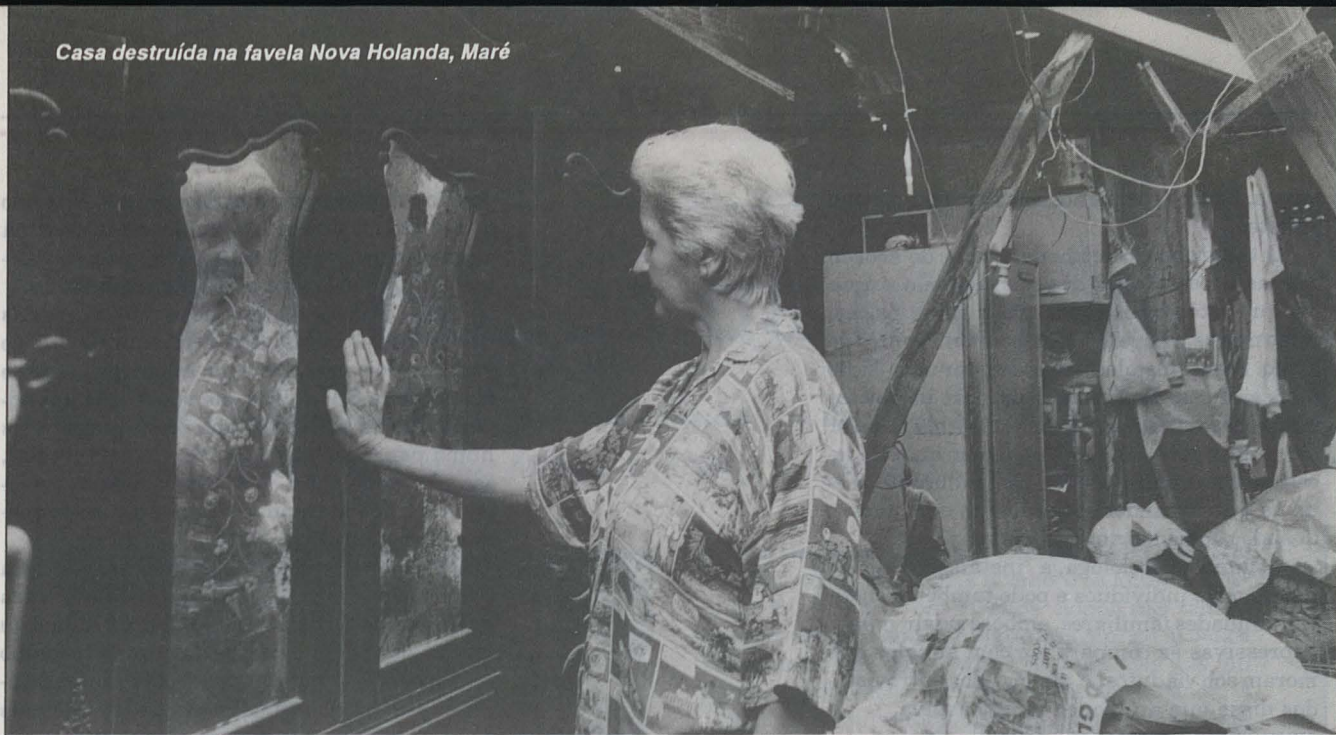
“Há mais de cinco anos acompanho o crescimento das crianças de uma família que mora em uma esquina no bairro da Lagoa, na Zona Sul. Em Copacabana, conheço uma outra família cujas filhas já são mães. Todos ganham a vida vendendo mercadorias nos sinais” – observa.

**Reforma social** – Lícia esteve na Índia e afirma ter ficado “chocadíssima” ao ver uma rua de aproximadamente seis quilômetros de extensão totalmente tomada por homens que pagavam para dormir ali. Ela acredita que o Rio ainda está longe de se tornar uma “Old Deli” ou uma Calcutá, mas adverte que a síndrome está presente e que o fenômeno tende a crescer.

“Se a população de rua continuar aumentando e atingir as proporções da Índia, as pessoas acabarão tendo que pagar para dormir ao relento”, prevê.

A socióloga considera que são necessárias medidas urgentes antes que nossas cidades sigam o modelo indiano. Lícia alerta que se a recessão não for firmemente combatida, se políticas de emprego eficazes não forem implementadas e se não voltarem a existir políticas habitacionais, com o Estado se responsabilizando pelo suprimento de moradias populares, a situação ficará caótica, pois as leis de mercado, que já imperam inclusive nas favelas, muito em breve também estarão regulando a ocupação dos espaços na rua. Ela defende, como solução para esses graves problemas, uma verdadeira reforma social no Brasil. ■





## Quem mora na rua?



Para conseguir sobreviver na selva de asfalto é preciso ter muita criatividade, saber improvisar. Por sorte, se é que se pode chamar de sorte, o brasileiro é mestre nessa arte. A socióloga Ana Lúcia Lucas Martins, em sua tese de mestrado, "Os livres acampamentos da miséria", defendida em maio deste ano no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, aborda um aspecto fundamental dessa arte tão difícil: morar sob viadutos, em calçadas ou em carrinhos de madeira.

Os problemas enfrentados por essas pessoas se parecem muito. Morar na rua não foi uma opção, mas a única alternativa para uma grande massa da população, que se defronta com a impossibilidade de continuar pagando aluguéis em favelas da cidade, arcando com o alto custo dos transportes urbanos, perdendo a moradia devido a acidentes naturais, sendo expulsa pela ação do poder público ou do crime organizado, que se alça à condição de "dono" das favelas.

Em sua pesquisa, Ana Lúcia constatou que as construções sob viadutos, que geram um espaço ocioso considerável, estão presentes em toda a cidade, mas se concentram em áreas próximas do Centro. No Centro há muitos elevados e também é menor a repressão por parte dos órgãos estaduais e municipais a essas ocupações.

Segundo a socióloga, as moradias assumem certas características conforme a disponibili-

dade do terreno. Há desde pequenas unidades individuais até corredores de barracos, biros-cas, escolas improvisadas e templos religiosos. Os materiais e as disposições internas dos espaços são resolvidos numa adaptação à estrutura física do viaduto. A montagem da "casa" sugere uma colagem: tábuas recolhidas nas ruas, sobra de obras, madeira de caixotes de frutas e legumes, placas de publicidade e de compensados, folhas de zinco que reforçam paredes e telhados. Às vezes, para reduzir a poeira e a umidade, o chão de terra batida é coberto com pedaços de velhos carpetes ou papelão.

Boa parte das moradias tem fogão ou fogareiro, armários, sofá, cama ou poltrona e, em alguns casos, aparelhos de rádio e televisão.

A pesquisa revela que os moradores se organizam principalmente em unidades familiares, e a "casa" pode ser dividida pelo casal, filhos, parentes e até amigos. A sobrevivência dos desempregados é garantida com biscates ou coleta de lixo. Outros estão inseridos no mercado formal e trabalham como frentista, motorista particular, camelô, entregador de jornal. A maioria das mulheres se dedica aos filhos e aos afazeres domésticos.

Ana Lúcia analisa também o que chama de "instalações" em calçadas, em geral localizadas em praças, calçadas e sob marquises. São bastante precárias e feitas basicamente dos mesmos materiais das construções sob viadutos. Caixotes de transporte de frutas e legumes, plástico e papelão compõem as estruturas e podem servir também para a fabricação de

mesas, bancos, pequenos armários ou mesmo enfeites.

O tamanho dos cômodos varia de acordo com as necessidades dos moradores e a área em que estão localizados. Estruturas físicas, como muros, vãos e árvores fornecem pontos de apoio. Essas "instalações" podem ter uma feição mais simples, dada pela disposição de objetos num espaço ou formar módulos. A forma pode ser alterada para se adaptar à região em que está localizada: no Centro, são compactas durante a semana e se expandem nos sábados e domingos, quando não há movimento nas ruas.

Segundo a socióloga, a "instalação" abriga um ou mais indivíduos e pode também constituir unidades familiares, embora sejam menos expressivas se comparadas com aqueles que moram sob viadutos. A maioria dos entrevistados disse que até pouco tempo estava empregada no mercado formal, como servente, vigia, porteiro, piões de empreiteiras. Quase todos intercalaram momentos de emprego com desemprego e, ao longo da vida, tinham passado por várias atividades. Quanto às mulheres, diz Ana Lúcia, as experiências de trabalho se restringem ao emprego doméstico.

Atualmente, o dinheiro é ganho no dia-a-dia com a coleta de papel, papelão, ferro-velho, fretes de feira, guarda de carro, venda de objetos doados etc. As mulheres e crianças ajudam com a venda de balas, chicletes ou cigarros a varejo, e recorrem com mais frequência à mendicância.

Ana Lúcia salienta um dado que considera relevante: a quase totalidade desta população é composta por negros. "Isto chama a atenção para alguns estudos que têm apontado a existência de uma segregação residencial racial nas cidades brasileiras", diz.

Ela constatou que uma "instalação" pode funcionar como unidade familiar ou abrigar pessoas cujas relações se definem por parcerias ou amizades que, além do envolvimento afetivo, apresentam um forte conteúdo pragmático visando a colaborações nas atividades cotidianas. Segundo Ana Lúcia, a troca e a cooperação são traços importantes deste universo. Entre as atividades cotidianas, obter e preparar alimentos é a que mais evidencia práticas coletivas. Em geral, o alimento é fruto de esforços conjuntos, pois tanto adultos quanto crianças participam da tarefa de providenciá-los.

A cooperação entre as pessoas aparece ainda em diversas situações: sair junto para tentar conseguir biscates ou outra atividade que possibilite alguma renda, cuidar do outro em momentos de infortúnio, doenças, morte de parentes, repartir a comida quando nem todos

podem colaborar por falta de recursos. Mas não é só. Ajudam também a tomar conta de uma criança caso o pai ou a mãe precise sair para catar papel ou ir em busca de algum dinheiro.

Ana Lúcia constatou que os moradores das "instalações" contam, também, com a ajuda de vizinhos do bairro. Durante as entrevistas que fez na Zona Sul do Rio, ela soube que um advogado dava refeições, que eram preparadas numa pensão. Outros colaboram com roupas, sapatos e remédios. A solidariedade é correspondida, sendo comum a prestação de pequenos serviços na vizinhança.

O terceiro tipo de moradia analisado pela socióloga é a carroça. São pequenas e médias armações de madeira sobre rodas de rolimã ou pneus, que além de instrumento de trabalho transportam os pertences dos carroceiros (roupas, utensílios, alimentos e até animais domésticos), podendo ainda ser adaptadas para servir de leito.

Estes carroceiros concentram-se no centro do Rio e arredores, bairros que têm como características comuns o comércio intenso, a existência de pequenas fábricas e escritórios e a facilidade de acesso aos depósitos compradores de papel, papelão e ferro-velho. A socióloga observa que a condição de carroceiro parece ser marcadamente masculina, pois só encontrou uma mulher nesta situação.

Em relação às ocupações que tiveram ao longo da vida, Ana Lúcia verificou que são semelhantes aos casos anteriores. Indivíduos que tiveram como emprego atividades ligadas a serviços e à construção civil hoje ganham a vida através de remoção de lixo, de entulhos, transporte de mercadorias para comerciantes, feiras e comércio de rua.

Ao contrário das pessoas que constituem lugares fixos de moradia, os carroceiros se apóiam numa acentuada mobilidade espacial. "Mas o que poderia parecer errância espacial foi identificado como uma territorialidade itinerante. Embora estejam em constante circulação pela cidade, fazem trajetos mais ou menos estabelecidos, constituídos por uma série de situações sociais, pontos para atividades de renda, locais onde podem encontrar conhecidos, lugares adequados para banho, para preparar alimentos e fazer pernoite", esclarece.

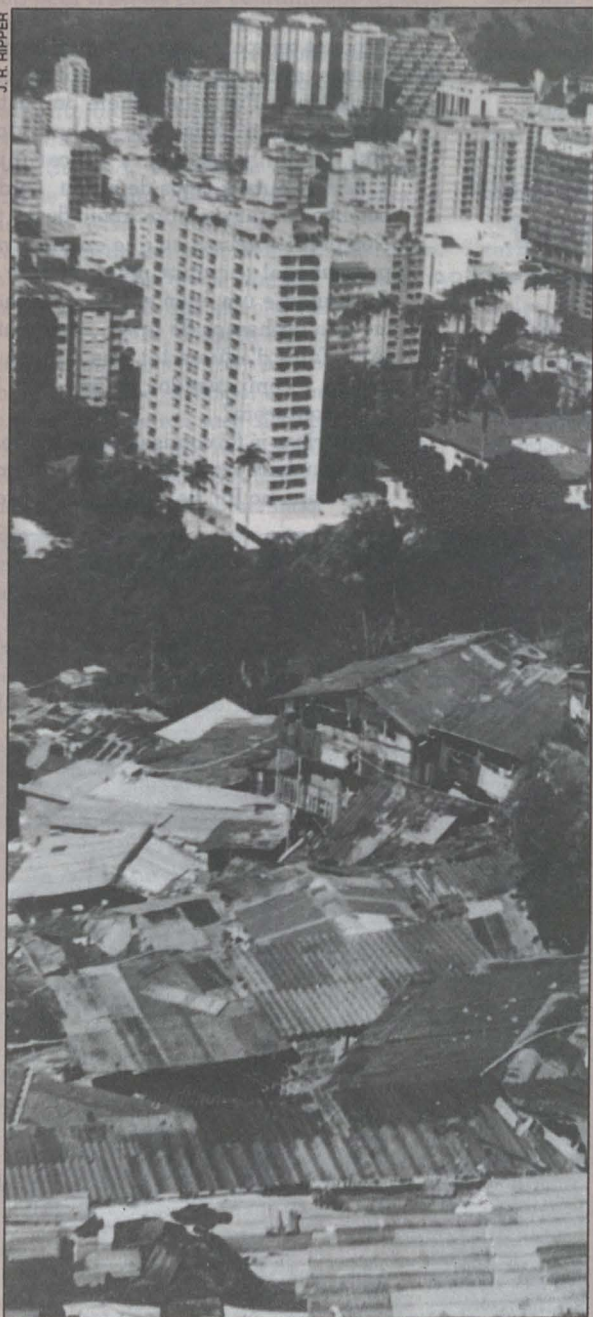
Casas abandonadas, hospedarias, internatos de menores, albergues, casas de ex-patrões e alojamento de empresas são outros locais de moradia citados. Com todas as dificuldades, para muitos significou o fim de uma vida de peregrinações em favelas e quartos alugados e, principalmente, o fim da dispersão familiar. (MHGP)

## *Viver nas calçadas é a única opção para desempregados, carroceiros, piões e biscateiros*

# Em busca da utopia

*Os emigrantes procuram nas cidades uma alternativa, mas só encontram uma forma diferente de viver na pobreza*

J. R. RIPPER



**A** crise que está levando a classe média do Rio de Janeiro a morar nas favelas e os antigos favelados à indigência nas ruas da cidade não tem os mesmos reflexos em outros grandes centros urbanos brasileiros, mas não é estranha a um país que viu dobrar a população urbana nos últimos 20 anos. O Brasil predominantemente rural de 1960 (55,3% da população) realizou a transição demográfica num espantoso período de apenas dez anos. Durante essa década, as cidades ganharam 23 milhões de habitantes, contra os dois milhões que se somaram à gente do campo. O Censo de 1980 confirmou a tendência à urbanização, ao constatar que o campo havia perdido 2,5 milhões de moradores, que migraram para as cidades. Hoje, 75% dos brasileiros (109 milhões) ocupam o espaço urbano.

O processo migratório brasileiro trouxe consigo uma mudança no padrão de distribuição da pobreza. Até os anos 70, a proporção de pobres no campo (73%) era duas vezes maior do que nas cidades (35%). Já ao final dos anos 80, as taxas estavam equiparadas: 34% no campo e 38% nas cidades. A pobreza do campo buscou as cidades como alternativa, e descobriu que era possível ser ainda mais pobre. Em 1981, a metade menos abastada da população brasileira detinha 13,5% da renda nacional. Dez anos depois, tinha menos: 11,2%.

Cerca de 42 milhões (40% da população estimada) se concentram em nove metrópoles: São Paulo, Rio, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Curitiba, Belém e Recife. Na década de 70, as maiores capitais brasileiras tiveram um crescimento médio de 2,4%. No período seguinte, de acordo com os dados preliminares do Censo 91, o crescimento foi menor (1,8%), embora tenha contribuído para um acréscimo de 7,8 milhões de habitantes nos bairros, favelas e áreas periféricas das grandes cidades.

O adensamento do entorno das grandes metrópoles brasileiras é o traço que elas têm em comum. Em 1970, 69% das pessoas viviam nos núcleos dessas cidades, enquanto 30,6% ocupavam a periferia. Em 1990, 61% (25,8 milhões) ocupavam os núcleos, enquanto o percentual da periferia já era de 39% (16,4 milhões). Além disso, a contribuição da periferia para a expansão demográfica das grandes capitais passou de 43,8%, nos anos 70, para 57,7% na década de 80.

*Carlos Lopes*

# Do apartamento ao barraco

Paulo Martins



Cansada dos constantes aumentos dos aluguéis e condomínios, além de pressionada pelo rigor da denúncia vazia, a classe média do Rio de Janeiro vem sendo estimulada a procurar novas alternativas de moradia. Uma dessas opções é fixar residência nos morros e favelas, onde as exigências para locação não são tão pesadas quanto as solicitadas pelas imobiliárias convencionais.

Super-habitados e quase sem espaço para se expandir, os morros localizados na Zona Sul da cidade estão deixando de ser um lugar onde as pessoas podiam ir em busca de moradia barata. Na Rocinha, a situação preocupa. Segundo funcionários da administração regional, o número de barracos cresceu assustadoramente.

A maioria dos moradores desses morros afirma gostar do lugar, e prefere continuar ali até conseguir um do-

—

*A classe média vai  
para o morro  
pressionada pela crise  
e expulsa os velhos  
favelados para baixo  
do viaduto*

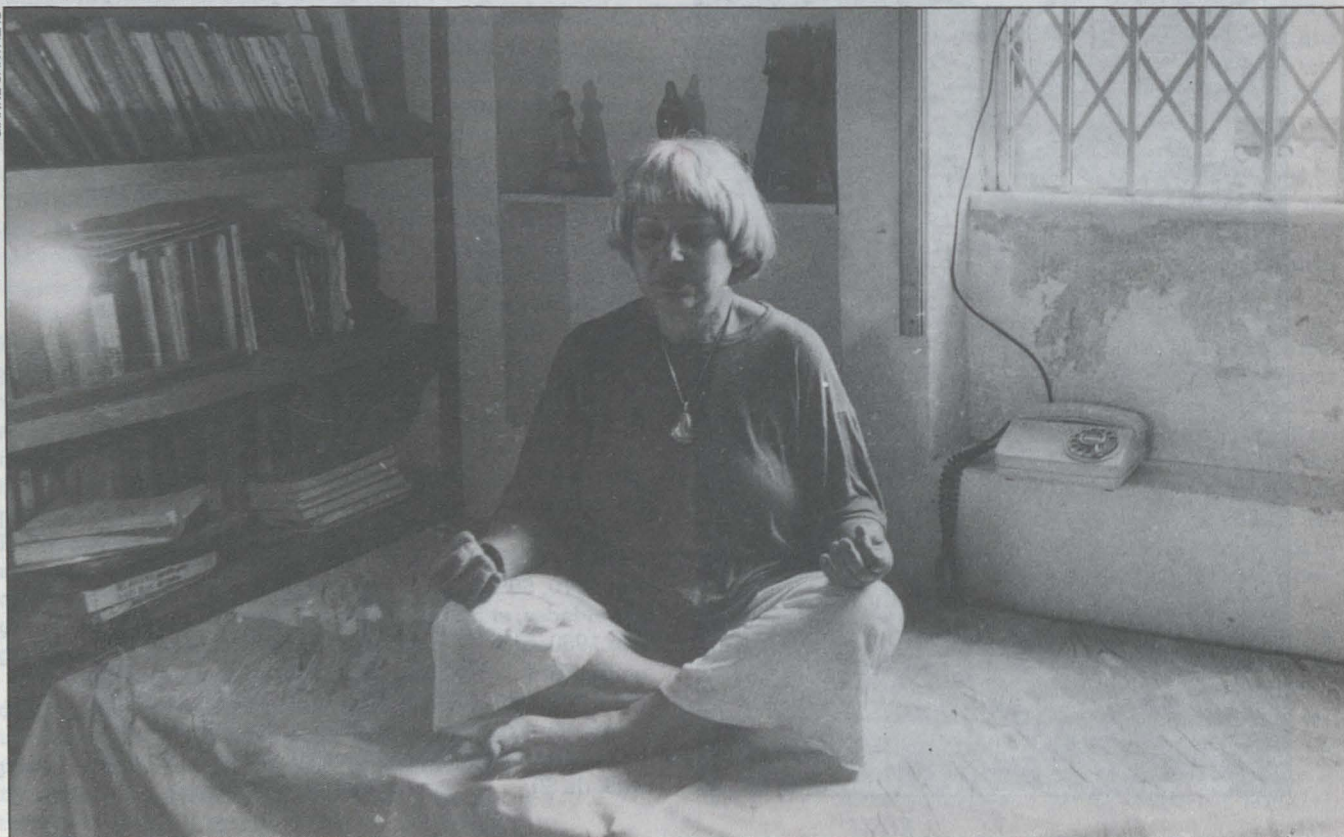
—

micílio melhor. É o caso da aposentada Míriam Ladeira, de 63 anos, que comprou recentemente um barraco no Chapéu Mangueira, no Leme, após ter vendido seu apartamento em Copacabana, pois não conseguia pagar as altas taxas do condomínio. Míriam classifica o morro como um paraíso.

“Há pouco tempo” — conta — “fiquei bastante debilitada e, após ser medicada, contei com o auxílio da ‘dona Filhinha’, chefe do posto de saúde comunitário, que vinha todos os dias em minha casa para aplicar injeção e me dar outros tipos de ajuda. Onde eu poderia contar com um apoio desse tipo? Nos prédios iguais ao que eu morava, as pessoas mal se cumprimentam. Isto aqui é realmente um éden e, por mais sacrifício que tenhamos de fazer, como enfrentar a falta d’água e ter que subir a pé o morro, é compensador pelas coisas boas que acontecem”.

Míriam já foi comissária de bordo e secretária da representação diplomática da Argentina no Rio de Janeiro. Ela é solteira.

GIANNE CARVALHO



Míriam Ladeira vendeu seu apartamento em Copacabana e comprou este barraco no morro do Chapéu Mangueira, no Leme

ra e tem como companhia uma ampla vista da montanha e do mar. Vivendo numa casa construída à base de estuque, Míriam deixa escapar a mágoa em relação à família e aos amigos, que a rejeitam por morar no morro.

"Meu pai mora no México e, quando vem ao Brasil, não tem coragem de vir a minha casa. Isso também acontece com outros parentes, além dos amigos. Todos por simples preconceito e medo de serem assaltados. Mas isso é coisa de elite falida, pois aqui eu nunca fui assaltada ou sofri qualquer tipo de violência. Ao contrário, sou bem tratada pela comunidade e pelos traficantes de drogas", desabafa.

Assim como Míriam, outras pessoas trocaram o apartamento por um barraco. É o que diz o presidente da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira, Jaime Muniz Martins, de 29 anos. Segundo ele, existe um contingente enorme de pessoas interessadas na compra de barracos naquela comunidade.

"Nos finais de semana, forma fila de carros lá em baixo. E olha que a maioria chega com carros de pouco uso, que são oferecidos em troca de uma boa casa", observa Martins.

Ele explicou também que o morro tem um estatuto cuja cláusula principal é o impedimento de moradores venderem suas casas para pessoas de fora, a não ser que não haja ninguém interessado dentro da própria comunidade. Mas admitiu que essas vendas vêm ocorrendo.

"Devido ao assédio rotineiro de pessoas querendo alugar ou comprar uma casa, o pessoal aumentou bastante os preços. Com isso, uma pessoa de dentro da comunidade que queira fazer qualquer transação numa casa não consegue, porque não dispõe do dinheiro pedido pelo dono", acrescenta.

**Maior segurança** - A cabeleireira Maria Helena Sotta, 47 anos, proprietária de um salão de beleza em Ipanema, deixou de pagar aluguel num pequeno apartamento do bairro depois que comprou um barraco no alto do Vidigal. O contraste é bem visível na avenida Presidente João Goulart, onde a comerciante, após ter demolido o barraco, ergueu uma casa luxuosa composta de três pavimentos. Privilegiada com uma das mais belas vistas das praias do Leblon e de Ipanema, Maria Helena, que mora com as duas filhas - Ana Laura, de 17 anos, e Cristiane, de 28 - diz se sentir num lugar de maior segurança e livre das exorbitantes taxas de condomínio e Imposto Predial.

"No começo nós éramos discriminadas pela comunidade como as grã-finas que estavam tirando o lugar do pobre morar", lembra. "Mas, agora, eles já nos aceitam bem." Ela disse que, apesar das dificuldades de transporte no morro, não venderia sua casa de maneira nenhuma. "Aliás, ninguém vai querer pagar o preço dessa

casa aqui em cima", considera, revelando ter gasto muito dinheiro para construir a casa.

Já a vizinha da comerciante, a professora de música do Instituto Educacional Stella Maris, Arlete Monteiro, 42 anos, pensa diferente. Ela foi morar no Vidigal por motivos econômicos. Há dois meses trocou seu Volkswagen por uma casa no morro, mas está ansiosa para ir embora de lá. Queixando-se muito dos valores de outros moradores e da rejeição de parentes e amigos, a educadora, que mora com o filho Marcus Vinícius, de 11 anos, disse estar "doída" para voltar para a rua João Afonso, no Humaitá, onde morava, ou mesmo mudar para outro bairro da Zona Sul.

**Sem alternativa** - "Eu só vim pra cá porque não tinha dinheiro para pagar o preço dos aluguéis pedidos lá em baixo. Onde eu morava houve uma revisão de aluguel e o valor de locação subiu barbaramente. Eu só tive uma alternativa: morar no morro. Do contrário, teria que entregar todo o meu dinheiro ao proprietário do imóvel e morrer de fome com meu filho", diz, para em seguida enumerar as vantagens da mudança: "Morando aqui, eu como bem, pude me associar a um plano de saúde e tenho outros benefícios. Além disso, posso me dar o direito de atender a pedidos do meu filho, que ganhou computador e brinca o dia inteiro com ele."

Por manter a casa fechada, a professora vem sofrendo todo o tipo de pressão de alguns moradores. Segundo ela, a casa é mal localizada, coisa que só percebeu depois de ter fechado negócio. Afora isso, ela diz que não aguenta mais as cobranças dos parentes.

"Meu irmão, que tem um poder aquisitivo relativamente bom, todas as vezes que aparece aqui vem acompanhado de capangas e me pede para fechar as janelas e portas. Já os amiguinhos do meu filho não vêm aqui de jeito nenhum - os pais não deixam. É por isso que eu quero ir embora", reclama.

O presidente da Associação de Moradores da Vila do Vidigal, Mário Sérgio Teixeira da Luz, funcionário público, 44 anos, se diz preocupado com o que chama de "invasão da classe média" em sua comunidade. Ele revelou que o número de moradores do morro aumentou em 30%, acrescentando que há uma quantidade grande de pessoas da classe média interessadas em locar imóveis ali. "Se persistir essa invasão", adverte, "o pessoal da nossa comunidade que vender suas casas vai acabar morando debaixo da ponte". Ele fala do que vem acontecendo no morro: "O pessoal, com falta de dinheiro, acaba entregando seu barraco a qualquer preço. Depois, constrói outro mais para cima do morro." E indaga: "Quando não houver mais espaço para construir - aliás, não falta muito para isso acontecer -, como é que fica?" ■

O morro tem um estatuto que impede os moradores de venderem suas casas para pessoas de fora, a não ser que não haja interessados na comunidade

# Viva o favelado brasileiro!

*Antropóloga norte-americana que morou nos morros cariocas descobriu ali a criatividade e a inovação necessárias para solucionar muitos problemas urbanos*

## Patrícia Costa



"Eu preferiria ser pobre no Rio de Janeiro do que em Nova Iorque". Não foi nenhum carioca da gema quem disse isso, mas, justamente, uma típica nova-iorquina: uma exuberante loira, alta, com brilhantes olhos azuis. Seu nome: Janice Perlman, antropóloga e PhD em ciência política que veio ao Brasil, na década de 60, desenvolver uma tese sobre a situação e a vida dos favelados cariocas. Naquela época, a regra da política oficial era "limpar" a Zona Sul do Rio de Janeiro, removendo as comunidades das favelas para a periferia. Ela viveu todo esse processo morando nas favelas Nova Brasília, Duque de Caxias e Catacumba por um ano e meio.

"Eu preferiria ser pobre no Rio de Janeiro do que em Nova Iorque". A frase foi usada por Janice como título para um artigo que escreveu num jornal de sua cidade, explicando que o espírito comunitário e a solidariedade entre as pessoas que moram nas favelas do Rio não existe em Nova Iorque.

Janice afirma que o ano e meio em que morou nas favelas cariocas foi uma das épocas mais felizes de sua vida. Ela se impressionou com a atenção e o carinho com que os favelados a receberam. Para Janice Pearlman, as favelas são parte importante das cidades porque seus moradores buscam sempre soluções criativas para os problemas de suas comunidades: "Eles descobriram maneiras de fazer rede de esgoto e água, de construir escadas e casas, de desenvol-

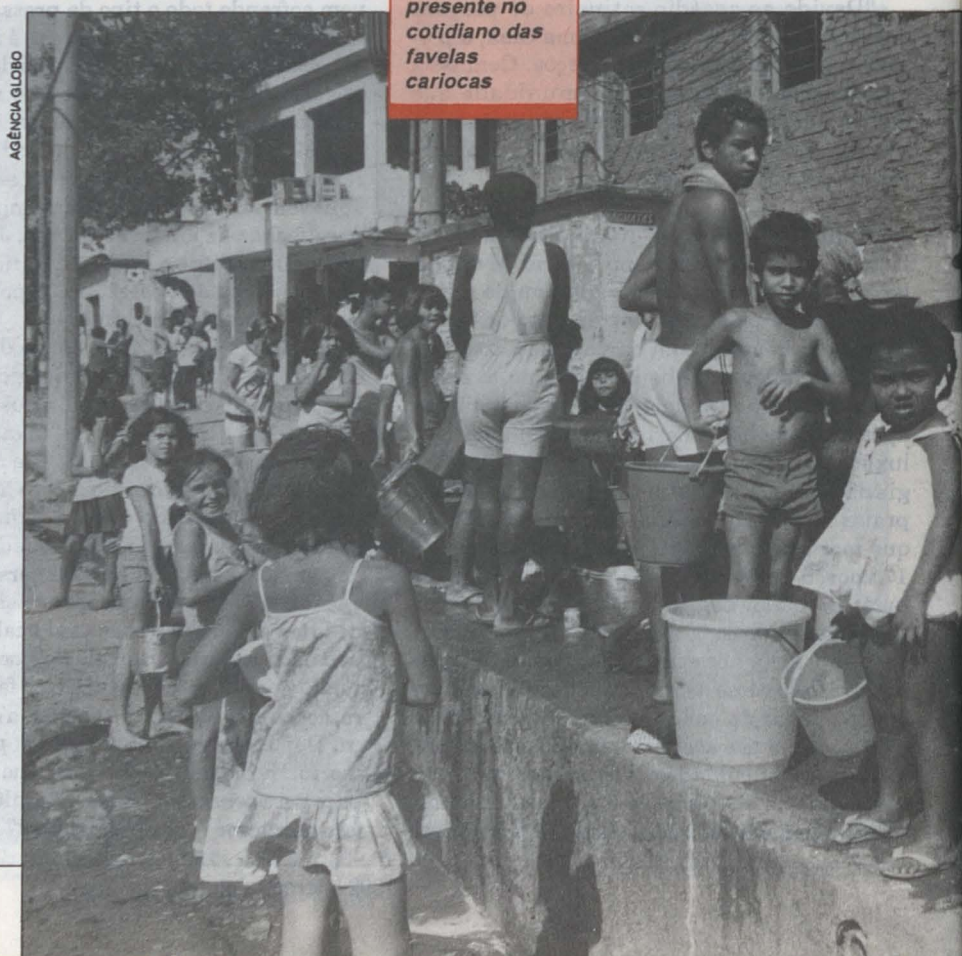
ver o comércio local com muito pouco dinheiro. E sempre em sistema de mútuo, de ajuda mútua". Segundo ela, os favelados são os verdadeiros heróis brasileiros. Lutam pela sobrevivência e têm idéias criativas que podem viabilizar o desenvolvimento econômico de baixo para cima. E comprovam isso a cada dia.

Janice acha a situação social dos favelados brasileiros muito injusta, e alimenta o sonho de vê-los como parte da cidadania. Eles deveriam ter

condições de tomar posse real do terreno que ocupam, além de ser necessário implantar-se um sistema educacional eficiente nas favelas, um sistema de esgoto e saneamento decente. Só assim elas poderiam se transformar em lugares dignos de se viver.

Num país como o Brasil, onde a distribuição de renda é altamente desequilibrada, a grande maioria da população não tem acesso às condições necessárias para a vida, e pelo menos um terço desta

*Janice Perlman valoriza o espírito de solidariedade que, segundo ela, está presente no cotidiano das favelas cariocas*



AGÊNCIA GLOBO

maioria mora em favelas. "É preciso incorporar esta parcela à sociedade, para ser parte do grupo democrático e consciente que vai votar nas eleições; do grupo consumidor que vai adquirir os bens produzidos; do grupo intelectual que vai ajudar a criar um novo modelo de desenvolvimento. Não se pode excluir tão grande parcela da população brasileira disso tudo", exclama Janice.

**Quem marginaliza quem?** - O resultado da experiência da antropóloga no Brasil foi publicado num livro, "O mito da marginalidade", que recebeu muitos prêmios da comunidade acadêmica norte-americana. A autora diz que o livro foi simplesmente uma tradução, para linguagem acadêmica e política, da experiên-



ELIAS FAJARDO

cia cotidiana do favelado brasileiro. Explica o que é o mito ao qual faz referência no título do livro: "Ele consiste em ver a pessoa que mora na favela como um elemento marginal. E não é assim. O morador da favela é marginalizado pela sociedade. Como pessoa, é igual a qualquer um de nós." Para ela, o pobre sempre é visto como um elemento perigoso, o que geralmente acontece porque nunca teve condições de participar da sociedade. E garante que esse "fenômeno" não ocorre somente aqui no

e, hoje, coordena uma grande responsabilidade: ajudar a melhorar a qualidade de vida nas megacidades do mundo.

Ela é fundadora e presidente do projeto "Megacidades", que incentiva e viabiliza a troca de idéias para que a vida seja melhor nos grandes centros urbanos. Desenvolve também um trabalho de conscientização do ser humano enquanto indivíduo possuidor de um grande potencial inovador. A solidariedade e o espírito comunitário são as forças com as quais Janice conta para a transformação da sociedade.

Otimista, a antropóloga não considera nossa sociedade individualista. "Essa mentalidade é da classe alta, da elite. As classes trabalhadoras não pensam assim. O que realizam é em benefício de toda a comunidade. Eles são assim e grande parte do mundo é assim."

Por que tentar melhorar a qualidade de vida só nas grandes cidades? Incentivar o desenvolvimento das comunidades rurais também não seria uma solução para diminuir o problema das megacidades? Não para Janice. Ela considera esse pensamento como típico de um intelectual. Um favelado não pensa assim. "Ele prefere viver numa grande cidade porque tem melhor qualidade de vida, apesar do sofrimento. A vida no campo, para eles, é muito limitada, fechada e sem saída."

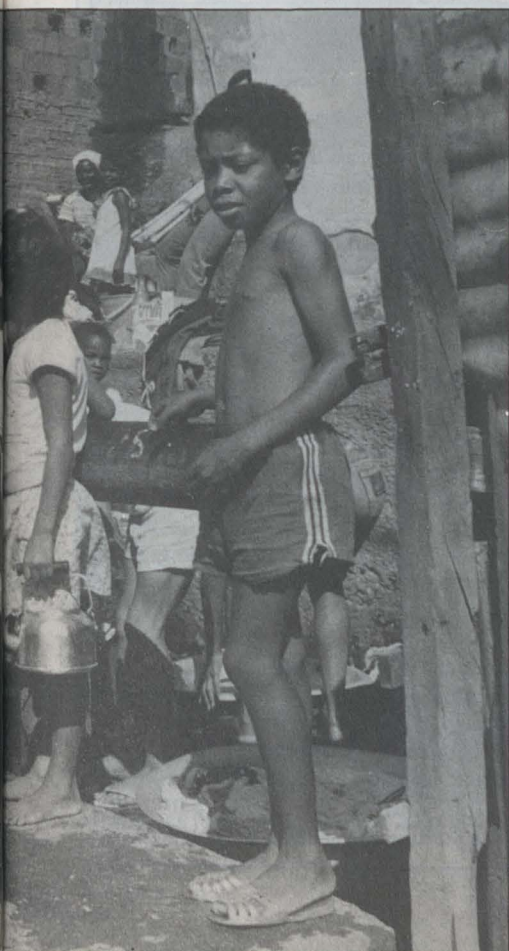
O projeto foi todo baseado em sua experiência nas favelas. Para Janice, cada um de nós ocupa um lugar pequeno, porém, importante, nesta vida, e todos devemos dar a nossa contribuição, fazer a nossa parte. Junte-se isso à principal finalidade do "Megacidades" - que é compartilhar todas as boas iniciativas -, e, assim, teremos seus efeitos multiplicados. Em consequência, as megacidades poderão transformar-se em algo viável, um lugar excelente para se viver.

Com 25 anos de experiência em urbanismo, Janice Perlman afirma: "Pode-se mudar qualquer coisa, desde que a mudança parta da iniciativa de cada um e se reflita no todo." E exemplifica o seu pensamento com a frase de uma aborígine australiana: "Se você veio para me ajudar, então pode voltar. Mas se você vê minha luta como parte da sua, então podemos caminhar juntos." Janice sabe do que está falando.

Brasil. Em toda a América Latina, África, Ásia e, até mesmo, nos Estados Unidos, as grandes cidades possuem problemas semelhantes. "O que muda são os nomes, mas lá é exatamente como aqui: as pessoas pobres estão querendo elevar o nível de vida, estão se esforçando, mas não estão conseguindo."

Quem pensa que o favelado tem aspirações diferentes da classe média e até alta está enganado. Segundo a antropóloga, ele também quer realizar-se na vida, ter um emprego decente, dar um futuro melhor para os filhos, ter acesso à saúde e à educação e, principalmente, ter oportunidade de optar, de escolher o que quer fazer, onde quer morar e como melhorar. Dessa análise, Janice exclui os traficantes de drogas, que hoje pululam os morros. Segundo ela, essas pessoas não fazem parte da população das favelas, num sentido social e ideológico.

**O projeto megacidades** - O espírito inquieto de Janice fê-la ver que, se ficasse entre os muros da universidade, o lado prático do seu estudo não poderia ser realizado. Pôs então o pé na estrada





FOTOS: EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA

## Fazenda Casas Altas: a luta pela terra prometida

Everaldo Rocha  
e Patrícia Costa

**C**inquenta e cinco famílias de trabalhadores rurais sem-terra estão acampadas desde dezembro passado na Fazenda Casas Altas, em Itaguaí, Rio de Janeiro, à espera da liberação dos 586,91 hectares já desapropriados pelo governo federal. Os Títulos da Dívida Agrária (TDA), que serão usados na indenização aos herdeiros do espólio de Fernando Goulart, já foram liberados. No dia 8 de abril último, a indenização foi depositada em juízo na CEF – Caixa Econômica Federal – e só espera a emissão de posse do juiz da 17ª Vara Federal para ser liberada. O processo está em sua fase final e só depende agora da decisão do juiz.

A ocupação Mutirão Eldorado — nome dado pelos próprios lavradores — começou na madrugada do dia 19 de dezembro de 1991, reforçando a expectativa de que a Superintendência

*Lavradores  
esperam há  
nove meses por  
terreno  
desapropriado  
em Itaguaí*

Regional do Inbra concluisse o processo de desapropriação e assentamento e procedesse à indenização dos proprietários, emitindo logo depois os papéis de posse para os agricultores do mutirão.

A maioria das famílias do Mutirão Eldorado esteve acampada por três me-

ses, de setembro a dezembro de 91, na Fazenda Modelo, em Guaratiba, numa tentativa frustrada de que o governo do estado, a quem pertence a fazenda, intercedesse junto ao Inbra para acelerar o processo. Porém nenhuma providência foi tomada, o que demonstra a falta de interesse do governo federal na resolução das questões da reforma agrária.

Um outro problema grave que estes trabalhadores rurais vêm enfrentando diz respeito às ameaças por parte de grileiros e fazendeiros da região. Já tiveram o poço envenenado e o acampamento foi cercado pelo gado do grileiro conhecido como “Manoel Maluco”, na verdade Manoel Toledo, que tem esse apelido, segundo os meeiros, por sua fama de violento, e pelo gado da Fazenda Noruega, vizinha à Fazenda Casas Altas.

Alguns dias depois, um trator que havia sido alugado para começar a trabalhar a terra foi retirado pelo dono, que se disse pressionado pelos fazen-



## REFORMA AGRÁRIA

deiros da região. Mais recentemente, dois carros surgiram de madrugada, com homens armados que ficaram atirando para o alto, tentando afugentar os lavradores. O último confronto se deu em maio. Fernando Goulart, acompanhado de cinco policiais, tentou retirar areia de uma área da fazenda, uma atividade que sempre realizou impunemente. Os posseiros se mobilizaram e não permitiram a extração. Um dos grileiros da região, Jorge Garcia, chegou a ameaçar de morte alguns posseiros. Isso revela mais uma face do problema: a extração de areia do solo é uma atividade ilegal e clandestina, que causa sérios danos ao meio ambiente, pois acaba com a fertilidade da terra e provoca erosão.

Apesar de tudo isso, eles continuam na luta por um pedaço de terra onde possam trabalhar e viver em paz. No dia 6 de junho, às 14 horas, os posseiros do Mutirão Eldorado, apoiados pelo Movimento dos Sem-terra de Itaguaí, fizeram um protesto pacífico na Fazenda Casas Altas, para denunciar o descaso com relação à reforma agrária e aproveitaram para denunciar essa ati-

vidade ilegal do antigo proprietário, que agride o meio ambiente e prejudica a agricultura. Durante o protesto, os posseiros plantaram centenas de mudas de árvores nativas, doadas pelo Horto Florestal e pela Universidade Rural, numa tentativa de mobilizar a atenção pública para este problema.

A história é sempre a mesma. De um lado está o latifúndio, que promove a exploração em todos os sentidos. E de outro estão os trabalhadores rurais, querendo mostrar que se preocupam e cuidam do solo com respeito, já que é sua fonte de trabalho e seu meio de vida.

O Incra prevê o assentamento de uma família em cada dez hectares, num total de 58 famílias, incluindo os lavradores acampados e os meeiros que arrendam áreas da fazenda de grileiros que atuam na região.

Segundo dados do Atlas Fundiário do Rio de Janeiro, publicado no fim do governo passado pela então Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários (a atual Secretaria Estadual de Urbanismo, Habitação e Assentamento), o número dos sem-terra é superior a 10%

dos 13,9 milhões de habitantes do estado, isto é, são mais de 280 mil famílias vivendo como posseiros nas zonas urbanas de 55 municípios, enquanto nas zonas rurais de 38 municípios há outras 26 mil em ocupações de terra.

O Mutirão Eldorado tem recebido apoio de algumas entidades e personalidades, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Departamento Rural da CUT/RJ, o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaí, Paulo Mendes, e o deputado estadual Paulo Banana de Amorim, do PT. Vários mantimentos têm sido conseguidos graças à ajuda da CPT, de parlamentares – os deputados Carlos Minc e Carlos Santana, do PT, que estiveram no local – e de militantes da 25ª zonal do PT (Campo Grande).

Apoiados na certeza de que vão ganhar a posse, os trabalhadores estão arando e cultivando a terra em mutirão, plantando e colhendo quiabo e maxixe. Querem plantar, também, como em todo o país, com seu exemplo, as sementes fecundas da reforma agrária: "Ocupar, Resistir, Produzir". ■



As famílias resistem a todo tipo de pressão, incluindo o envenenamento dos poços d'água e a ameaças de morte

# Depressão na crise

*A crise econômica pode levar as pessoas à depressão? Está aumentando o número de depressivos? As opiniões variam entre os especialistas. Mas todos concordam que a ansiedade, relacionada com a depressão, cresce com o agravamento dos problemas sociais e econômicos*

**Márcia Schmidt**

**S**e o ser humano interage com o ambiente e se a qualidade de vida piorou muito na última década, é oportuno perguntar como anda a saúde psíquica do brasileiro, como ele reage à crise econômica.

Os problemas aumentaram, o salário diminuiu e a ansiedade e a depressão vieram se instalar como companheiros de jornada. O clima de insegurança gera na população um quadro de privação de expectativas, um sentimento doloroso que acarreta uma série de fenômenos patológicos em nível social. Deteriora as relações interpessoais, no âmbito da família, da vizinhança, do trabalho. A lei é substituída pela força, o que aumenta a violência.

“A falta de perspectiva leva a uma depressão caracterizada pela sensação de esvaziamento interno”, diz o psiquiatra e psicanalista Francisco Caminha.

O psicanalista gaúcho Sérgio Aquaviva ressalta a sensação de orfandade com que se deparam as pessoas de baixa renda, já que o governo não cumpre o seu papel de atender às necessidades básicas. “Elas vão reclamar para

quem?” A falta de confiança na polícia e de credibilidade quanto ao cumprimento das leis contribuem para este sentimento. “Se o meio vai mal, o homem vai mal”, diz a neurologista Janete Litwiniak.

A sensação de pobreza e impotência começa a fazer parte do inconsciente e acaba gerando uma autocomplacência, uma desonestidade que fica sendo a norma de funcionamento deste psiquismo – a forma desonesta de não cumprir regras.

A impossibilidade de trabalhar ou o medo de não poder fazê-lo por falta de empregos ocasiona ansiedade, dor de cabeça, insônia, tremores, desmaio, crises de choro e violência contra mulheres e crianças. Estes sinais não são tão graves como as doenças mentais, mas têm um poder invalidante – as pessoas tornam-se improdutivas tanto econômica quanto socialmente.

Em 1988, calculava-se que 10% da população adulta brasileira sofria de ansiedade.

No último verão, constatou-se um aumento de ansiedade nos postos de saúde das praias gaúchas. Pescoço tenso, dor de barriga e dor de cabeça sem causa aparente tornaram-se frequen-



*Os problemas aumentaram, o emprego e o salário diminuíram e a população brasileira se vê às voltas com ansiedade e depressão*

tes e o secretário Estadual de Saúde, Julio Hoczman, apontou a crise econômica como causa.

O psiquiatra Jerônimo Zanonato, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, tem observado nos últimos anos em seu consultório que um maior número de pessoas tem atribuído sua depressão à perda de emprego e situação econômica difícil.

Zanonato é da opinião de que as pessoas teriam um substrato genético para desenvolver depressão, que se manifesta de acordo com a intensidade do fator estressante. "É preciso uma catástrofe mundial para tornar deprimida uma pessoa no extremo da curva - com pouca predisposição genética -, e de um fator estressante muito pequeno, ou mesmo nenhum, para desencadear depressão em um indivíduo no outro extremo." Pessoas que, num país de economia estável, nunca desenvolveriam depressão, passam a manifestá-la em um país em crise. Talvez os 25% da po-

*Os jornais anunciam escândalos cada vez maiores e o cidadão comum não sabe a quem reclamar*



## Câncer: a depressão das células

**A** depressão pode estar associada a um aumento de risco para muitas doenças. Já está bem documentado o aparecimento de surtos de herpes simples ou o aumento de sua frequência em pessoas deprimidas.

A relação entre estresse e câncer ainda necessita de mais comprovação científica. Mas existem estudos mostrando que os pacientes mais deprimidos têm uma capacidade menor de reparar a molécula de DNA - onde estão todas as informações genéticas - quando esta foi lesada, se comparados com os menos deprimidos.

Também verificou-se que os pacientes de depressão maior têm defeitos na função dos leucócitos, que são as células de defesa do organismo. Isto pode indi-

car uma diminuição na imunidade celular.

"Estou cada vez mais convencido de que depressão e câncer estão relacionados e que o câncer é um distúrbio imunológico", afirma Sérgio Aquaviva. Ele diz que, na medida em que os indivíduos têm suas defesas psíquicas arrebentadas pela depressão, deterioram-se as defesas orgânicas.

Na sua prática clínica, Aquaviva observou que o câncer de mama é muito frequente em mulheres que estão entrando na menopausa e começam a sofrer perdas importantes. A perda, seja econômica ou afetiva, é um sentimento constante nos quadros depressivos.

Embora considere difícil de comprovar científica-

mente, Jerônimo Zanonato acha possível que um indivíduo, por ser depressivo, esteja mais predisposto a desenvolver câncer. "Todo depressivo tem um potencial autodestrutivo, uma baixa auto-estima e um sentido de percepção de culpa com punição. Com estes mecanismos, talvez ele possa selecionar uma linhagem celular que forme uma metaplasia e se manifeste como câncer. Quem sabe a desorganização celular do câncer seja uma imitação da desagregação psicótica?", pergunta Zanonato.

**Outras doenças -** Pela experiência da neurologista Janete Litwiniak, pode existir uma causa física subjacente a um diag-

nóstico de doença psicossomática. Ela já teve um paciente que apresentava sinais de depressão mas, na verdade, era portador de hipertireoidismo. Ela relata também o caso de uma paciente deprimida com distúrbios de comportamento. Através de uma tomografia, a médica diagnosticou um tumor cerebral na região frontal, que é a parte do cérebro relacionada com o comportamento.

Lacks verificou que pessoas que tiveram derrame no hemisfério esquerdo do cérebro apresentavam mais depressão quanto mais próxima a lesão estava do lobo frontal e mais ansiedade quanto mais afastado desse lobo.

pulação que têm um único surto durante a vida precisam de um forte fator estressante e os 3% que apresentam mais de um necessitam de um fator externo pequeno.

Para o psiquiatra Jerson Lacks, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a depressão não aumenta por problemas sócio-econômicos: "As catástrofes não geram mais depressão e sim mais estados ansiosos. Quem perde o emprego pode ficar ansioso, mas é preciso fator genético para ficar deprimido."

Também os psicanalistas Carlos Alberto Barreto e Francisco Caminha são da opinião de que as depressões maiores manifestam-se independentemente da crise econômica.

**Idade e crise** – Os idosos têm uma tendência maior a se deprimirem, porque apresentam uma sensação de desvalimento.

"O próprio processo de envelhecimento já predis põe à depressão, porque



A impossibilidade de trabalhar causa dor de cabeça, insônia, tremores, desmaios e crises de choro

ocorre uma diminuição de todos os neurotransmissores", explica Jerson Lacks.

Fatores ambientais como aposentadorias insuficientes, dificuldade de encontrar trabalho, pouca aceitação social e a falta de estrutura da sociedade para abrigar a Terceira Idade acentuam esta tendência à depressão.

A situação dos aposentados é aviltante e ilustra bem o efeito do meio sobre os velhos. "Os brasileiros são des-

respeitados como cidadãos durante toda a vida e, quando se aposentam, continuam a sê-lo, porque ganham na Justiça e não recebem a aposentadoria. Esperar que eles tenham tranquilidade para suportar isso é esperar algo inadequado ao ser humano", afirma o psicanalista Sérgio Aquaviva. "Claro que alguns são tão bem estruturados que conseguem imaginar uma saída, como fundar uma associação, mas estes são minoria."

## Possibilidades de tratamento

Os psiquiatras usam mais a medicação no tratamento de depressivos do que os psicanalistas. Segundo o psicanalista Sérgio Aquaviva, o medicamento é importante para retirar o paciente do quadro depressivo. O remédio por si só não resolve o conflito psíquico, mas quando for suspenso, o paciente poderia estabilizar porque adquiriu nova maneira de funcionamento psíquico.



Sérgio Aquaviva

"O que uso, na verdade, é minha relação com o paciente. Só utilizo medicamentos quando não consigo estabelecer uma boa relação, se ele estiver ansioso a ponto de não me escutar. O que cura não é a medicação, mas a pessoa elaborar seus conflitos e se estruturar num funcionamento psíquico mais saudável."

Mas para os psiquiatras, a medicação antidepressiva cura. Zanonato explica que, quando suspende o uso de antidepressivo à base de serotonina, o paciente pode passar a produzir níveis normais deste neurotransmissor, devido a um mecanismo celular.

O uso prolongado de lítio, que é um modulador do comportamento, pode ocasionar lesões renais. "Prefiro

tratar a lesão a suspender a medicação, para não expor o paciente à dor da depressão."

O médico homeopata Voltaire Fróes usa a homeopatia e extratos de plantas – os chamados florais – associados à acupuntura para tratar a depressão. Ele garante a cura entre um e três anos e afirma que não há reincidência dos surtos nem efeitos colaterais. Para escolher o medicamento ele analisa o perfil do paciente e o confronta com os efeitos das substâncias da natureza. A substância escolhida, depois de energizada e dinamizada, age nos substratos básicos e reverte o processo depressivo. "É uma ação bioenergética", afirma Fróes.

**Depressão funcional** – A tensão muscular contínua causa desconforto permanente. Se isto perdura por meses e anos, como o caso de trabalhadores que permanecem muito tempo na mesma posição, a pessoa pode entrar em depressão.

A tensão muscular dificulta o aporte sanguíneo ao cérebro. "É como andar com um prego dentro do sapato", diz o russo Viatcheslav Konorev, doutor em ciências na área de reabilitação física. Ele está no Brasil há poucos meses, mas afirma que, em 15 sessões, pode curar esse tipo de doença com terapia manual, que diminui a tensão dos músculos das costas e da nuca e corrige a estrutura da coluna e permite o livre fluxo sanguíneo no cérebro.

# Uma doença e muitas definições

**C**linicamente, a depressão abrange sintomas como alteração do apetite, insônia ou hipersonia, agitação ou lentidão psicomotora, perda de energia, choro fácil, tristeza, perda de prazer ou interesse, dificuldades de concentração, autodepreciação ou culpa, e, em alguns casos, pensamentos frequentes de morte ou suicídio.

Muitas vezes tristeza é confundida com depressão. "As pessoas dizem que estão deprimidas mas na verdade estão tristes", explica o psiquiatra clínico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Jerson Lacks. Ele considera que, para haver depressão, tem de ocorrer alguma alteração nos sistemas cerebrais. O estímulo externo atua como disparador de um gatilho que é geneticamente determinado. "Não deprime quem quer, só deprime quem pode."

As depressões classificam-se em maiores e menores. As primeiras, termo mal traduzido da palavra inglesa "major" que significa principal, são mais fáceis de diagnosticar. Com forte predisposição genética, os pacientes apresentam, de forma cíclica, lentidão, tristeza, insônia, perda de peso e piora matinal.

Já a depressão menor é mais parecida com os quadros neuróticos. Os pacientes apresentam manifestações somáticas, ansiedade e inquietude. Mas não ocorre perda de peso nem piora matutina, não é cíclica nem tem componente genético forte.

Choro e tristeza são comuns perante a morte. Mas se a pessoa, diante da morte de um parente, perde peso, fica chorosa e desanimada, não consegue dormir e não tem estímulo e concentração para trabalhar, ela está deprimida.

A depressão pode causar hipersonia e aumento de apetite, ao invés de insônia e inapetência. Os depressivos com insônia e inapetência são mais ansiosos e geralmente tratados com medicamentos que atuam diretamente sobre o neurotransmissor serotonina. Já quem aumenta o tempo de sono e come

muito, sobretudo doces, pode ter depressão relacionada com outro neurotransmissor, a noradrenalina.

Quanto às origens da doença, os psiquiatras apontam uma disfunção no sistema nervoso central, mas os psicanalistas acreditam que ela é uma consequência de conflitos psíquicos adquiridos em fases muito precoces da vida e não-resolvidos.

A ansiedade, que frequentemente acompanha a depressão menor, também é considerada "um constituinte humano como os olhos, a boca e o nariz", diz o psicanalista Sérgio Aquavi-

## Os psiquiatras acham que a depressão é uma disfunção no sistema nervoso central, mas os psicanalistas consideram-no uma consequência de conflitos não-resolvidos

va. "Ela surge por uma necessidade não-satisfeita e, através do seu manejo, a personalidade vai se estruturando."

**A**nsiedade é uma resposta adaptativa normal que leva o indivíduo a se mobilizar. Mas dependendo da intensidade com que se manifesta, pode tornar-se patológica.

Indivíduos em situação de desafio, diante de um exame ou concurso, sentem apreensão. Mas se a pessoa não consegue falar e tem taquicardia, ela manifesta uma reação exagerada que não é mais uma resposta adaptativa.

Algumas pessoas se caracterizam pela personalidade depressiva. São lentas, pessimistas, tristes, dependentes e vivem a alegria como desestabilizadora

— o que é bom para elas passa a ser ruim porque as faz sair do equilíbrio. Sentem-se vazias, sem ânimo e energia, mas não têm insônia nem perda de apetite, o que caracterizaria a doença.

**Outras formas** — Alguns tipos de dor crônica sem causa biológica, como dor em um braço ou na cabeça, podem ser consideradas depressão. A dor não cede com remédios específicos, mas os pacientes sentem-se melhor quando tomam antidepressivos.

**O** psiquiatra clínico Jerônimo Zanonato também relaciona alguns tipos de alcoolismo e uso de drogas à depressão: "Tanto o alcoolista como o drogadicto colocam para dentro algo que alivia algum sofrimento. Então existe um sofrimento básico. A visão mágica é a de que o álcool ou a droga dão ao indivíduo potenciais que ele não tem. Na verdade, se aparece um potencial, é porque ele já existia e aflorou por uma desinibição. Se é preciso ingerir algo que dê a sensação de mais valor, é porque a pessoa se considera internamente pobre. E sensação de desvalia é depressão."

Zanonato fez um estudo em pacientes com dor crônica, que tinham em sua história familiar casos de depressão maior e verificou uma incidência aumentada de alcoolismo. Lacks também assinala um número maior de pessoas deprimidas entre os usuários de álcool e drogas.

O geneticista Oswaldo Frota Pessoa sugere um modelo genético para explicar as relações entre personalidade, alcoolismo e depressão. Ele acredita que os três têm uma base genética comum: são determinadas pela mesma série poligênica — poligenes são dois ou mais genes que atuam juntos na constituição de uma característica do indivíduo.

Estudos mostram que um tipo de alcoólatra tem personalidade depressiva e apontam um grande número de pessoas com depressão maior na família destes pacientes.

# A água da vida

**Erika Franziska Werneck**

**A** pesquisa nacional de saneamento básico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE indica que somente 1% das cidades brasileiras tem algum tipo de tratamento de esgoto. A mesma pesquisa mostra que 80% da população urbana têm acesso à água tratada, mas essa água nem sempre chega às torneiras em condições adequadas ao consumo, por causa da má conservação dos canos, cisternas e caixas.

Em quase todas as nossas cidades, os mananciais estão ameaçados pela despoluição ou pelo desmatamento das nascentes, o que torna o abastecimento cada vez mais difícil e caro. A falta de tratamento da água traz como consequência a diarreia infantil, que mata por ano, no Terceiro Mundo, mais de três milhões de crianças menores de

*Mais do que nunca,  
o tratamento  
adequado da água  
passa a ser vital  
para o futuro  
bem-estar dos  
brasileiros*

cinco anos, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde.

Em praticamente todas as favelas e bairros pobres das nossas cidades, crianças brincam descalças em valas negras, expondo-se a vários tipos de verminose e infecção. A falta de saneamento causa também a esquistossomose, que atinge oito milhões de brasileiros.

Embora a maioria dos municípios no país tenha serviço de coleta de lixo, sua destinação final é muito precária. Em todas as cidades, a maior parte do lixo é lançada nos grandes aterros sanitários. O acúmulo de lixo é responsável pela proliferação de ratos transmissores de leptospirose, que nas grandes capitais atinge 300 pessoas por ano. Devido à falta de saneamento básico, aumentam os casos de hanseníase no país. A Fundação Nacional de Saúde re-



*Apenas 1% das cidades brasileiras contam hoje com algum tipo de tratamento de esgoto*

gistra um caso novo da doença a cada 16 minutos. O Brasil é o segundo país do mundo (o primeiro da América Latina) em malária. Hoje temos mais de 600 mil casos.

**Modernização incompleta** – Esses indicadores sanitários e outros dados sobre a saúde pública no Brasil estão no livro *Saúde, ambiente e desenvolvimento*, produzido pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio. O livro é resultado de análises realizadas por 70 professores e pesquisadores da instituição, responsável pela formação de especialistas em saúde pública através de programas de pós-graduação.

Segundo Paulo Buss, diretor da escola e um dos autores de *Saúde, ambiente e desenvolvimento*, o quadro de saúde é consequência de um modelo de desenvolvimento e de modernização incompleta e excludente, implantado a partir dos anos 30 e que conduz àquilo que no livro os especialistas chamam de “espaço desigual integrado”. Isto porque, do ponto de vista ecológico e humano, o desenvolvimento econômico gerou realidades diversas. Por um lado, modernos centros urbanos; por outro, as favelas e periferias ocupadas pelas camadas mais pobres da população.

Para o diretor da ENSP, esse espaço desigual gera uma ecologia humana desigual. Paulo Buss fala também em dois circuitos da economia: o circuito moderno, no Sudeste, com tipos de doenças mais flagrantes no Primeiro Mundo, onde predominam problemas cardiovasculares e tumores de forma geral, e o circuito secundário da economia, com o Brasil subdesenvolvido, das periferias urbanas e da periferia econômica – o Brasil da Amazônia com a invasão dos garimpos, das fronteiras agrícolas e dos milhares de problemas que estão sendo gerados em consequência disso.

**Construir o conhecimento** – A saúde pública é cada vez mais uma área de atuação multi e transdisciplinar. Daí a participação de pedagogos, educadores, odontologistas sociais e profissionais ligados às ciências humanas, como

o professor Victor Vincent Valla, titular do Departamento de Ciências Sociais da ENSP. Para ele, a saúde pública envolve, em grande parte, uma discussão das ciências sociais, porque lida com sociedades, serviço público e distribuição de dinheiro público.

Como vários outros professores da ENSP, o professor Victor Vincent Valla atua também no Centro de Estudos e Pesquisas de Leopoldina – Cepel –, uma

*O atual quadro de saúde pública no Brasil só irá se modificar se houver um crescimento da sociedade civil popular organizada em associações de moradores e sindicatos*

entidade não-governamental. Para o professor, o atual quadro de saúde pública no Brasil só vai se modificar se houver o crescimento do que chama de sociedade civil de caráter popular. Ele explica que no interior dessa sociedade encontram-se profissionais extremamente preocupados com essa situação brasileira, ao lado da sociedade organizada em associações de moradores, sindicatos, associações profissionais e partidos políticos progressistas. O que o Cepel propõe é a aliança desses segmentos, ou seja, a construção do conhecimento unindo o saber dos profissionais com o saber decorrente da vivência do cotidiano da população.

O Cepel está montando um banco de dados, mapeando, sistematizando e tratando criticamente as reclamações e denúncias em torno dos serviços básicos dos bairros da zona da Leopoldina, no subúrbio carioca. Juntos, esses bair-

ros têm uma população superior a 540 mil habitantes. Victor Valla explica que os dados visam a dar uma idéia das necessidades da população, indicando suas prioridades tanto ao movimento popular quanto para os técnicos dos serviços básicos, a fim de que, juntos, possam apresentar, de forma mais fundamentada, as reivindicações coletivas.

O professor Valla lembra que é hora de encontrar uma saída, seja no âmbito da sociedade civil de caráter popular, seja no de gestões governamentais comprometidas com o bem-estar social. Ele cita como exemplo a ação da prefeitura de Icapuí, no Ceará, que reduziu em 50% a mortalidade infantil do município no período de um ano. No projeto de monitoramento da mortalidade infantil, a administração de Icapuí priorizou a faixa etária de zero a seis anos – a mais atingida em 1990. Todas as crianças entre sete e 11 anos estão matriculadas nas escolas. E quase 100% das crianças estão vacinadas. Por esse trabalho, Icapuí recebeu o prêmio “Criança e Paz-Educação”, concedido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef.

Os especialistas são unânimes: investir em saneamento básico contribui para reduzir abruptamente a mortalidade infantil. E há soluções baratas para atender a essas necessidades. Uma delas foi apontada por Maria Lúcia Oliveira, coordenadora de saneamento da Fundação Nacional de Saúde. Trata-se do sistema condominial de esgoto.

Um dos primeiros municípios a adotar esse sistema foi Petrolina, na fronteira de Pernambuco com a Bahia. A rede de esgoto das casas passa por dentro dos lotes, num traçado que economiza tubulações. A tecnologia é simples. São manilhas, cerâmicas e caixas pré-moldadas de fácil aplicação. Mas, apesar de ser uma solução barata para comunidades pobres, Maria Lúcia Oliveira alerta para a necessidade de manutenção do sistema e para o tratamento adequado do esgoto. Caso contrário, todo o trabalho poderá cair no vazio.

Desnutrição  
diminuiu  
mas ...

diferenças  
sociais  
aumentam



AGÊNCIA GLOBE

## *Pesquisa mostra dimensões da desnutrição infantil no país*

### **Borges Neto**

**L**evantamentos feitos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que, num período de 14 anos recentes, o número de crianças desnutridas com menos de cinco anos caiu em mais de um milhão. Em 1975, havia 2,22 milhões de crianças desnutridas, no conjunto dos 12,08 milhões de menores abaixo de cinco anos de idade, segundo o Estudo Nacional da Despesa Familiar. Já em 1989, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição apontou 1,16 milhão de desnutridos, entre 16,44 milhões de crianças até cinco anos.

Isto quer dizer que, se o percentual de crianças mal-alimentadas era de 18,4%, em 1975, 14 anos depois baixou para 7,1% – uma redução em torno de 60% no período.

Os dados constam do “Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil”, lançado pelo IBGE, Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – Inan e Instituto de Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Iplan/Ipea. A coleta destes dados foi realizada em todo o país, de julho a setembro de 1989, junto a 63,2 mil brasileiros de todas as idades e segmentos sociais mais representativos. São dados francamente favoráveis, para quem gosta de apostar no futuro do país.

O sanitarista Mário Monteiro, que organizou a publicação com Rubem Cervini, do Unicef, chama a atenção para a consistência das informações. Atribui tais resultados à persistência governamental em rea-

lizar campanhas de saúde, vacinações em massa, obras de saneamento e oferta de programas de suplementação alimentar.

**Distância maior** – Um exame mais minucioso desses dados, porém, acaba freando o entusiasmo. Ainda em 1989, verificou-se que 83% das crianças desnutridas eram filhas de famílias que viviam em extrema pobreza, com renda *per capita* não superior a um salário mínimo. Além disso, tais crianças se concentravam, principalmente, no Nordeste (67%) e se espalhavam entre as áreas urbanas (52%) e rurais (48%), em um país extremamente diversificado.

Enquanto na região Sul o número de mal-alimentadas desceu de 11,7% para 2,5% entre 1975 e 1989, nas regiões



Norte e Nordeste os índices caíram, respectivamente, de 24,5% e 27% para 10,6% e 12,8%. Ou seja: enquanto no Sul o problema melhorou 78,6%, no Norte e Nordeste a melhora não passou de 56,7% e 52,6%. De acordo com o questionário realizado há três anos, cerca de 15% das crianças brasileiras ainda sofrem de desnutrição crônica, o que coloca o país ao lado de outras nações em desenvolvimento que não dispõem de mais do que um terço de nossa riqueza nacional.

Atrás destes números se esconde uma constatação ainda mais desconcertante: as regiões com maior prevalência de desnutrição, em 1975, são as que menos se beneficiaram com programas de saúde, educação, alimentação e saneamento básico. O fosso que existe entre as regiões Norte e Nordeste e as do Centro-Sul alargou-se.

Em linguagem estatística, verifica-se que, de 1975 a 1989, a razão de pre-

valências entre as regiões Nordeste e Sul passa de 2,5 para 5 vezes (ver gráfico 1). "O Nordeste, hoje, está muito mais longe do Sul", resumiu Marília Mendonça Leão, representante do Inan.

**Dois países** – As desigualdades regionais se acentuam, sobretudo, quando se analisa a evolução da desnutrição entre os diversos segmentos da sociedade brasileira. Enquanto o índice da desnutrição descia entre os mais pobres de 30,5%, em 1975, para 13,6% em 1989 (-55,4%), entre os mais ricos reduzia-se de 6,1% para 1,4% (-77%), em igual período de tempo.

A pesquisa que o IBGE traz agora a público mostra, ainda, que 25% das crianças mais ricas do Brasil detêm 72% da renda nacional, enquanto as 25% mais pobres ficam apenas com 3% desta mesma renda. É como se o Norte/Nordeste fosse um país igual a mui-

tos da África, e o Sul/Sudeste/Centro-Oeste correspondesse à outra nação.

**Cidade e campo** – O levantamento de 1989 mostra, também, a desigualdade que existe entre as áreas rurais e urbanas do Brasil. Comparadas com crianças nascidas na cidade com peso abaixo do normal, as que nasceram na área rural são em número sensivelmente superior. Isto indica que, ao contrário das mães residentes nas cidades, as que vivem na área rural quase não têm acesso a qualquer tipo de assistência médica no período pré-natal.

De acordo com a publicação, cerca de 64% das mulheres grávidas em áreas rurais ainda não tinham recebido qualquer atenção médica quando da realização da pesquisa. O problema, entretanto, não existe apenas nas regiões Norte e Nordeste, onde a proporção das mulheres rurais grávidas sem qualquer atendimento pré-natal chegava a 78,5%. Nas

## Infância sacrificada

**M**esmo reconhecendo-se o empenho com que o governo tem oferecido, nas últimas duas décadas, programas alimentares em benefício da população carente, a desnutrição crônica infantil ainda é um escândalo nacional. Só no Norte e Nordeste, a pesquisa do IBGE encontrou cerca de 1,5 milhão de crianças desnutridas, o que equivale a toda a população do Uruguai e Chile com menos de cinco anos de idade.

A meta do governo, três anos atrás, era atender 13 milhões de crianças com menos de sete anos, e 3,3 milhões de mulheres gestantes inscritas nos programas federais de alimentação. Mas a pesquisa revelou que tal número só

teria sido alcançado se todas essas crianças e mulheres estivessem inscritas em pelo menos três programas alimentares. Acontece que, dos 4,4 milhões de crianças com menos de três anos, nascidas de famílias com renda inferior a dois salários mínimos, apenas 30% (1,3 milhão) estavam inscritas em pelo menos um programa governamental. E de um total de 800 mil gestantes, apenas 120 mil (15%) foram atendidas. Apesar de se encontrarem no Nordeste 75% das crianças desnutridas, menores de três anos, de todo o Brasil, verificou-se também que apenas 25% do atendimento foram prestados nessa região.

No Rio de Janeiro, é justo ressaltar a conjugação de esforços que há seis anos vêm dando a prefeitura, igrejas, associações de moradores, clubes como Rotary e Lyons para amenizar o problema. Nas áreas mais carentes do município foram instaladas 341 creches, através das quais são atendidas cerca de 23 mil crianças, na faixa que vai de quatro meses a seis anos de idade.

Para compensar um pouco o efeito da atual crise, a prefeitura do Rio lançou também, no início do ano, o projeto Centro Municipal de Atendimento à Criança, que atinge, em mais 38 creches, outras 19 mil crianças, o que significa um total

de menos 42 mil crianças desnutridas no Brasil. Além de garantir o alimento desses menores – muitas delas com quatro refeições por dia – a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social fornece às mães trabalhadoras mais necessitadas bolsas de mantimentos para o restante da família.

Os clubes, as igrejas e associações de moradores pagam às educadoras e merendeiras. O resto fica por conta da prefeitura, de cujos cofres terão de sair os 20 bilhões de cruzeiros necessários para garantir, somente neste ano, seu programa social de alimentação e compra de material para as creches que dela dependem.

outras regiões, quando foi feito o levantamento, uma em cada quatro gestantes ainda não havia recebido atenção médica.

Vale lembrar que o atendimento pré-natal, para ser satisfatório, deve começar antes do quarto mês, constando de um mínimo de cinco consultas médicas antes do parto.

**Gravidez e educação** – Dois gráficos apresentados pela publicação do IBGE mostram, também, que existe estreita correlação entre o número de grávidas sem atendimento pré-natal e seu grau de instrução escolar e de renda familiar. Mulheres grávidas, totalmente desassistidas de

cuidados médicos, eram 74,3% com um ano de escolaridade. As que contavam com renda familiar de até meio salário mínimo chegavam a 55%.

**Peso dos bebês** – É a partir da medição do peso de um bebê que melhor se pode avaliar sua possibilidade de crescer e se desenvolver. Crianças que nascem com peso inferior a 2,5 quilos têm menos chance de sobreviver. O normal é que uma criança nasça com peso em torno de três quilos.

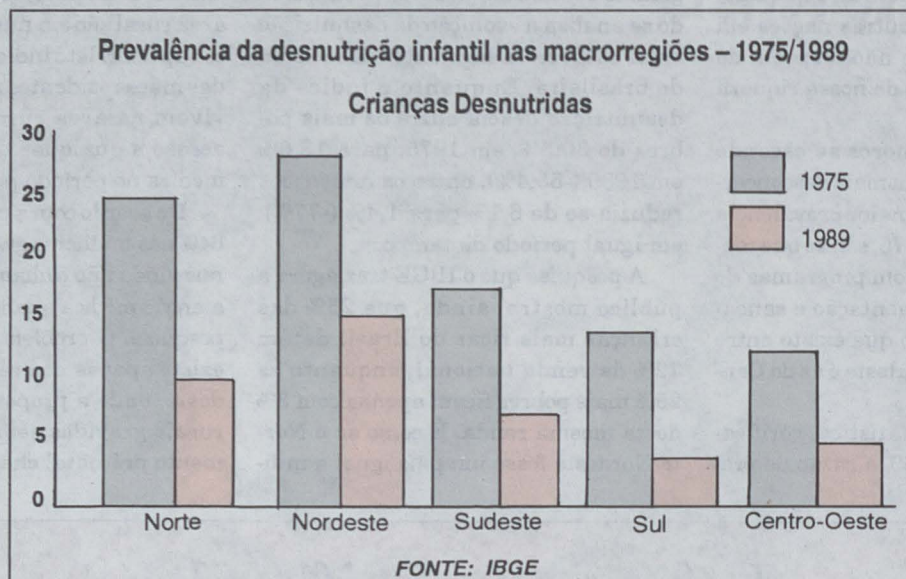
to que o país fica em uma situação bem melhor que a Índia (30%), mas bem dolorosa diante da Suécia, onde apenas 4% dos bebês nascem com menos de 2,5 quilos.

Em classificação feita pelo Banco de Dados Antropométricos da Organização Mundial de Saúde – OMS e pelo Banco Mundial para relacionar Produto Nacional

Bruto e desnutrição, o Brasil aparece em lugar relativamente honroso entre 30 países em desenvolvimento: é o 24º (ver gráfico 12).

O inquérito revela, ainda, outra desigualdade gritante, quando projeta gráficos de serviços públicos considerados de primeira necessidade. O governo garante o fornecimento de água tratada a 62% dos

domicílios da região Centro-Oeste e 85% dos do Sudeste, mas no Nordeste beneficia apenas 48,4% das casas. Ainda no Nordeste, 84% dos habitantes não têm rede de esgoto ou fossa séptica.



No Brasil, dos quatro milhões de crianças que nascem a cada ano, 10% têm peso abaixo do normal (no Norte e Nordeste o percentual é de 12%). É cer-



O Nordeste brasileiro pode ser comparado, em termos de nutrição, aos países pobres da África

**Próximo levantamento** – A despeito da redução expressiva das taxas de desnutrição infantil, os autores alertam para um fato inquietante e, ao mesmo tempo, bem previsível para a próxima pesquisa: se não houver sinais de recuperação da atividade econômica no Norte e Nordeste, se continuarem os cortes sobre os gastos destinados a obras sociais, se não houver melhor distribuição da renda nacional, se não se mantiver o ímpeto das modificações demográficas será improvável que se repitam, nos próximos anos, os avanços observados a partir de 1975 ou mesmo a situação de estabilidade indicada nos anos mais recentes.

Marília Mendonça Leão não esconde seu pouco entusiasmo diante dos dados mais positivos apurados no inquérito de 1989: "Não há o que comemorar. Os programas públicos precisam de mais seriedade."

**Mortalidade infantil** – No Brasil, onde na década de 30 o índice de mortalidade infantil era de 158,3 por mil no primeiro ano de vida, ainda morrem em média 60 crianças no mesmo período. No Nordeste, esse número pode chegar a 80/1000, cabendo ao estado de Alagoas – segundo Mário Monteiro – o recorde nacional (95/1000). O Rio Grande do Sul é o estado que apresenta o menor índice de mortalidade: 23/1000.

Nesse autêntico quadro negro, é verdade, o Brasil não está só. Na Nicarágua e no Haiti, o índice é de 90/1000 e, na maioria dos países africanos, sobe acima dos 100/1000. Zâmbia, por exemplo, tem 116 óbitos por mil bebês, antes de completar um ano de vida. Mas, nos Estados Unidos, o índice baixa para 10/1000, e na Suécia, 7/1000.

Agop Kayayan, do Unicef, reconheceu que o Brasil passa por mais uma crise econômica. Mas isso, segundo ele, não pode ser responsável pelo número tão alto de mortes entre crianças no primeiro ano de vida. E deu a receita: “É em época de crise que os recursos públicos devem ser melhor aplicados, destinados a programas sociais, principalmente os que causem mais impactos sobre a mortalidade infantil.”

### Prevalência de desnutrição na população de menores de cinco anos e Produto Nacional Bruto per capita em 30 países em desenvolvimento

País	Prevalência da Desnutrição		PNB	Ano
	Crônica	Aguda		
Malawi	56,2	1,6	180	1981
Bangladesh	56,1	8,1	159	1982
Paquistão	46,3	15,3	340	1986
Bolívia	42,7	0,7	540	1981
Etiópia	42,1	11,6	120	1982
Filipinas	42,0	4,7	800	1982
Laos	40,1	11,1	160	1984
Peru	37,8	0,9	1.120	1984
Níger	37,7	23,2	240	1985
Equador	34,0	1,7	1.050	1987
Honduras	33,9	1,9	810	1987
Gana	30,5	7,3	400	1988
Zimbábue	29,0	1,3	580	1988
Congo	27,1	5,4	930	1987
Lesoto	26,1	4,5	490	1981
S. Tomé e Príncipe	26,0	5,0	340	1986
Cabo Verde	25,8	3,3	440	1985
Panamá	22,0	6,4	1.680	1980
Nicarágua	21,8	0,6	760	1981
Maurício	21,1	16,2	1.100	1985
Guiana	20,7	8,5	730	1981
Costa do Marfim	17,2	8,6	700	1986
Colômbia	16,6	2,9	1.240	1986
BRASIL	15,4	2,0	2.160	1989
Chile	9,6	0,5	1.450	1985
Costa Rica	7,8	2,0	1.140	1982
Barbados	7,4	3,8	3.520	1981
Antigua	6,6	2,9	1.630	1981
Venezuela	6,4	1,3	4.140	1984
Seichelles	5,1	2,0	3.800	1988

Fontes: Banco de Dados Antropométricos da OMS (dados de nutrição) e Banco Mundial (PNB)

# Por uma nova imagem do índio

*Ailton Krenak diz que suas comunidades foram duramente atingidas pela recessão econômica e aposta na resistência indígena*



J. R. RIPPER

## Jaime Brener

**D**urante séculos, vem se transmitindo às crianças brasileiras uma imagem folclórica do índio. Queremos mudar isso, a partir do contato direto com educadores e alunos." A afirmação é de Ailton Krenak, hoje uma das principais lideranças indígenas do país. Conhecido por suas opiniões fortes, Krenak falou à **cadernos do terceiro mundo** na Casa do Índio, em São Paulo.

□ *Como as lideranças pensam em alterar essa imagem caricatural do índio, que tradicionalmente se propaga nas escolas?*

**AK** - É um processo muito difícil, porque trata-se de mudar práticas que vigoram há centenas de anos. Mas nossa prioridade é o contato com educadores e alunos. Aqui na Casa do Índio, por exemplo, realizamos cursos de reciclagem para professores da rede básica,

com o objetivo de levá-los, por si mesmos, a modificar os conhecimentos que passam a seus alunos. Nossa linha de atuação é trabalhar a necessidade da tolerância para com culturas e tradições diferentes, não-majoritárias.

Infelizmente, essa mudança ainda não atingiu os livros didáticos: são milhões de exemplares impressos todos os anos, a maioria desinformados sobre a questão indígena. De qualquer forma, acreditamos que ao mudarmos a atitude dos planejadores de ensino, eles tratarão

de alterar a qualidade do material nas escolas.

□ *O que foi o evento "Tradição e Tecnologia", realizado aqui na Casa do Índio?*

**AK** - Foi uma tentativa de expor os quatro anos de experiências do Centro de Pesquisas Indígenas, de Goiás. Lá, capacitamos um grupo de jovens de várias tribos, formando um primeiro corpo técnico para o gerenciamento tecnológico e de saúde nas aldeias. A mostra "Tradição e Tecnologia" apresenta justamente o uso das tecnologias tradicionais para o desenvolvimento das nossas comunidades. E como convidamos muitos educadores, essa experiência certamente vai ser transmitida também às crianças.

□ *Este ano estão previstas grandes comemorações pelo quinto centenário da chegada dos europeus à América. Como as lideranças vêem esses eventos?*

**AK** - É um festejo de mau gosto. Os países ricos têm dinheiro para realizar uma enorme exposição como a de Sevilha, em cima da miséria alheia. Se a Europa agora pode fazer festa, é porque arrancou ouro, prata e mão-de-obra barata da América Latina durante séculos. O quinto centenário não deve ser motivo para festas e sim para uma reflexão séria sobre qual o compromisso dos países ricos diante do meio ambiente e das populações dessas áreas, cujo sangue foi sugado. O sistema internacional é estúpido, já que um dia vai explodir no rosto dos países ricos. Veja o caso da Europa Ocidental, que agora deve suportar a convivência com os imigrantes dos países que foram explorados até o osso.

□ *Qual é a situação atual das reservas indígenas demarcadas pelo presidente Fernando Collor?*

**AK** - Há uma contradição muito grande entre o que o presidente anuncia e o que faz. A reserva ianomâmi, por exemplo, não está demarcada de fato. Ela foi criada por decreto, mas até agora o governo não alocou recursos para materializá-la. E ainda há garimpeiros na reserva. Não são os 40 mil que havia antes, mas ainda estão lá. Isso ocorre em muitas outras áreas, porque o governo não tem uma política de preservação de áreas e da cultura indígena. A Funai inclusive admitiu a falência, diante da ausência de orçamento e de políticas claras. A situação geral das aldeias indígenas é de desassistência. Diariamente, recebemos aqui na Casa do Índio pessoas que deixaram suas aldeias para tratar da saúde ou vender artesanato. Depois elas não têm como voltar, porque não contam com o apoio da Funai, que está desmantelada. O fato é que nossas comunidades foram duramente atingidas pela política econômica recessiva do presidente.

□ *Como você vê o futuro dos índios?*

**AK** - Somos 16 milhões em toda a América Latina. Em alguns países, como a Bolívia ou o Peru, compomos até 70% da população. No Brasil, somos cerca de 300 mil índios. Os números são importantes, porque não se pode mais extinguir uma população tribal. O mundo está vigilante. Eu sou muito otimista. Costumo dizer a meus parentes que, se houver um último pôr-do-sol, nós índios estaremos assistindo sentados. Vivos. ■

# A encruzilhada sandinista

*A crise política e econômica nicaraguense se reflete na situação interna da principal força do país*

Aldo Gamboa

**P**arado no meio da rua, sob o sol da tarde de Manágua, Vidal Toruno olhou à sua volta, passou as mãos pelos cabelos, e se perguntou: "Onde estão os *compas*?"<sup>1</sup>. Ex-guerrilheiro de mais de um combate, ex-militar e atualmente engrossando a fila dos desempregados, Toruno era a imagem da Nicarágua de hoje, sem saber que rumo tomar.

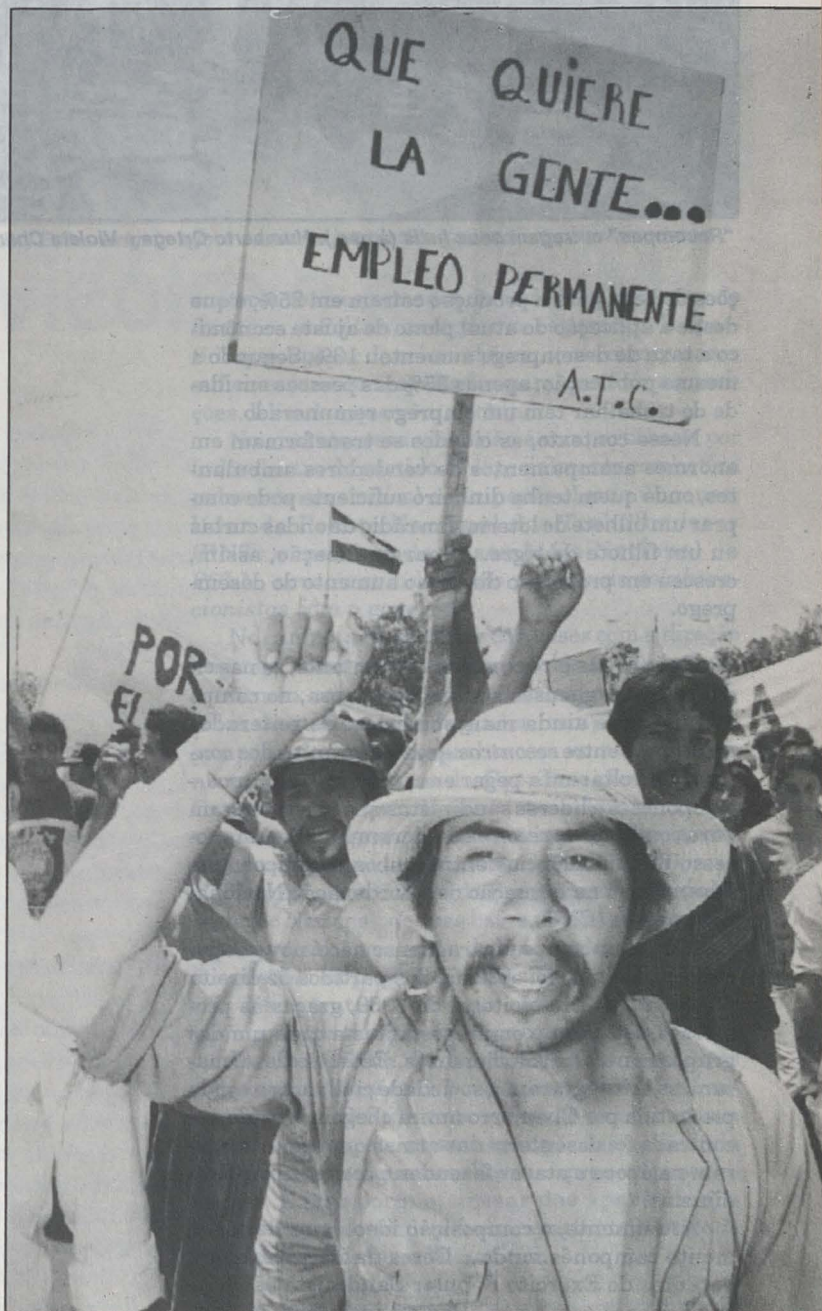
O desemprego alcançou índices das décadas de Tacho Somoza; o Poder Executivo enfrenta o Legislativo, enquanto este último descarrega suas baterias na Frente Sandinista, onde, por sua vez, líderes sindicais divergem de seus dirigentes partidários. Cada novo assunto, cada iniciativa, desencadeia um temporal, alguns deles tão fortes que fazem parecer iminente o recrudescimento da guerra.

Discussões sobre as propriedades estatais, a devolução de fazendas transformadas em cooperativas pelo governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), a presença do comandante Humberto Ortega à frente do Exército ou até a casa de Daniel Ortega são motivo de tensões dentro do aparelho político do Estado.

**Economia devastada** – Vidal Toruno é só um das centenas – ou milhares – de sandinistas que passaram de combatentes revolucionários a desempregados. Segundo recentes pesquisas, essa é a mesma situação de cerca de 700 mil nicaraguenses, em um país com uma população economicamente ativa calculada em um milhão e 300 mil pessoas. Em abril deste ano, o governo reconheceu um índice de desemprego de 53%.

Outro órgão, a Fundação Internacional para o Desafio Econômico Global, calculou em 190 mil o número de desempregados e em 520 mil o de subempregados. O ministro do Trabalho, Francisco Rosales, negou que a situação tenha sido criada pelo plano de ajuste estrutural da economia implantado pelo governo de Violeta Chamorro desde março de 1991.

Durante o primeiro ano de governo de Chamorro, a inflação atingiu 55.000%. Atualmente, calcula-se que 60% da população vivem na pobreza. Fontes citadas pela revista norte-americana *Nicaragua Update* afirmam que no atual governo as importa-



O desemprego atinge 53% da população economicamente ativa



"Recompas" entregam seus fuzis (à esq.). Humberto Ortega e Violeta Chamorro (centro): a continuação do dirigente sandinista à



ções de bens para a produção caíram em 25%, e que desde a aplicação do atual plano de ajuste econômico a taxa de desemprego aumentou 18%. Segundo a mesma publicação, apenas 35% das pessoas em idade de trabalhar têm um emprego remunerado.

Nesse contexto, as cidades se transformam em enormes acampamentos de vendedores ambulantes, onde quem tenha dinheiro suficiente pode comprar um bilhete de loteria, um rádio de ondas curtas ou um filhote de tigre. A marginalização, assim, cresceu em proporção direta ao aumento do desemprego.

**Recompas e recontras** – No entanto, se nas cidades nicaraguenses a situação é tensa, no campo adquire tons ainda mais sombrios. Os reiterados confrontos entre *recontras* – ex-integrantes dos *contras* que voltaram a pegar em armas – e *recompas* – camponeses e líderes sandinistas que se rearmaram para combater os *recontras* – deram lugar a um processo de coincidências entre ambos os grupos, que desembocou na formação da Coordenação Nacional Camponesa (CNC).

A crise no campo nicaraguense não é nova. A pacificação do país foi obtida pelos partidos de direita depois da vitória eleitoral de 1989, graças às promessas de terras e empregos feitas a cada um dos grupos contra-revolucionários. Estes se desarmaram, se reintegraram à sociedade civil, mas a ajuda prometida por Chamorro nunca chegou. A saída encontrada foi desenterrar as armas que não entregaram na época e atacar fazendas e cooperativas sandinistas.

Atualmente, a composição ideológica do movimento camponês mudou. Cerca de 20 mil ex-combatentes do Exército Popular Sandinista são hoje camponeses sem terra. Dos antigos *contras*, 90% estão na mesma situação. Foi esse denominador

comum que permitiu a aproximação política em torno da CNC.

A idéia é criar uma força social capaz de obrigar o governo a cumprir com os acordos de pacificação, e mais especificamente as cláusulas referentes à entrega de terra a ex-*contras* e ex-militares sandinistas.

**Pressão** – A pressão exercida pelas armas dos camponeses já se fez sentir nos gabinetes do poder em Manágua e suas consequências assumiram a forma de confrontos entre diversos setores do governo.

Alfredo César, presidente do Parlamento e ex-dirigente *contra*, defende a imediata restituição a seus donos das fazendas transformadas em cooperativas há mais de uma década. O ex-dirigente *contra* trava uma luta surda contra as posições da presidente Violeta Chamorro.

Alfredo César é o homem mais próximo aos interesses dos Estados Unidos – foi representante da Coca-Cola nesse país – e sua palavra é ouvida com atenção pelos congressistas norte-americanos que votam a ajuda econômica à Nicarágua. E César quer um homem de sua confiança no Exército.

É por isso que o momento mais tenso dessa disputa ocorreu quando Chamorro vetou um pedido do presidente do Parlamento de uma interpelação parlamentar ao chefe do Exército, comandante Humberto Ortega. Segundo Chamorro, Ortega só poderia comparecer ao Congresso mediante um convite, e não uma interpelação. Alfredo César criticou duramente o veto presidencial e se manifestou partidário de que os Estados Unidos suspendam a ajuda econômica à Nicarágua.

Esta também é uma história antiga. Quando a Nicarágua se preparava para as eleições presidenciais de 1989, os Estados Unidos perceberam que os



frente do Exército não é aceita por muitos "recontras" (à dir.) Estes exigem agora as terras prometidas quando depuseram armas

14 pequenos partidos nicaraguenses contrários à FSLN não tinham nenhuma chance de ganhar as eleições se não articulassem um elemento comum. Esse elemento se chamou Violeta Barrios de Chamorro.

A União Nacional Opositora (UNO) ganhou as eleições, mas as feridas internas da coalizão sempre estiveram muito longe de cicatrizar.

Chamorro, por sua vez – talvez por sua estreita convivência com a Junta Revolucionária que governou a Nicarágua nos primeiros anos, e da qual foi integrante – teve a lucidez de perceber que só havia ganho as eleições e que não teria chances de governar com a FSLN contra ela.

A saída foi estabelecer relações de *boa vizinhança* com os líderes sandinistas. Chamorro foi uma das defensoras da permanência de Humberto Ortega à frente do Exército e assumiu pessoalmente o Ministério da Defesa para bloquear qualquer tentativa de destituir o histórico dirigente sandinista.

Assim, por mais paradoxal que possa parecer, atualmente a FSLN contribui mais que a própria coalizão de governo para a convivência democrática na Nicarágua, ao garantir a governabilidade do país.

**A frente interna** – Se a convivência de Violeta Chamorro e Alfredo César é difícil, também não é fácil a dos líderes sandinistas. Apesar de ter passado por um congresso partidário há menos de dois anos, existem problemas que continuam sem solução. O mais notório deles é, precisamente, o do apoio da Frente a Violeta Chamorro.

A liderança sandinista nega que se trate de um *cogoverno*, embora tenha certa dificuldade em prová-lo. Na verdade, a Frente Sandinista é o único partido com condições de administrar uma transição como a que vive a Nicarágua: é o único com incidência direta sobre as bases, os sindicatos, o que

controla setores armados da sociedade, os postos de fronteira, a Polícia, os órgãos de segurança. É o partido que, apesar da crise interna, conta com quadros suficientemente respeitados para assumir as posições delicadas que vêm adotando.

No entanto, essa visão não é compartilhada por todos dentro do partido. É especialmente combatida pelos setores sindical e camponês. Lucio Jimenez, líder da Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT) e membro da Assembléia Nacional da FSLN, acusou os líderes do partido de *colaboracionistas* com o governo.

No campo, a dissidência das bases com a direção assumiu outra expressão: a própria CNC, onde se reúnem ex-combatentes sandinistas, *ex-contras*, feridos de guerra, *ex-refugiados*, camponeses e desempregados urbanos que buscam uma alternativa no campo. O discurso da Coordenação Nacional Camponesa é marcadamente mais duro com o governo de Manágua que o utilizado pelos líderes sandinistas, fato que também marca uma distância.

Esta é a encruzilhada da Frente Sandinista de Libertação Nacional: de suas bases urbanas, muitos são desempregados que estão decepcionados e a maioria dos que têm emprego está alinhada com líderes sindicais descontentes. No campo, os *ex-combatentes* se unem a *ex-contras* para criticar o governo.

Existe também dentro da FSLN um setor que alimenta aspirações de ocupar cargos na atual administração. Difícilmente a Frente se atreveria a dar esse passo, e – mesmo que quisesse – é ainda mais improvável que suas bases o aproveem passivamente. E isso porque, apesar das aparências, a Frente continua sendo o mais importante partido de oposição existente na Nicarágua. ■

<sup>1</sup> Compas: Redução da palavra "companheiro". Tratamento coloquial usado pelos combatentes sandinistas



*A falta de terras, aliada a divergências de caráter religioso entre protestantes e católicos, está provocando conflitos na comunidade indígena do estado de Chiapas*

formas do Concílio Vaticano II, vê como o papel básico da Igreja o compromisso com os pobres e sem-terras.

## Mistura explosiva

**Franz Schurmann\***

**E**m 1º de abril, índios protestantes de um bairro pobre da cidade de San Cristobal de las Casas atacaram um vereador da cidade católica de San Juan Chamula a uma cruz. A crucificação – que feriu mas não matou o vereador – provocou a imediata retaliação de oito mil católicos residentes em San Juan Chamula, que invadiram bairros protestantes de San Cristobal e apedrejaram casas indiscriminadamente.

O incidente reflete a profunda animosidade reinante entre católicos e protestantes convertidos de Chiapas, o estado mais pobre e mais ao sul do México, onde a maioria dos habitantes são índios e sem-terras.

As conversões começaram em 1970, como parte de uma grande campanha realizada por missionários norte-americanos. Hoje, cerca de 40% da população de Chiapas são protestantes. Apesar do número crescente de convertidos, muitos índios continuaram católicos, retraindo-se ainda mais em suas fechadas comunidades maias.

Ao mesmo tempo, em cidades como San Juan Chamula, os católicos “ortodo-

xos” começaram a expulsar milhares de convertidos, muito dos quais foram morrer nas zonas mais pobres dessa cidade.

**Concentração da terra** – “O problema entre ambos os grupos é tanto de terras quanto de religião”, diz o padre Ramón Costillo Aguilar, que trabalha no arcebisado local.

Muitos índios ainda moram no campo e precisam de terras para sobreviver. Embora este seja um estado rico em recursos naturais, grandes latifúndios de propriedade de velhas oligarquias e novos-ricos da Cidade do México – inclusive filhos de presidentes recentes – roubaram dos índios as melhores terras.

Quando ocorreu o último conflito sangrento, os protestantes da colônia de Las Hormigas perderam as esperanças de recuperar os seus lares e lotes de terra através da intervenção do governo e voltaram-se para o histórico inimigo do governo, a Igreja católica.

Apesar de um século de repressão por parte do governo mexicano, a Igreja manteve a sua influência oferecendo um “ombro amigo” para os pobres desabafarem suas queixas. Desde fins da década de 60, uma nova geração de teólogos liberais, inspirados pelas re-

À margem da modernização – O conflito em Las Hormigas apenas reflete o desespero dos índios deste estado pobre, sejam eles católicos ou protestantes. Há muito tempo isolados do resto do país, os habitantes de Chiapas acreditam que seu estado foi posto de lado nos ambiciosos planos de transformar o México em um gigante industrial.

Enquanto o governo explora os abundantes recursos naturais da região, os habitantes recebem pouco em troca. “Muito sai, mas nada volta”, afirma um motorista de táxi protestante.

Os conflitos religiosos, porém, são apenas um aspecto de uma grande mobilização indígena envolvendo católicos, protestantes e a igreja liberal que está criticando o sistema colonial de posse de terras. Recentemente, os índios de Chiapas promoveram cinco gigantescas passeatas, indo a pé até a maior praça da Cidade do México, onde exigiram satisfação do governo.

Sem dúvida, os índios de Chiapas – católicos ou protestantes – estão entrando na vida política do país. Com sua alta taxa de natalidade, eles certamente não vão desaparecer. Em algum momento, o governo mexicano terá que chegar a um acordo com eles caso deseje o sucesso de seu plano de modernização.

PNS. O editor da PNS, Franz Schurmann, é professor de história e sociologia na Universidade da Califórnia



# “Para nós, desenvolvimento significa bem-estar para a população”

*A adoção do multipartidarismo, a abertura da economia e as negociações de paz são analisadas pelo presidente de Moçambique Joaquim Chissano*



**Beatriz Blisslo e Claudla Guimarães**

**C**onsiderado um dos países mais pobres do mundo, Moçambique vem travando desde a sua independência de Portugal, em 1975, uma incansável batalha pelo desenvolvimento. Os obstáculos não são pequenos: a herança colonial, as secas e a guerra contra a Renamo, grupo organizado e mantido, primeiro pelos rodesianos, depois pelo regime sul-africano do apartheid.

Apesar das dificuldades, muito já foi realizado. Hoje, é comum se encontrarem desde técnicos e professores até administradores de empresas nascidos no país, quando na época da independência não havia moçambicanos aptos sequer para dirigir um ônibus.

As mudanças também se fazem sentir no plano político. Em sintonia com o processo de democratização que ocorre na África, a Frelimo – partido que liderou a luta de libertação e está no poder desde então – propôs uma nova Constituição, aprovada após amplo debate em novembro de 1990, que introduziu o pluripartidarismo e liberalizou a economia.

Hoje, o principal desafio da Frelimo é obter um acordo de paz definitivo com a Renamo nas negociações que estão sendo realizadas há cerca de dois anos em Roma. Na opinião do presidente de Moçambique, Joaquim Chissano – que falou com exclusividade a cadernos do terceiro mundo – só o fim da guerra permitirá ao país encontrar o caminho do desenvolvimento econômico e alcançar o bem-estar da sua população.

□ **Depois de 16 anos de regime unipartidário, Moçambique adotou o pluripartidarismo. Como se deu esse processo?**

– Moçambique é um país que durante o período da colonização não conheceu um trabalho político, não havia partidos. O único permitido era a União Nacional – o único também em Portugal –, um partido fascista.

Só depois da independência é que se começa a falar em política e o povo começa a participar. E é a Frelimo – o movimento que liderou a libertação do país – que cria as condições para um processo democrático em Moçambique.

Mas, precisamente porque houve um desenvolvimento sobre os vários assuntos, era natural que começasse a haver vários pontos de vista. Daí surge a necessidade de irmos alterando a nossa própria Constituição, proclamada em 1975.

No V Congresso do Partido, em 1989, decidiu-se alterar alguns conceitos sobre política e economia. O Congresso, então, achou que era necessário fazer uma revisão da Constituição e apresentou esse fato à Assembléia Nacional.

A Assembléia fez uma pequena revisão da Constituição através de discussões nos órgãos locais, provinciais, distritais e de localidade. O partido não ficou satisfeito e achou que devia haver um amplo debate e assumiu a tarefa de levar as idéias sobre mudanças constitucionais para a massa da população.

E assim participaram desse debate mais de três milhões de habitantes, incluindo pessoas que viviam fora, que deram seus pontos de vista, a maioria pessoalmente,

alguns por escrito. Não quero dizer que todos tomaram a palavra, mas aprovaram as mudanças mediante sua participação em reuniões, através de um gesto ou por aclamação.

A partir dessas discussões, criamos uma comissão, constituída por várias entidades, que fez o resumo dos debates. Concluídos os trabalhos, a comissão os enviou para o Comitê Central do partido. Este por sua vez apresentou a proposta à Assembléia, e o resumo feito pela comissão foi melhorado.

É essa Constituição que finalmente foi levada à aprovação da Assembléia. De maneira geral, houve um grande consenso em torno desta nova Carta.

**Quais as principais alterações que traz essa nova Constituição?**

— A mais controversa era precisamente saber se devíamos adotar o multipartidarismo ou não.

As opiniões eram diversas. Alguns defendiam maior abertura, mas dentro do sistema de partido único. Nesse caso, se incluía a proposta de se admitir candidaturas independentes que seriam apoiadas por grupos de pressão, associações etc.

A posição mais firme era de rejeitar o multipartidarismo em Moçambique, já que ninguém estava exigindo o fim do monopartidarismo.

Nesse sentido, havia muitos receios. Alguns argumentavam que o multipartidarismo pode ser perigoso em país que ainda está consolidando sua unidade nacional, e onde há regionalismos e até aspectos de tribalismo. Outros ponderavam que o pluripartidarismo era algo muito caro, e demonstravam isso de várias maneiras. Ao final, o Comitê Central do partido decidiu respeitar a opinião da minoria. Quer dizer, a grande maioria tinha dito não ao multipartidarismo, mas o fato de haver uma parte da população — ainda que fosse uma minoria — desejando o multipartidarismo significava que havia a possibilidade de alguém querer formar o seu próprio partido.

Assim, foi o Comitê Central do partido que propôs o multipartidarismo. Por isso foi incluída esta mudança na Constituição. A nova Carta entrou em vigor no dia 30 de novembro de 1990. Em fevereiro de 1991, foi aprovada a nova lei dos partidos.

**Em que prazo a Frelimo prevê um calendário eleitoral?**

— Decidiu-se durante as conversações de Roma que as eleições viriam um ano após a assinatura do acordo geral de paz. Pensamos que é um período suficiente para que os partidos possam se preparar.

**Quais são os requisitos para a formação de novos partidos?**

— Uma das cláusulas é que são necessárias 1.100 assinaturas, sendo 100 por cada província. Nós temos dez províncias, além da cidade de Maputo que também tem estatuto de província.

Entre os outros requisitos está o de que os partidos não devem ter caráter tribal ou religioso e devem respeitar a unidade nacional.

**Mil e cem assinaturas não seria um número muito baixo?**

— De fato, é muito baixo. Esse foi um assunto também muito debatido. Como a maioria estava contra o multipartidarismo, se colocássemos um número alto, diriam que estávamos dificultando o surgimento de novos partidos.

Apesar desse número baixo, levou muito tempo até que aparecesse um outro partido, chamado Palma.

Esse partido passou por vários problemas, divisões. A falta de seriedade na constituição desse primeiro grupo provocou, logo de partida, um certo descrédito em relação ao multipartidarismo.

O certo é que esse, que foi o primeiro grupo a se apresentar, até hoje não está registrado porque ainda não preencheu os pré-requisitos.

Depois apareceram outros grupos. Hoje temos 14 organizações, incluindo a Frelimo. Apesar de termos razões de sobra para não fazer um novo registro — em função dos mais de 30 anos de nossa história — quisemos cumprir a lei dos partidos e nos registramos no Ministério da Justiça.

Depois de nós, desses 13 grupos só se registrou mais um, chamado Unamo. O mais curioso é que, desde que se registrou, não o vimos em atividade.

**O que alegam para não se registrar?**

— Bom, alguns alegam que não têm a possibilidade de conseguir as 1.100 assinaturas ou pelo menos as 100 assinaturas por cada província, porque não têm dinheiro para fazer o trabalho. Achem que o governo devia dar-lhes recursos para isso.

Mas nós não temos condições de arcar com esses gastos devido à situação que estamos vivendo. Apesar das conversações de paz, a Renamo ainda continua com a luta armada.

**Qual foi a reação da Renamo, que tanto pedia o multipartidarismo, diante dessas mudanças?**

— Não querem se registrar. Com a força das armas querem tentar impor certas condições. O que a Renamo

*“Nossos adversários dizem que a Frelimo não fez nada nesses 16 anos. Isso não é verdade. Na época da independência, não havia um moçambicano apto sequer para dirigir ônibus. Hoje, temos até diretores de empresa formados na nossa Universidade”*

está tentando conseguir agora é uma revisão da Constituição. Querem que a mesa de negociações em Roma se transforme em uma "mini-Assembleia Constituinte" com quatro delegados de um lado e quatro de outro, além dos mediadores da comunidade internacional. E nós achamos que isso não pode ser feito assim.

**❑ E o que eles querem mudar na Constituição?**

– Aí está o problema: eles se recusam a dizer o que querem. Eles querem que aceitemos o princípio e depois é que iriam indicar o que ia mudar.

Nós aceitamos ouvir o que eles querem, mas sem dar garantias de que nós vamos mudar algo em Roma. Podíamos mudar qualquer coisa que tivesse estritamente a ver com o processo eleitoral ou com o cessar-fogo. Mas não podemos aceitar a modificação da Constituição por alguns indivíduos.

São essas questões, entre outras, que atrasam desnecessariamente as conversações.

**❑ Como estão evoluindo as negociações de paz em Roma?**

– Antes da agenda de 28 de maio de 1991, nós tínhamos assinado um protocolo de acordo sobre os "corredores" – estradas de ferro e rodovias – que estabelecem a ligação entre os portos de Moçambique e o Zimbábue. Este acordo estabelece que as forças zimbabueanas que protegem essas vias haveriam de ficar confinadas a esses corredores e só agiriam caso a Renamo atacasse estas áreas.

Após a aprovação desse acordo se seguiu a discussão da lei dos partidos e da lei eleitoral. Os próximos pontos seriam a questão do cessar-fogo e a discussão das garantias. Por fim se realizaria uma conferência de doadores e se assinariam os documentos do protocolo final, que seria o acordo final de paz.

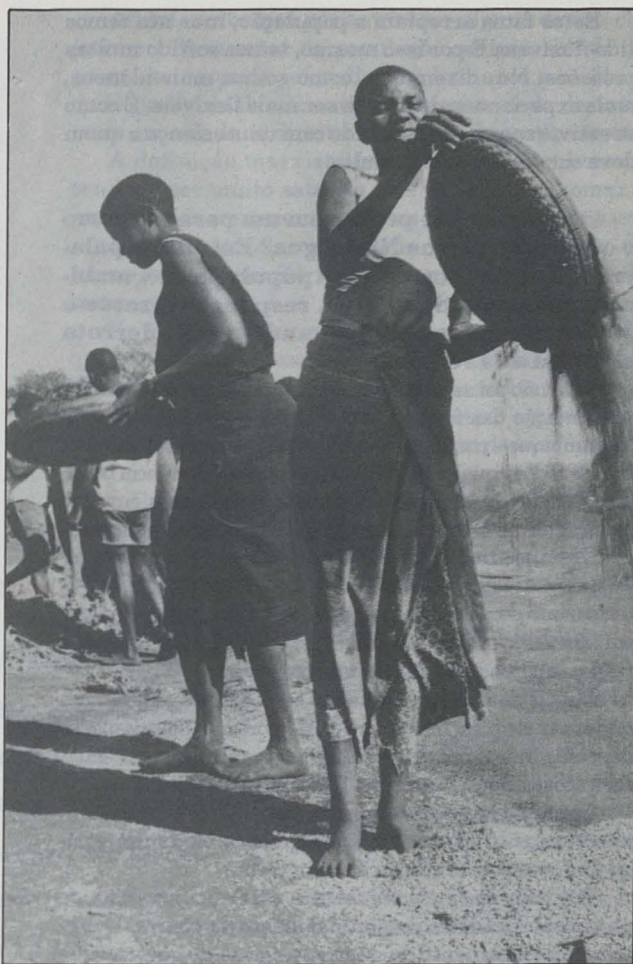
A dificuldade que temos encontrado com a Renamo é que depois de concordarmos sobre cada um desses pontos, na rodada seguinte eles voltam sempre atrás.

**❑ Isso seria uma manobra para ganhar tempo?**

– Não sei. Há várias hipóteses. Uma é que eles ainda não estão preparados para participar das eleições ou pensam que com a demora vão criar maior desgaste face às dificuldades objetivas que existem em Moçambique. Talvez eles pensem que o tempo seria a favor deles.

A outra razão é que pensam que os oficiais das Forças Armadas poderão ficar cansados ou que o povo pode perder a confiança no governo por não poder defender cada cidadão na rua. Também podem estar esperando para ver como evolui a situação na África do Sul.

Por tudo isso, Moçambique, que começou o processo antes, está sendo o último país a resolver o problema.



**❑ Em que ponto estão as conversações de paz hoje?**

– Na atual etapa vamos discutir as questões militares, como por exemplo, a formação de um exército único.

**❑ Qual a reação da população às conversações com a Renamo?**

– É preciso enfatizar que essas conversações foram iniciadas *apesar* dos protestos da população. A população estava de tal forma indignada com a Renamo que não entendia o que um governo como o nosso, responsável, iria conversar com esse tipo de gente.

Nós tivemos que convencer a população de que isso era necessário. E continuamos dizendo que será preciso conviver com eles quando vierem, porque são parte da nossa gente.

Mas é muito difícil, porque são milhares e milhares de pessoas que estão de luto por causa dos atentados da Renamo. Pessoas que viram filhos e pais serem mortos, crianças sendo levadas para as bases da Renamo, etc. Ou seja, eles não têm como negar as atrocidades que cometem.

Estes fatos arrepiam a população, mas nós temos sido flexíveis. E por isso mesmo, temos sofrido muitas pressões. Nos dizem que, como somos mais idôneos, mais experientes, devíamos ser mais flexíveis. É como se estivéssemos conversando com uma criança e quem deve ser tolerante é o adulto.

**□ É possível se pensar em um paralelo como o que aconteceu na Nicarágua? Em outras palavras, poderia ocorrer que a população moçambicana, cansada da guerra, responsabilizasse o governo pelo conflito, levando a uma derrota eleitoral da Frelimo?**

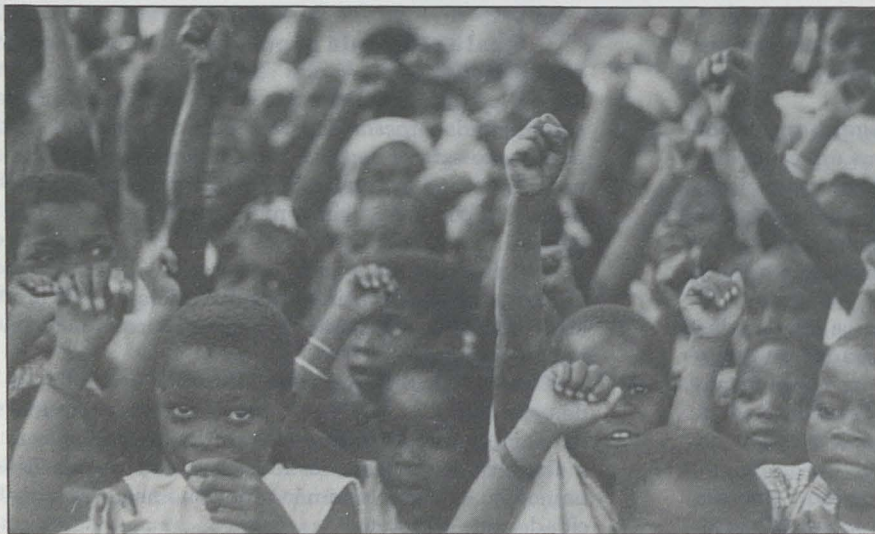
— Eu não sei se se pode fazer esse paralelo. A Renamo é uma criação das forças que negavam a independência de Moçambique — portugueses, sul-africanos e rodesianos — enfim, de todos aqueles que acreditavam na supremacia branca na África Austral. Portanto, não vejo onde o governo poderia ter uma cota de responsabilidade nessa guerra.

Dizem que a Frelimo teria recusado eleições ou um referendo antes da independência. Mas o fato desta iniciativa ter partido de portugueses primeiro, e depois rodesianos e sul-africanos, mostra que nós nunca poderíamos assumir a responsabilidade de aceitar tais propostas.

Depois da independência até se podia ter pensado em organizar eleições, mas já em 1976 — portanto poucos meses depois da independência — começou a guerra, quando fechamos nossas fronteiras com a Rodésia, atual Zimbábue.

Como é que poderíamos ter pensado em fazer uma abertura política como a atual quando havia um perigo de invasão por forças estrangeiras?

Por tudo isso, nós recusamos essa suposta parte de responsabilidade no desencadeamento da guerra. Quanto ao prolongamento da guerra, exige-se do governo que aceite a paz a qualquer preço. Chega a ter-se a impressão de que pretendem que o próprio governo torne legítima a Renamo. Nós queremos que a Renamo conquiste a sua legitimidade, mas através das eleições. Não é o governo que deve trazer a Renamo numa mala e impô-la à população.



**□ Quais seriam as mudanças no plano econômico introduzidas com a nova Constituição?**

— Na antiga Carta, pelo menos até 1984, se dava ênfase à socialização, havia muita concentração e centralização de poderes, incluindo o poder econômico. Na atual, há mais descentralização de poderes.

No plano econômico, há maior liberalização, há uma aceitação plena da economia de mercado como uma opção, contrariamente ao que se passava antes, quando a economia de mercado coexistia porque não tinha ainda sido completamente abolida do tempo colonial.

Aliás, nunca houve a intenção de aboli-la completamente. Fomos compelidos a socializar ou nacionalizar muitas empresas simplesmente porque seus donos as abandonaram na época da independência e não havia capitalistas moçambicanos. Não havia pessoas nem para atender em uma loja, quanto mais para gerir uma empresa.

**□ E agora, de que setores que o Estado está podendo se retirar?**

— Nosso primeiro passo foi reduzir o tamanho da propriedade estatal, distribuir as terras pelos camponeses ou por agentes privados comerciais que trabalhavam dentro do setor.

Em alguns setores, como o de serviços públicos, nós mantivemos o controle estatal, embora funcionem como empresas. Por exemplo, as linhas aéreas, os portos, as estradas de ferro... Hoje em dia, a tendência é fazê-las trabalhar dentro das leis do mercado.

**□ Já se pode falar na existência de capitalistas moçambicanos?**

— Sim, agora começam a surgir. Aliás, é uma coisa paradoxal: também coube à Frelimo “criar” capitalistas moçambicanos. Era necessário porque não fazia sentido abriremos ao capital estrangeiro sem abriremos ao capital interno.

É verdade que alguns desses capitalistas moçambicanos têm que se apoiar no capital estrangeiro, porque não dispõem de capital próprio.

**□ Na América Latina, diversos países têm aplicado rigorosos planos de ajuste. Em termos sociais, o preço do ajuste é tão elevado que está fazendo com que nossos povos percam a confiança na democracia. Como o sr. vê esse processo na África, que está começando um processo de democratização?**

— No nosso caso, desde que aplicamos a política de saneamento econômico, sentimos que a nossa economia melhorava e que, portanto, o nosso Produto Nacional Bruto crescia. Mas, ao mesmo tempo, também se deteriorava a situação social da população.

Conversamos com os doadores e eles entenderam que devemos acrescentar um componente social ao programa de recuperação econômica. Mas essa incorporação não é suficiente. Na verdade, todo o sistema necessita ser revisto.

Durante a Rio-92 este ponto foi claramente colocado por todos os países do Terceiro Mundo e penso que se começa a ter uma sensibilidade sobre ele. É um perigo para a democracia multipartidária na África as coisas continuarem como estão.

Na nossa Constituição, em particular, há salvaguardas no sentido do partido e do governo coordenarem a atividade econômica para que haja justiça social. Porque o capitalismo pode fazer crescer a economia, mas não significa que traga desenvolvimento.

Para nós, desenvolvimento significa o aumento do bem-estar da população. Portanto, mais escolas, mais saúde, mais professores, com os respectivos livros e medicamentos, mais acesso aos transportes, habitação etc.

❑ **Como tem sido a experiência da integração regional?**

— Ainda não podemos falar em integração regional, mas é um ponto sobre o qual estamos começando a pensar, conforme ficou decidido na última reunião da SADCC<sup>1</sup>, realizada em Maputo.

Por enquanto, o que existe é uma cooperação, uma coordenação dos esforços econômicos dos países. No setor de transportes e telecomunicações, tem havido grandes avanços.

Sentimos que a África Austral é talvez a região econômica mais coesa do continente, do ponto de vista de cooperação, de coordenação dos esforços.

Gostaríamos de que todas as outras áreas se desenvolvessem em prol daquilo que nós queremos que seja uma integração econômica de toda a África. Nós pensamos que depois do *apartheid*, a África do Sul também fará parte desses esforços para se alcançar a integração.

❑ **O Terceiro Mundo, ou quem sabe até o mundo todo, depois da desintegração da União Soviética parece que ficou meio órfão de utopias. Qual seria o referencial a ser construído para uma sociedade mais justa? Como o sr. está vendo essa questão?**

— Na realidade, no VI Congresso do partido debatemos muito esta questão e houve uma grande controvérsia. Preferimos insistir nas definições de objetivos que uniam a Frelimo.

Afinal, acabamos por enumerar alguns desses objetivos: o bem-estar da população, a necessidade de promover respeito pelos direitos humanos e as liberdades individuais. Discutimos a necessidade de construir um estado de direito, um estado de justiça social.

A definição marxista-leninista que adotávamos tendia a ser muito estreita, por exemplo, ao tomar o proletariado como sendo toda a sociedade ou como um núcleo de onde toda a sociedade deve girar ... Ora, no nosso país quase não há proletariado, é um país de camponeses.

No VI Congresso voltamos, mais ou menos, àquilo que pensávamos durante a luta de libertação nacional. Por isso, o partido ganhou uma visão muito mais ampla. Apesar das dificuldades que existem agora, o nosso partido cresceu, triplicou o número de membros.

❑ **Como o sr. vê as possibilidades de intercâmbio com o Brasil?**

— Acho que devemos pensar em formas de aumentar a nossa cooperação com o Brasil, não somente no plano econômico, mas no da cultura e educação. Estamos gratos por termos algumas dezenas de estudantes aqui. Mas consideramos que esse intercâmbio cultural ainda é muito pequeno. Basta dizer que na Inglaterra, onde se fala inglês, já temos mais de cem.

❑ **Qual é o balanço desses 16 anos de governo da Frelimo?**

— Fizemos muito nesse período, investimos muito na formação de pessoas.

A campanha dos nossos adversários tem como lema que a Frelimo não fez nada. Mas nós

podemos demonstrar que fizemos muito: já temos maquinistas, mecânicos e diversos técnicos, quando na época da independência não havia um moçambicano preparado para exercer essas atividades. Naquela época, até os motoristas de ônibus e táxi eram quase todos estrangeiros.

Hoje, temos diretores de empresas moçambicanas, formados na nossa universidade. Outro dado: hoje, a maioria dos universitários é moçambicana e cerca de 60% dos professores de ensino superior são nascidos no nosso país. Isso é motivo de grande orgulho para nós.

<sup>1</sup> Comitê de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), organismo de integração regional — inicialmente nas áreas de transporte e fornecimento de energia — criado em 1979 com a participação de nove países: Moçambique, Angola, Botsuana, Malawi, Lesoto, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue e Tanzânia

*É preciso enfatizar que as conversações de paz foram iniciadas apesar dos protestos da população. Tivemos que convencê-los de que isso era necessário. Mas não é fácil. Milhares de pessoas estão de luto por causa dos atentados da Renamo.*

# Terra arrasada

*Enquanto as forças de paz da ONU chegam ao Camboja, os guerrilheiros do Khmer Vermelho se apressam em cortar o maior número de árvores para exportação*

## Kunda Dixit

**O** Khmer Vermelho está vendendo diversos tipos de madeira nobre para comerciantes da vizinha Tailândia, e ninguém parece ser capaz de deter este saque. Segundo repórteres locais, caminhões carregados com enormes troncos de teca<sup>1</sup> são escoltados pelos próprios guerrilheiros até a fronteira com a Tailândia.

A venda ilegal de madeira ocorre no momento em que o Camboja está sob uma trégua, negociada pelas Nações Unidas e aceita pelo regime de Phnom Penh e os três grupos guerrilheiros que há mais de 12 anos lutam para derrubar o governo. Após complexas negociações, uma força de paz da ONU foi deslocada para garantir que se mantenha o cessar-fogo até a realização de eleições em abril ou maio de 1993.

Das três facções em luta contra o governo, o Khmer Vermelho – que esteve no poder entre 1975 e 1979, período em que matou mais de um milhão de cambojanos – é a mais poderosa, e se vale do seu controle sobre as zonas fronteiriças com a Tailândia para vender madeira ilegalmente.

Enquanto a ONU e outras agências de socorro empreendem a tarefa urgente de retirar as minas terrestres deixadas após 12 anos de guerra, os guerrilheiros cambojanos parecem estar muito ocupados em retirar as árvores do país.



A pobreza generalizada contribui para o desmatamento

**Em busca de divisas** – Durante os anos de guerra, os bosques foram protegidos, já que serviam de cobertura aos guerrilheiros. Isso explica porque zonas de selva ficaram a salvo da exploração comercial.

Agora, todos querem recuperar o tempo perdido. Até o governo de Phnom Penh participa do negócio, argumentando que o país está precisando desesperadamente de divisas para impulsionar o desenvolvimento. “O Camboja precisa de dinheiro”, disse há pouco o governador de Koh Kong, Rung Pramkeysorn, a um jornal de Singapu-

ra. “Por isso autorizamos concessões (de corte), mas faremos um esforço para limitá-las.”

Em 1991, uma companhia tailandesa ganhou uma concessão para cortar 20 mil metros cúbicos de madeira, pagando por isso um total de dois milhões de dólares ao ano. No mês passado, o governo de Phnom Penh assinou contratos com firmas tailandesas, indonésias e francesas para exportar 145 mil metros cúbicos ainda este ano. Empresas de Singapura, Taiwan e Japão estão à espera de uma exportação adicional de 175 mil metros cúbicos de madeira.

**Grande demanda** – Segundo um estudo recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a demanda regional, sobretudo por parte da Tailândia, Vietnã e Japão, poderia fazer com que este ano o Camboja exporte 1,2 milhão de metros cúbicos de madeira. Isto representa cinco vezes mais do nível considerado ecologicamente sustentável.

Calcula-se que este ano só o Khmer Vermelho vá exportar 200 mil metros cúbicos de madeira para a Tailândia, país onde o corte está proibido desde 1989. Já os outros dois grupos guerrilheiros deverão exportar um total de 175 mil metros cúbicos.

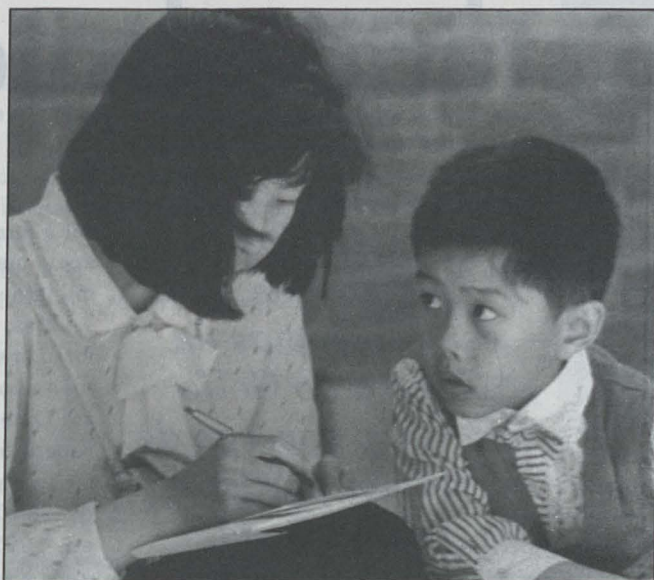
A este sistemático desmatamento dos bosques, acrescenta-se o corte para obter lenha e preparar a terra para a agricultura, práticas tradicionais dos cambojanos.

A Autoridade de Transição das Nações Unidas no Camboja (Atnuc) recomendou ao Conselho Nacional Supremo – órgão onde estão representadas todas as facções e que funciona como uma autoridade anexa à Atnuc – que intervenha rapidamente para evitar uma destruição ainda maior. Mas, na prática, um país exposto a vizinhos gananciosos e que precisa de dinheiro, tem poucas opções. ■

<sup>1</sup> Árvore de grande porte, nativa na Ásia de folhas amplas e flores pequenas e de grande importância em quase todo o mundo pela excelente madeira, clara e durável.

# O drama dos suicídios infantis

*O estilo de vida altamente competitivo vem provocando uma série de suicídios de crianças e adolescentes em Hong Kong*



As mães dispõem de pouco tempo para estar com os filhos

## Joan Aragone\*

“É tão difícil. Gostaria de parar de estudar”, escreveu Lau Kachun, um menino de dez anos, antes de se atirar pela janela do décimo-nono andar do edifício onde vivia com a família.

No ano passado, houve 35 tentativas de suicídio infantil em Hong Kong, sendo 13 delas fatais. Esquecidas pelos pais, que têm que trabalhar em mais de um emprego para manter o seu padrão de vida, as crianças estão se jogando de arranha-céus e deixando bilhetes onde se desculpam por seus fracassos na escola.

O fato vem alarmando as autoridades que atribuem a onda ao estilo de vida altamente competitivo desta próspera cidade: “Hong Kong está pagando o preço da sua industrialização e de seu sucesso econômico”, diz

Timothy Ha, professor no St. Paul's College e membro do Conselho Municipal de Educação.

Hoje, quase metade das mulheres casadas trabalha fora, muitas em mais de um emprego. As crianças – as principais vítimas – ficam num fogo cruzado: por um lado, são cada vez mais pressionadas a “ter êxito”; por outro, estão carentes do apoio da tradicional família chinesa.

**Muito estudo, nenhum lazer** – Tang Suet-mei, uma jovem de 14 anos que morreu ao jogar-se do décimo-segundo andar do prédio onde morava, deixou um bilhete para os pais onde se desculpava por haver tirado notas baixas na escola: “Sei que é errado fazer isso... Sou muito egoísta mas, mesmo que crescesse, não serviria para muita coisa. De modo a evitar um gasto inútil de seu dinheiro, recorri ao suicídio. Me lembrarei para

sempre do esforço que fizerei por mim.”

Na véspera da morte de Tang, outro menino de dez anos também tentou suicidar-se. Em 1991, durante um período de dois meses, quatro adolescentes com idades entre 12 e 18 anos suicidaram-se. Pouco antes, um jovem de 14 anos fez o mesmo, após haver roubado uma raquete de pingue-pongue e ser obrigado a contar o fato aos pais.

Mas a história mais reveladora é a de Lau Kachun, que preferiu pular do décimo-nono andar do prédio onde morava a contar aos pais que não era capaz de compreender o dever de matemática. Na véspera, ele havia sido repreendido na escola pelo mesmo motivo.

Sua mãe disse que não sabia que o filho passava por qualquer problema até encontrar uma redação escrita por ele.

“Há deveres de casa demais”, escreveu ele. “Não são apenas numerosos como também muito difíceis... Nos feriados prolongados temos mais deveres... Não posso descansar um dia sequer. Todos os dias, após a meia-noite, ainda tenho que revisar os meus deveres de casa. Não consigo dormir antes de uma da manhã. Às dez para as sete tenho que me levantar. É muito difícil. Preferia não estudar.”

**Cursos anti-suicídio** – Líderes comunitários, chocados com a sucessão de suicídios, estão tentando encontrar soluções para o problema. Uma linha telefônica para atender às crianças de menos de 13 anos foi inaugurada em dezembro passado pela “Boys and Girls Clubs Association”. No primeiro mês, a linha recebeu 400 chamadas.

O Departamento de Educação está patrocinando cursos anti-suicídio para professores. Outros educadores estão reivindicando turmas menores, um orientador em cada escola secundária e um aumento na média atual de um orientador para cada três mil alunos. O orientador da escola de Lau Kachun nunca ouviu o nome do menino até ele se suicidar.

Apesar de toda a polêmica, o Conselho de Educação de Hong Kong votou a favor de um aumento de 40 para 42 alunos por sala de aula. A decisão foi justificada como uma medida necessária para a redução de custos. ■

\* Correspondente do PNS em Hong Kong

# Um peso para os Estados Unidos

**A** vitória do Partido Trabalhista nas eleições do dia 23 de junho em Israel abre uma nova etapa na região. Depois de 15 anos de governo de linha dura do Likud – um partido liderado por “falcões” como Yitzhak Shamir e o general Ariel Sharon, que na sua última administração se aliou aos partidos religiosos ortodoxos, dando uma guinada ainda maior à direita –, o trabalhismo de Ben Gurion e Golda Meir volta ao poder. E o faz com uma palavra de ordem que uniu todas as forças de esquerda e progressistas do país: “Vamos dar uma chance à paz”.

O novo primeiro-ministro, Yitzhak Rabin, se comprometeu a melhorar a situação dos direitos humanos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia e se manifestou contrário ao estabelecimento de novos assentamentos israelenses nesses territórios ocupados.

Essa era a principal condição imposta por Washington para liberar a tradicional assistência financeira ao governo israelense, bloqueada nos últimos meses. Rabin também se mostrou favorável à autonomia palestina e a dar um novo impulso às conversações de paz promovidas pela Casa Branca.

Todos os analistas políticos coincidiram em que foi essa posição, favorável

*O fim da Guerra Fria e as consequências da Guerra do Golfo fizeram o governo de Telavive perder a importância estratégica do passado*

*O status-quo de Jerusalém é um dos temas mais delicados das futuras negociações (abaixo, um colono israelense cerca uma casa confiscada de uma família árabe)*

vel à paz, que levou Rabin a ganhar o apoio majoritário dos 3 milhões e 400 mil israelenses aptos a votar.

Mas, a folgada vitória trabalhista foi uma surpresa. As pesquisas de opinião não indicavam um vencedor claro. O cenário pré-eleitoral parecia repetir o virtual empate entre o Likud e o trabalhismo verificado nas eleições de 1988. Mas nem Israel, nem o mundo em 1992 são os mesmos de quatro anos atrás.

**Um novo cenário** – O fim da Guerra Fria, a desintegração da União Soviética, o surgimento dos Estados Unidos como única superpotência e a Guerra do Golfo mudaram de forma drástica o cenário internacional e a “nova ordem” teve reflexos claros na política interna israelense. A começar pela chegada maciça de imigrantes judeus da ex-União Soviética, calculados em quase 400 mil.

O paraíso que eles esperavam encontrar acabou por se transformar em um inferno, que os condenou ao desemprego e a viver em bairros periféricos, amontoados em pequenas casas.

A frustração dos imigrantes soviéticos com a política econômica do Likud e com sua intransi-





gência em relação à causa palestina foi uma das razões da vitória do trabalhismo, um partido mais aceitável para os judeus que chegaram a Israel com idéias moldadas por 70 anos de socialismo.

**O desafio do Partido Trabalhista** – O chanceler da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Faruk Kaddumi, que representou o povo palestino na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, concedeu uma entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo** pouco antes da eleição em Israel. O líder da OLP analisou a particular conjuntura que vive o Oriente Médio e as relações interárabes. Para ele, a divisão que ocorreu no mundo árabe a partir da guerra do Golfo está diminuindo e é possível voltar a pensar em sua unidade. Tudo é uma questão de tempo.

Na opinião de Kaddumi, a iniciativa norte-americana de promover conversações internacionais para encontrar uma solução pacífica ao conflito árabe-israelense foi positiva. A base legal dessas negociações, assinala o dirigente da OLP, são as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que pedem a retirada completa de Israel dos territórios árabes. Só a aceitação por parte do novo governo trabalhista de Israel da legalidade internacional poderá contribuir para o verdadeiro progresso das conversações. “Se Rabin não aceitar essa base de diálogo, estará cometendo um erro”, afirma.

Kaddumi reconhece que existe uma “discreta tendência” do Partido Trabalhista a aceitar essa legalidade. É uma posição mais aberta que a do Likud,

“que durante toda a sua administração e na campanha eleitoral – como partido dogmático que é – defendeu a tese de que os territórios palestinos ocupados são parte de Israel e não aceitaria a retirada militar”.

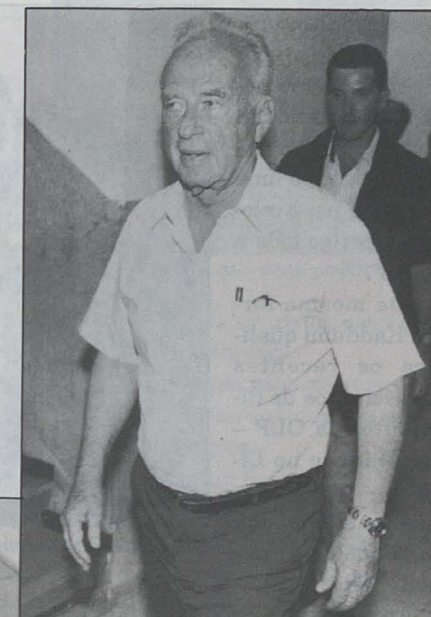
O voto a favor de Yitzhak Rabin poderia mostrar o surgimento de uma nova mentalidade? “Devemos entender que Shamir representa a velha geração, de mentalidade colonial. Colocou-se contra a paz, contra os direitos humanos. Esse tipo de mentalidade está começando a desaparecer em Israel, mas é um processo que leva tempo. A sociedade israelense está de-



*Assim que tomou posse, Yitzhak Rabin suspendeu os assentamentos de colonos judeus nos territórios ocupados (ao lado)*

safiada a livrar-se dessas tendências, porque não ajudam nem aos israelenses nem à paz na região. Representam um perigo não só para os palestinos, mas também para os israelenses.”

**A questão de Jerusalém** – Yitzhak Rabin se comprometeu durante sua campanha a aceitar um compromisso territorial e um parcial congelamento dos assentamentos. Chegou a dizer que queria concretizar o acordo para a autonomia palestina em nove meses. E mais: que desejava assinar o acordo antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos, em novembro próximo. “É um começo; insuficiente ainda para estabelecer uma paz duradoura. Mas é preciso ver quais serão os passos posteriores”, pondera Kaddumi.



De uma coisa o chanceler da OLP tem certeza: em uma negociação definitiva, o futuro de Jerusalém terá que ser rediscutido. “De acordo com a resolução 242 da ONU, Jerusalém é um território ocupado. Não interessa em que momento o tema vai ser discutido; o essencial é que não haverá paz sem Jerusalém”. A OLP aceita um período de transição, tal como propuseram os Estados Unidos, sempre que seja sob os auspícios das Nações Unidas.

Kaddumi vê como natural que neste momento os norte-americanos não estejam tão atuantes como deveriam. “É devido ao período pré-eleitoral”, afirma. O dirigente palestino apóia a atitude norte-americana de congelar os empréstimos ao governo israelense se este não suspender os assentamentos

nos territórios ocupados. "É uma posição positiva e esperamos que seja mantida. A continuação dos assentamentos é uma ameaça à paz e coloca em perigo toda a região".

Da mesma forma Kaddumi qualifica os recentes assassinatos de dirigentes da OLP – em Madri e no Líbano – por parte, supostamente, dos serviços secretos de Israel.

"Esses assassinatos violam todas as normas que regem as relações humanas. São uma afronta à comunidade internacional como um todo. Enquanto durarem as negociações, ambos os lados devem se abster de realizar ações terroristas. Mas Israel não só aumenta a repressão nos territórios ocupados, como também



Um soldado israelense checa as identidades de trabalhadores palestinos em Gaza

promove esses atentados contra nossos quadros, e mais ainda, continua as agressões militares ao Líbano. Alguma coisa deve ser feita contra Israel para pôr fim a essas atitudes."

A presença síria no Líbano foi justificada por Faruk Kaddumi em função da ameaça permanente que representa

Líbano até hoje", assinala Kaddumi.

Para ele, o fato de os israelenses estarem realizando vôos aéreos de intimidação e bombardeios sobre populações civis e os refugiados palestinos no sul do Líbano está ameaçando a consolidação do processo democrático neste país porque agrava as tensões.

### ❑ O acidente de Arafat

Foi realmente um acidente a aterrissagem de emergência no deserto líbio do avião em que viajava Yasser Arafat?

Kaddumi é categórico: "Foi um acidente. O avião se deparou com a pior tempestade de areia dos últimos 50 anos. Os pilotos não podiam ver o solo e não tinham autonomia de vôo para cruzar todo o deserto. Daí o acidente. Os três pilotos, que estavam na cabine, morreram. Havia no total 16 passageiros. Passaram 14 horas no deserto."

"Duas semanas depois do acidente se formou um coágulo de sangue na cabeça de Arafat. Fizeram um

check-up e decidiram submetê-lo a uma pequena operação para retirar esse sangue. Foi uma operação com 100% de êxito. Em quatro dias já estava fora do hospital."

### ❑ As relações com a América Latina

Com as mudanças que estão ocorrendo no mundo, Kaddumi acha que também na América Latina haverá novidades.

"No passado alguns países estabeleceram relações – formais ou não – com a OLP. Esperamos que a partir de agora todos os países possam fazê-lo."

"Com o Brasil, temos relações normais, mas quere-

mos incentivá-las. Sentimos em nossos corações que o povo brasileiro tem grande simpatia pela causa palestina. A comunidade de brasileiros de origem palestina trabalha, intensamente, para incentivar as relações entre nossos povos. Estive com o presidente Collor de Mello e antes havia me entrevistado com o presidente Sarney. Sempre encontrei boa acolhida para nossa causa."

O chanceler palestino já visitou o Peru, Colômbia, Cuba, Nicarágua, México, Chile, Bolívia, Guiana, Suriname e Trinidad-Tobago. "Há dois anos também me entrevistei com o então presidente do Equador, pois temos excelentes relações com esse país."

### ❑ O caso de Lâmia Maruf

"Há centenas de palestinos nas prisões de Israel, sem contar as mais de cem mil pessoas que já passaram pelas prisões, ou foram feridas ou torturadas. Mais de 75% da população palestina já foi presa ou deportada. E muitos foram presos mais de uma vez. De fato, os territórios ocupados são uma grande prisão."

"Essa jovem brasileira lutou pelos direitos humanos. Ela faz parte de toda essa comunidade que se levanta em defesa dos direitos que nos garante a Carta das Nações Unidas".

O papel de Israel – Kaddumi interpreta a atitude dura que a Casa Branca adotou frente a Israel como fruto das novas realidades: “Atualmente, Israel já não é tão importante para os norte-americanos. Do ponto de vista estratégico, a importância de Israel está diminuindo.”

Essa mudança, na sua opinião, é visível. Israel foi criado pelo mundo ocidental com certos propósitos, que já foram alcançados. Israel protegia o Canal de Suez; já não precisam mais dele para isso. Protegia o petróleo: tampouco necessitam do país para fazer este papel.

“Bush disse a Shamir que ficasse quieto durante a Guerra do Golfo. E Israel nada fez, apesar dos 39 mísseis que o Iraque disparou sobre o seu território. Isso seria impensável no passado. Antes, Israel também servia para combater a influência soviética na região. Já não precisam dele para isso, nem tampouco para minar o movimento de libertação árabe. Todos esses objetivos foram alcançados.”

O chanceler da OLP considera que o mundo ocidental vê hoje Israel, um Estado militarizado, como uma ameaça à paz, como um fator de instabilidade na área.

“Os norte-americanos precisam de estabilidade na zona, para continuar explorando o petróleo sem sobressaltos. Eles agora se apóiam em outros países. De fato, ao desaparecer o confronto com a União Soviética, a Casa Branca pôde estabelecer boas relações com praticamente todos os países da região. Agora, eles são a única superpotência do planeta.”

Na opinião de Kaddumi, Israel se transformou em um peso para Washington, herdado do passado pelos norte-americanos. “Isso, na verdade, não sou eu quem está dizendo; está publicado nos jornais de Israel. Devido ao seu expansionismo e política retrógrada, Israel se tornou uma dor de cabeça para a Casa Branca, começando a ameaçar seus interesses e os do Ocidente, em geral, em toda a região.”

## Os porta-vozes da OLP

Quando o diálogo palestino-israelense começou, com a mediação dos Estados Unidos e da União Soviética, a opinião pública foi positivamente surpreendida pela simpatia, elegância e nível político de sua porta-voz, a senhora Hanna Ashrawi.

O fato de que a delegação palestina estivesse integrada exclusivamente por dirigentes vindos dos territórios ocupados e não do exílio era uma das exigências de Israel, buscando excluir a OLP das conversações.

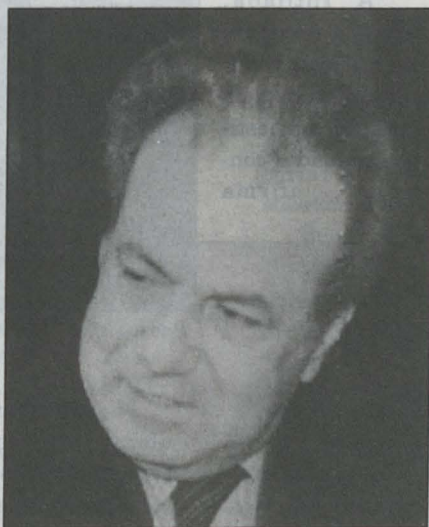
“Hanna é uma entre centenas de palestinos. Ela é um bom exemplo de que não existem diferenças entre os palestinos do exílio e dos territórios ocupados. O sr. James Baker se mostrou muito surpreendido ao se reunir com esses dirigentes e descobrir que falavam fluentemente inglês, tinham um altíssimo nível de educação, uma sólida base política e, sobretudo, estavam bem-intencionados. Obviamente – e nem é preciso dizer –, todos eles lhe disseram que pertenciam à OLP.”

“Foi a demonstração mais clara de que os norte-americanos podiam ter tido de que a OLP é como um guarda-chuva que abriga todos os palestinos. Somos uma nação, um povo. Não existe diferença entre os palestinos do exílio e os do interior. Todos estamos unidos na causa da independência e da libertação.”

“A Universidade de Bir Zeit (na Cisjordânia ocupada) foi novamente fechada por Israel porque eles temem nosso elevado nível cultural. Os palestinos são o povo de maior instrução na região, em relação à população.”



Hannah Ashrawi: alto nível político



Kaddumi: “Israel começa a ameaçar os interesses do Ocidente na região”

**Divisão no mundo árabe** – Durante a Guerra do Golfo, os países árabes se dividiram em duas tendências: os que apoiavam a solução árabe para a crise, e os que defendiam a solução in-

ternacional. “O Iêmen, OLP, Sudão, Jordânia, Mauritânia, Líbia, enfim oito ou nove países, defendiam uma solução árabe e se recusavam a aceitar as resoluções do Conselho de Segurança porque equivaliam a dar sinal verde à intervenção estrangeira na região”, explica o chanceler palestino.

“Nós queríamos evitar a intervenção estrangeira. Nossa posição era que a Liga Árabe deveria resolver o problema, na sua qualidade de responsável por todos os países árabes. E tínhamos vários antecedentes: incidentes que haviam ocorrido em 1970 e 1976 foram resolvidos de forma satisfatória dentro da Liga Árabe.”

O que ocorreu então é bastante conhecido: os demais países árabes apoiaram a solução internacional, provocaram uma divisão entre os governos árabes e abriram caminho à Guerra do Golfo, sob a égide da ONU e comandada pelos Estados Unidos.

Qual é a situação atual? “Nos reunimos pela primeira vez em 15 de maio de 1991 e a partir daí começou a diminuir a distância entre os países árabes. Se não obtivemos 100% de êxito, pelo menos podemos dizer que houve avanços e conseguimos alguns bons resultados. Conseguimos que os governos árabes se reaproximassem e isso nos renova a confiança na possibilidade de que nós, árabes, voltemos a atuar como um só homem, nos nossos assuntos internos e mundiais.”

Kaddumi explica que, como palestinos, estão fazendo o possível para que esse processo continue. Em 23 de outubro passado houve uma segunda reunião, de todos os países árabes, em Damasco, para consolidar os esforços em favor do processo de paz.

“As relações entre o Iraque e a Arábia Saudita e entre Bagdá e os demais Estados do Golfo ainda estão tensas. É um processo que leva tempo. Mas, como palestinos, temos conseguido avanços nas relações com alguns dos países do Golfo, em particular com a Arábia Saudita. No único caso em que as relações se mantêm tensas é com o Kuwait.”

Em setembro, a Liga Árabe se reunirá novamente, para discutir sua própria agenda. Nessa ocasião, na opinião do dirigente palestino, será possível avançar um pouco mais no

caminho da unidade. Esse processo, porém, não permitiu ainda que se discutisse a situação dos refugiados palestinos expulsos do Golfo durante a guerra.

“Os kuaitianos expulsaram todos os palestinos. Isso criou um problema sério, porque esses refugiados não têm para onde ir. Alguns voltaram para os territórios ocupados, porque têm família ali. A maioria foi para a Jordânia, que é um país pobre. Mas os jordanianos são nossos irmãos e têm recebido com carinho os palestinos expulsos do Kuwait.”

**A Intifada continua** – A resistência palestina nos territórios ocupados foi um dos eixos da campanha eleitoral em Israel. Muitos israelenses se perguntavam se o perigo que enfrentavam viria – como dizia o Likud – dos punhais e das pedras da população palestina, ou das poderosas armas que os governos árabes têm apontado para Israel.

A negociação com os palestinos poderia, de fato, acabar com essas duas fontes permanentes de insegurança para a população civil de Israel.

“A Intifada, isto é, a resistência maciça e popular em todos os territórios palestinos ocupados continua”, afirma

Kaddumi. O fato de que progressivamente tenha perdido espaço na mídia internacional se deve, “como sabemos, a que os meios de comunicação sempre precisam de coisas novas. Agora está a crise soviética, a guerra na Iugoslávia, a problemática ambiental. Mas a Intifada continua, não vai terminar até que a ocupação acabe”.

Na definição de Kaddumi, a Intifada é a rebelião do povo como um todo. Lançar pedras contra os soldados, continuar a desobediência civil, se transformou na atitude cotidiana das pessoas. “Por isso Israel teve que replantar o estado de sítio em Gaza. Os soldados israelenses antes não tinham ordem de atirar para matar contra os combatentes palestinos. Agora têm. Isso quer dizer que estão perdendo a paciência. Nós, em compensação, estamos tranquilos. A Carta da ONU nos garante o direito a lutar por todos os meios contra os que ocupam de forma ilegal nossas terras.”

(Beatriz Blissio) ■



Passeata de jovens palestinos do movimento islâmico “Hamás”

## A OLP e o fundamentalismo

“A cultura árabe é uma cultura islâmica. É parte de nossa herança cultural. Mas o que nós não aceitamos é que se politize esse legado religioso-cultural. Trata-se de interpretações diferentes. Nós temos uma interpretação científica da realidade.”

O dirigente da OLP afirma compreender as causas do avanço do fundamentalismo na região: “Ele é a resposta à frustração. Frustração porque Israel continua ocupando nossos territórios e a cada dia mais imigrantes se dirigem para Israel; frustração pela Guerra do Golfo; pelas ameaças externas.”

Na sua opinião, o fundamentalismo “é um caminho mais fácil para mobilizar as massas contra a interferência estrangeira em nossos países. É uma reação ao fracasso dos movimentos nacionalistas diante do desafio de acabar com a ocupação durante todos estes anos”.

Kaddumi considera a questão muito complexa porque o fenômeno se dá em uma área onde estão situados 65% das reservas estratégicas de petróleo. “As potências ocidentais querem continuar controlando a área. Livrar-se dessa interferência é uma questão de tempo.”

# O tabu dos preservativos

*Apesar da expansão da Aids, as redes de TV ainda se recusam a veicular anúncios de preservativos, temendo represália de grupos conservadores*

**Kathy Baron\***

**A** câmera fecha em close sobre dois adolescentes que se beijam dentro de um carro ao pôr do sol. O rapaz se inclina para retirar uma caixa de preservativos do porta-luvas e a encontra vazia. Na sequência seguinte, o rapaz se encosta angustiado sobre o pára-lama do automóvel enquanto a garota dá um tapinha amigável nas costas dele.

"Isso quer dizer que se você não tem preservativos, não pode fazer sexo", explica C. Jay Key, presidente da Key Concepts, agência de *marketing* promocional de San Francisco que criou esse anúncio para a Durex, fabricante de preservativos. Mas não espere ver esse anúncio nos Estados Unidos. Ele irá ao ar apenas na Europa.

Apesar dos dez anos de uma epidemia que já matou 138 mil pessoas e infectou um milhão só nos Estados Unidos, as três maiores redes de TV norte-americanas ainda se recusam a aceitar a veiculação de comerciais de preservativos. "Não é possível convencer um censor norte-americano a deixar passar este anúncio", diz Key. "Mas ele é veiculado no Vaticano".

Há seis meses, parecia que esse antigo veto estava a ponto de ser abolido em consequência da declaração do jogador de basquete norte-americano Magic Johnson de que era portador do vírus da Aids. A Fox Broadcasting Company aceitou veicular anúncios sobre preservativos desde que visassem exclusivamente à prevenção de doenças. Mas desde que a Fox fez esta declaração, em novembro passado, só veiculou um comercial de preservativos.

"A Fox parece ter mudado de idéia... e realmente não sabemos porquê", diz o publicitário Ken Koenig, da



**A autocensura impede imagens de preservativos na TV**

Koenig & Associates de Nova Jersey, que produziu comerciais para a Ansell-America's Life Style, fabricante de preservativos.

**O medo das retaliações** – A natureza íntima do produto não é o problema. Os telespectadores são constantemente bombardeados por anúncios de produtos de higiene pessoal da mais íntima natureza. Segundo os representantes das redes de TV, o problema é que os preservativos são um tipo de contraceptivo. Anunciá-los na TV, alegam, pode ofender certos segmentos de sua audiência.

De acordo com Rick Glitter, vice-presidente do setor de publicidade da NBC, "uma das políticas que têm sido seguidas nessa área é evitar a veiculação de qualquer material que ofenda crenças religiosas de segmentos substanciais de nossa audiência".

Bernard Beck, sociólogo da Northwest University chama isso de "uma conspiração da timidez" por parte das redes de TV. Apesar de indiferentes às queixas individuais de seus telespectadores, as emissoras temem "ofender grupos e organizações poderosas".

"Todo mundo está voltando atrás por causa da ameaça de boicotes e medo de retaliações", afirma uma autoridade da American Social Health Association em Durham, na Carolina do Norte, que trabalha com o governo federal nas campanhas anti-Aids. Essa autoridade, que pediu anonimato, diz que alguns grupos têm pressionado tanto os fabricantes de preservativos que um deles está imprimindo mensagens de abstinência em seus rótulos.

**Puritanismo** – Apesar do zelo excessivo dos grupos contrários ao controle da natalidade, as pesquisas indicam que o público está longe de ser puritano. Uma pes-

quisa feita em 1988 pelo Instituto Alan Guttmacher descobriu que mais de 60% das mulheres em idade de procriar usavam algum tipo de contraceptivo (85% das restantes estavam grávidas, estéreis ou não mantinham relações sexuais à época em que a pesquisa foi feita).

Em uma pesquisa recente, quase três quartos dos adultos entrevistados disseram que não se sentiam ofendidos por anúncios de contraceptivos na TV e outra pesquisa, encomendada pela Gay Men's Health Crisis, descobriu que mais de 80% dos norte-americanos concordam com a idéia de que "é bom informar aos adolescentes sobre os perigos da Aids".

Com o número de casos de Aids em adolescentes entre 13 e 21 anos dobrando a cada 14 meses, mesmo os bispos da Igreja católica – apesar da sua histórica oposição ao controle da natalidade – concordaram com a necessidade de campanhas públicas e escolares favoráveis ao uso de preservativos.

Até hoje, entretanto, o veto a anúncios de preservativos nas redes de TV continua em vigor. Uma carta escrita recentemente pela Aids Foundation e pela Gay Men's Health Crisis para os diretores de todas as redes de TV não suscitou nenhuma resposta.

**Interesses econômicos** – Alguns advogados da área de saúde acreditam que o dinheiro é o cerne da questão. David Mayer, dos laboratórios Mayer de Oakland, Califórnia, diz que as empresas que produzem preservativos não têm dinheiro para bancar esta briga. "Se eu gerisse uma indústria de um bilhão de dólares... e fosse à ABC com um contrato de 25 milhões de dólares, aposto que eles reconsiderariam a sua posição", afirmou.

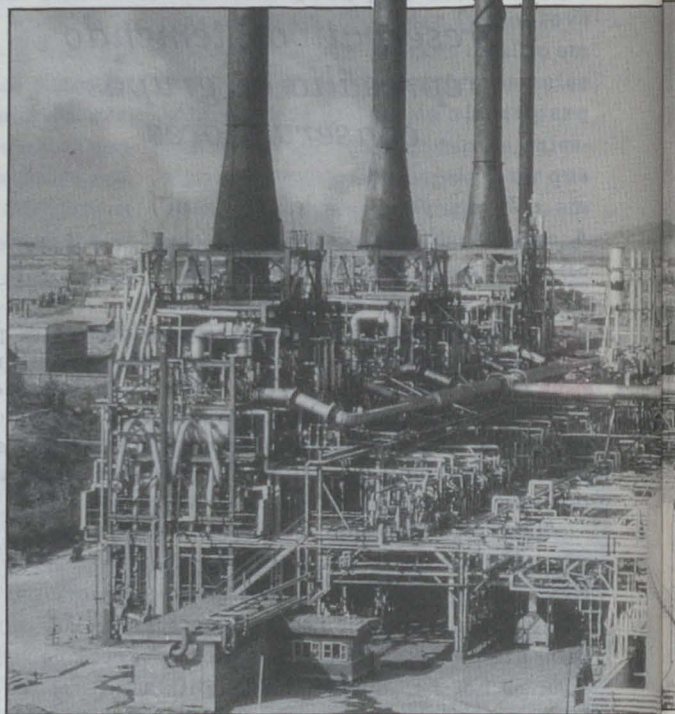
Outros vêem um fio de esperança no fato de que algumas pequenas emissoras geridas e operadas pelas redes de TV em cidades grandes como Nova Iorque, Los Angeles e Chicago, terem recebido autorização para veicular anúncios de preservativos. O problema é que devem focar suas campanhas exclusivamente na prevenção de doenças e não no controle da natalidade.

Um anúncio que não passou no teste foi proposto pela London International U.S. Holdings, companhia associada aos Schmid Laboratories, que fabricam os preservativos Ramses, Sheik e Protex. O comercial mostra um jovem desembulhando um presente dado pelo pai: uma caixa de preservativos Ramses Extra. "Caro Dave – diz uma voz em *off* – esse pequeno presente pode surpreendê-lo, uma vez que vem de seu velho pai quadrado... Mas é um presente de amor e carinho e eu espero que você compreenda isso. Cuide-se. Papai."

Por que a Fox recusou o anúncio? Porque estava impresso no rótulo a palavra "espermicida", uma referência, segundo a emissora, à contracepção. ■

\* Kathy Baron é ex-repórter de rádio e especialista em educação e problemas da juventude

# No banco dos réus



As emissões de gás das indústrias são as principais

## Edouard Bailby

**A** camada de ozônio está diminuindo rapidamente, sobretudo no hemisfério Norte, criando um efeito estufa que já provoca alterações no clima dos países temperados.

Esta é uma das conclusões a que chegaram cientistas europeus depois de estudar durante quatro meses a destruição da camada de ozônio no pólo Norte.

A experiência, concluída em março passado, foi realizada próximo à cidade sueca de Kiruna, no coração da Lapônia. A partir de novembro de 1991, os Estudos Europeus da Camada de Ozônio Estratosféricos no Ártico

*Cientistas europeus realizam um estudo comprovando a responsabilidade dos países ricos na destruição da camada de ozônio*

importante ainda: confirmam que são os clorofluorcarbonos (CFC), utilizados nas indústrias modernas dos países ricos (eletrônica e isolamento térmico entre outras), os principais responsáveis pelo buraco na camada de ozônio.

**Equipamentos sofisticados** - A partir de 18 estações meteorológicas espalhadas pelo continente europeu, inclusive na península de Kola, no extremo norte da Rússia, os cientistas da Easoe utilizaram todos os recursos disponíveis para fazer um levantamento completo dos fenômenos atmosféricos no Ártico: vôos de aviões equipados com instrumentos especiais, lançamento de foguetes-sondas até 24.000 metros de altura, captação de dados por meio de satélites.

Dirigidos a partir da base de Kiruna, esses estudos se faziam mais necessários no hemisfério Norte porque, até então, as pesquisas haviam sido centralizadas no Antártico. Foi neste último continente que pesquisadores do British Antarctic Survey descobriram, em 1985, o famoso "buraco" na camada de ozônio, alertando o mundo sobre a gravidade do problema.

**O "buraco" no Norte** - No pólo Sul, a destruição da camada de ozônio só ocorre no princípio de outubro, quando a luz começa a reaparecer depois de seis meses de escuridão total. A partir desse momento, a "espessura" da camada de ozônio costuma diminuir em 50% num período de oito semanas, passando de 3 milímetros para 1,5 milímetro, isto numa superfície de aproximadamente 14 milhões de km<sup>2</sup>.

Hoje, esse componente da atmosfera - 90% dele localizados entre 15.000 e 35.000 metros de altitude - está sendo perturbado por diversos fatores.

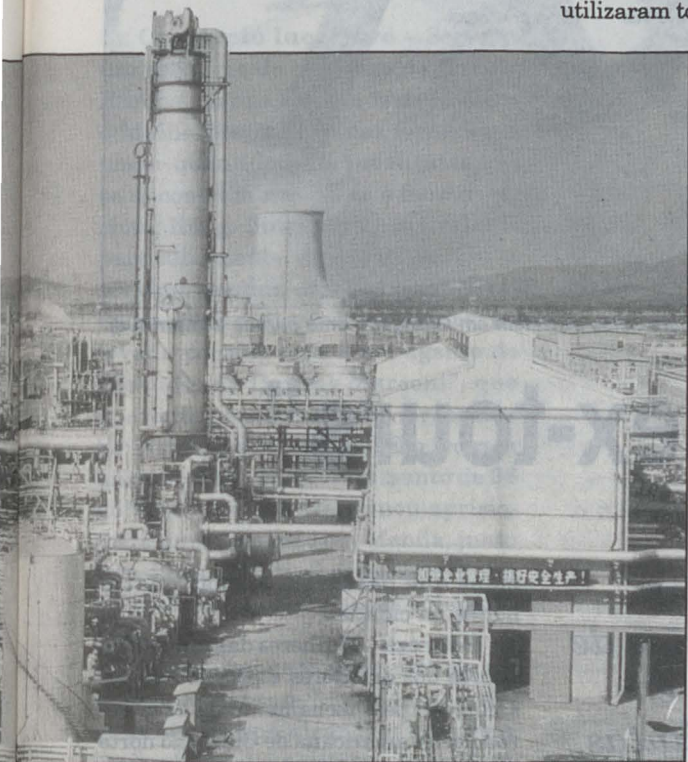
No pólo Norte, o fenômeno é mais complexo, pois as temperaturas são em média dez por cento mais altas que as do pólo Sul. Os cientistas europeus verificaram, por exemplo, que a camada de ozônio diminui rapidamente entre o inverno e o verão boreal, criando um efeito estufa que está desorganizando o clima dos países temperados.

A análise dos estudos concluídos em Kiruna poderá confirmar neste particular se a erupção do vulcão Pinatubo, nas Filipinas, em junho de 1991, que lançou 30 milhões de toneladas de poeira até 24.000 metros de altura, teve consequências no regime climático do Ártico.

**Um "vilão" chamado CFC** - De qualquer modo, não há mais dúvidas de que os CFCs desempenham um papel fundamental na destruição da camada de ozônio. Ora, os Estados Unidos são o maior produtor mundial dessas moléculas, seguidos dos países industrializados na Europa e do Japão. Alertados pelos cientistas norte-americanos sobre as consequências deste fenômeno, o presidente George Bush resolveu tomar uma série de iniciativas para limitar a poluição industrial de forma drástica.

Porém, será também necessário mudar o estilo de vida das populações do hemisfério Norte, limitando ou simplificando a produção de aparelhos domésticos modernos, entre outras medidas. A mais importante revista semanal da França, *L'Express*, de tendência conservadora, admitiu em recente artigo: "É nos países do hemisfério Norte, que muitas vezes dão lições de ecologia aos demais, que os CFCs são mais empregados."

Em 1987, convocadas pela ONU em Montreal, as grandes empresas industriais assinaram conjuntamente com os Estados um protocolo pelo qual se comprometeram a reduzir a produção dos CFCs até o ano 2000. Três anos mais tarde, em Londres, elas aceitaram, com bastante resistência, suprimi-los totalmente antes do final deste século. Mesmo no caso de que se decida antecipar esta data, teremos de esperar até o ano 2050 antes que os CFCs voltem a ter a mesma concentração no ar que tinham em 1979. ■



culpadas pelo "buraco" na camada de ozônio

(European Arctic Stratospheric Ozone Experiment -Easoe) reuniram mais de 250 cientistas e técnicos de 14 países do velho continente. Em cooperação com os Estados Unidos, Japão e Nova Zelândia, essa equipe realizou os mais importantes estudos jamais feitos para medir e compreender os fenômenos que estão conduzindo à destruição do ozônio em cima do pólo Norte.

As conclusões definitivas da Easoe só serão conhecidas em setembro próximo. Desde já, porém, os dados colhidos permitem afirmar que o "buraco" na camada de ozônio é maior no hemisfério norte do que no hemisfério sul. Mais



Com a desativação de Clark, muitas prostitutas foram para Cebu (acima, duas delas assistem em Olongapo uma parada de marines)

## De volta os "sex-tours"

**Edmund Coronel**

**C**erca de uma década depois de proibidos os *sex-tours* internacionais, estão surgindo novamente prostíbulos para japoneses ricos em Cebu, a segunda cidade mais importante das Filipinas. Fortes protestos da igreja e de grupos de mulheres conseguiram a proibição dos *sex-tours* japoneses nas décadas de 70 e 80, que acreditava-se serem preparados e financiados pela organização mafiosa japonesa *Yakuza*.

A proibição fez com que a *Yakuza* mudasse a administração do negócio e começasse a induzir mulheres filipinas a exercer a prostituição no Japão, qualificando-as de "acompanhantes" para burlar as leis de imigração japonesas.

Mas agora as autoridades afirmam que o negócio voltou a se instalar, e que se retomaram os *sex-tours* na província de Cebu, no centro das Filipinas, que está se transformando na capital deste tipo de comércio.

*Proibidas há dez anos, as excursões de japoneses ricos em busca de prostitutas filipinas voltam a surgir, desta vez promovidas pela organização mafiosa Yakuza*

Jovens japoneses em busca de um fim de semana erótico viajam até Cebu em vôos diretos do Japão, inaugurados recentemente, e são transportados do aeroporto até as praias da ilha. Segundo o Departamento de Turismo da cidade, cerca de cem mil turistas japoneses visitaram Cebu, e 65% deles eram ho-

mens que passaram apenas quatro noites na cidade.

**Pobreza** - Mulheres das províncias pobres dos arredores e prostitutas desalojadas pelo fechamento da base aérea norte-americana de Clark, no norte das Filipinas, estão chegando em grande número aos bordéis de Cebu.

Em 1991, o número de "trabalhadoras do sexo" registradas no Departamento de Saúde da cidade superou a marca de duas mil, 20% a mais que no ano anterior. No entanto, há muitas prostitutas que não se registram no Departamento de Saúde.

A polícia local afirma que sete dos grandes bordéis de Cebu fazem negócios ou são financiados pela *Yakuza*. Autoridades policiais manifestaram preocupação com o retorno dos *sex-tours* e afirmam que a organização substituiu as suas operações anteriores com drogas nas Filipinas pela prostituição, devido à forte concorrência que o narcotráfico representa para a máfia local.



Enquanto a economia filipina continuar estagnada, com 9% de desemprego, haverá milhares de famílias cujas mulheres serão obrigadas a trabalhar. E apesar dos riscos evidentes, muitas se apressam em aceitar trabalhos no exterior.

A socióloga Rosario del Rosario, coordenadora do Centro de Pesquisas da Mulher da Universidade das Filipinas, afirma que a raiz do problema é a pobreza. "A prostituição se transformou numa opção racional frente à fome".

**Comércio lucrativo** - Segundo um relatório do conselho do Comitê Europeu para a Igualdade de Homens e Mulheres, as Filipinas fornecem a maior quantidade de prostitutas que se encontram nos bares e bordéis de Hong Kong, Singapura, Austrália e, particularmente, do Japão.

Uma menina de 13 anos que trabalha sob o codinome de "Jennie" foi levada por sua mãe a um agente do "Estúdio de Danças Marconi", que aparentemente se dedica a recrutar bailarinas para o Japão. Em troca, a mãe recebeu um adiantamento de 38 dólares. "Jennie" terminou aprisionada numa mansão em Manila, junto com outras 100 mulheres, onde foram obrigadas a realizar danças pornográficas.

Aparentemente, este tipo de comércio é bastante lucrativo. As virgens são as que alcançam os preços mais altos, que oscilam entre 189 a 755 dólares por noite. Os bares cobram uma quantia adicional de 11 a 38 dólares por mulher. Os lugares elegantes têm tarifas acima de 226 dólares. A renda *per capita* das Filipinas é de 350 dólares.

Além da *Yakuza*, outras organizações criminosas, de Hong Kong e de Taiwan, estão envolvidas com o negócio da prostituição nas Filipinas. As autoridades policiais são frequentemente incapazes de deter estas atividades porque políticos e funcionários governamentais impedem as investigações. Como disse o comissário nacional de polícia, Edgar Dula Torres, "quando fala o dinheiro, todos escutam".

# Adultério à coreana



*Governo provoca polêmica ao apresentar um projeto que diminui de dois para um ano de prisão a pena por adultério*

**Suvendrini Kakuchi**

**A**s vésperas do século XXI, o adultério deve ser ainda considerado um delito passível de prisão? Nesse caso, qual deve ser a pena para o infiel?

Essas questões, aparentemente já anacrônicas nos tempos que correm, não estão em discussão em alguma remota tribo africana, mas num dos mais modernos países do sudeste da Ásia: a Coréia do Sul.

Desde que o governo apresentou um projeto suavizando a atual lei de adultério, o país mergulhou em um grande debate.

Se for aprovado, a partir de 1995 as pessoas condenadas por crime de adultério passariam a cumprir pena de um ano de prisão, no lugar dos dois anos previstos atualmente.

Apesar da vigorosa campanha de rapazes e algumas mulheres para abolir a lei, o adultério continua sendo um delito nesta nação do sudeste asiático. Para muitos, a atual legislação não deve ser mudada pois é um importante instrumento de defesa para as mulheres casadas.

Em uma tentativa de agradar a gregos e troianos, o governo mantém a punição, mas trata de reduzir a pena. Isso explica o fato da versão "suavizada" da lei ter partido do Ministério da Justiça.

**Assunto polêmico** – Não é de hoje que o debate sobre a inclusão do adultério como delito no código penal da Coreia do Sul tem despertado polêmica.

Pesquisas recentes indicam que mais da metade dos consultados – na sua maioria homens e mulheres adultos – opõe-se decididamente à mudança na lei, principalmente porque a vêem como uma forma de proteger os direitos das mulheres.

Já uma enquete realizada entre quase três mil jovens mostrou que muitos, em especial os que viajam a trabalho a países do Oriente Médio, querem a manutenção da lei por considerar que suas mulheres os traem durante sua ausência.

Essa, porém, parece não ser a opinião da maioria dos jovens, para os quais a lei não tem mais razão de ser. Segundo esses rapazes, salvar um casamento através de uma ação punitiva é "uma autoderrota moral".

Os defensores da lei dizem concordar com os jovens, embora os acusem de estar sob influência de tendências ocidentais. Porém, insistem em que os valores coreanos tradicionais devem ser defendidos.



O apego à tradição, aliás, é uma das marcas da sociedade coreana. Num país onde se ensina às mulheres a serem devotadas a seus maridos, uma esposa precisa de muita coragem para iniciar um processo de adultério contra seu companheiro. Por isso, muitas esposas ricas aceitam em silêncio as amantes de seus maridos como uma fatalidade.

Dos 13 a 18 mil casos de adultério denunciados a cada ano, apenas dez por cento terminam realmente em um processo, segundo fontes legais em Seul. A maioria dos casos é resolvida fora da corte, mediante um acordo financeiro.

**A situação das mulheres** – Até o começo do século XX, as mulheres coreanas tinham poucas alternativas além do casamento e da dedicação de toda sua vida aos maridos. A influência cristã mudou algumas das regras, mas o progresso foi lento.

Hoje, apesar do custo do divórcio ser muito baixo na Coreia do Sul, poucos casais se separam devido ao estigma social que marca os casamentos desfeitos.

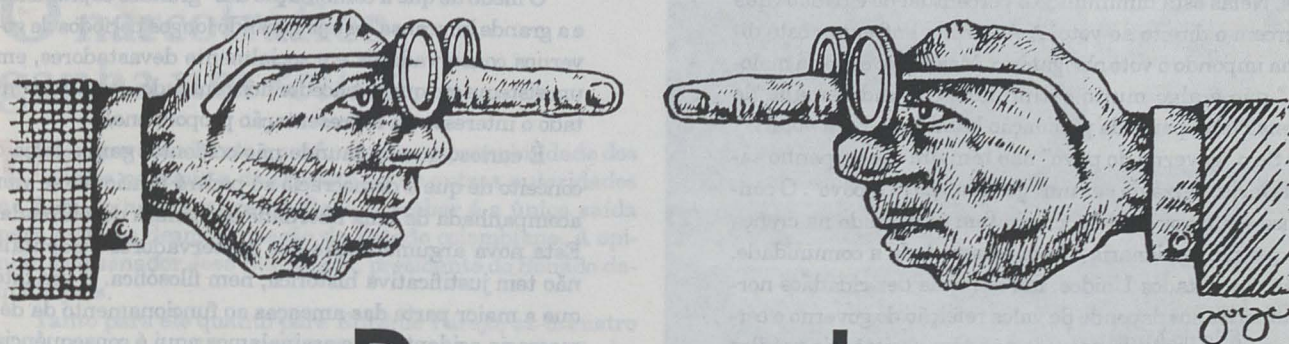
Nas raras ocasiões em que se chega ao divórcio, as mulheres saem prejudicadas. As somas de dinheiro destinadas à pensão alimentícia dos filhos são mínimas e na maioria dos casos as mães perdem a tutela das crianças.

O professor de sociologia Son Tok Su, da universidade feminina Hyosung, explica que a sociedade coreana se industrializou rapidamente, "mas a lei de adultério permaneceu porque os direitos da mulher ainda têm que percorrer um longo caminho".

Essa opinião é compartilhada por muitas mulheres. "A lei me agrada", declarou Choi Kum Son, uma dona-de-casa sul-coreana de 42 anos que vive em Tóquio. "É a única defesa que temos contra os maridos infiéis". Para ela, "muitas coreanas vêem a lei de adultério como um método indispensável para proteger seus direitos, pois a sociedade coreana continua sendo um mundo de homens".

Apesar disso – ou por isso mesmo – recentemente as mulheres coreanas decidiram intensificar sua luta pela igualdade. Em princípios de junho, elas pediram ao Ministério da Justiça que mudasse o texto da lei e qualificasse o adultério como um ato de violência contra as mulheres. Pediram também que os menores de 16 anos pudessem servir de testemunhas.

*A suavização da lei de adultério está dividindo a sociedade coreana. A maioria das mulheres ainda considera a lei um importante instrumento para proteger seus direitos*



# Democracia : de quem e para quem?

**Erskine Childres\***

**Q**uando os países do Terceiro Mundo e da Europa oriental adotarão sistemas democráticos inspirados no modelo ocidental? Esta pergunta, que é feita tão frequentemente, põe em evidência o poder do Ocidente e o controle que exerce sobre os meios de comunicação do planeta. E nos leva a temer que, como acontece com o modelo de desenvolvimento ocidental, o modelo democrático seja aplicado automaticamente nos demais países, sem levar em conta as especificidades locais.

A democracia ocidental está muito bem-formulada no plano dos princípios. Em um artigo recente o ex-presidente da Tanzânia Julius Nyerere descreve a definição de democracia de Abraham Lincoln – o governo do povo, para o povo e pelo povo – como a mais sucinta e mais universalmente aceita. Mas Nyerere assinala que a definição do presidente Lincoln não diz como os povos devem se organizar para exercer seu próprio governo.

Mesmo no âmbito ocidental a experiência sobre este aspecto é muito limitada. A democracia, definida pelo direito ao voto de todos os cidadãos adultos, funciona há menos de 70 anos, apenas um piscar de olhos da história.

Embora o Ocidente tenha alcançado níveis sem precedentes de educação pública e acesso à informação, seu debate político está sendo reduzido a ruídos ele-

trônicos sem sentido misturados com truques idealizados por especialistas em campanhas eleitorais.

Uma nova indústria política promove os candidatos como se fossem estrelas e os partidos políticos como marcas de manteiga para o café da manhã, com engenhosos anúncios na televisão que custam milhões de dólares.

O pobre e honesto Abraham Lincoln não teria hoje nenhuma chance de vencer uma eleição. As campanhas estão se tornando muito caras e exigem que os candidatos se submetam a um esquema moralmente repugnante. O cenário político está sendo inundado por candidatos medíocres do ponto de vista intelectual, mas que se vêem bem na televisão, dirigidos por fabricantes de imagem, e patrocinado por interesses particulares.

Segundo o ideal ocidental, uma imprensa livre e vigilante, aliada à ação de cidadãos emancipados e responsáveis, eliminaria os governos corruptos ou incompetentes, assim como teria controle sobre a corrupção e os desvios de dinheiro de funcionários públicos.

Nesses países, supõe-se que a imprensa é livre. E todos os adultos podem votar. Mas a corrupção continua aumentando, sempre às custas dos pobres.

A constatação destas realidades faz com que cresça perigosamente o pessimismo e o cinismo em torno da política e dos "políticos", em todas as sociedades ociden-

*A grande maioria dos ditadores do Terceiro Mundo pós-colonial, que agora os líderes ocidentais criticam, foram financiados e armados por seus serviços de informação*

tais. Nelas está diminuindo o percentual de cidadãos que exercem o direito ao voto. A Austrália enfrentou este dilema impondo o voto obrigatório. Mas o "governo da maioria" não é algo muito estimulante quando emana de apenas uma parte da população habilitada para votar.

Se o "governo do povo" não tem um desempenho satisfatório, deixa de ser um "governo para o povo". O consenso em favor da democracia tem se apoiado na crença de que proporcionaria o bem-estar a toda a comunidade. Mas nos Estados Unidos, um em cada dez cidadãos norte-americanos depende de vales refeição do governo e cerca de 38 milhões de pessoas não têm assistência médica de nenhum tipo. Considerando o Ocidente em seu conjunto, o número de desempregados, pobres, desnutridos e desamparados aumenta a passos largos.

Já não é tão fácil argumentar que isto "não é culpa do sistema" e que os cidadãos "estão recebendo os resultados das políticas econômicas aprovadas pela maioria deles". Na realidade, a nova formação estrutural do sistema poderia começar a favorecer a perpetuação no poder de fórmulas de capitalismo desregulado.

O enorme custo das campanhas, aliado ao fato de que os meios de comunicação estão em mãos das corporações, dificulta o acesso dos políticos da classe trabalhadora aos eleitores. Os sindicatos têm sido enfraquecidos em muitos países por governos de direita. O tratamento que a imprensa conservadora dá aos temas econômicos obriga os social-democratas a adotar posições cada vez mais de centro.

Os enraizados preconceitos conservadores que exibem as democracias ocidentais poderiam ser explicados em parte pela influência das pesquisas de opinião que antecedem às eleições, as quais colocam de forma por demais simplista complexos assuntos econômicos e sociais, contribuindo para desvirtuar o debate.

As enquetes realizadas horas antes das eleições, prognosticando a derrota dos candidatos progressistas, podem fazer com que aqueles que iriam votar neles nem sequer se dêem ao trabalho de ir até sua zona eleitoral. Poucos países seguem o exemplo da França, que proíbe toda pesquisa nos dias que antecedem às eleições.

Só impondo rígidos limites aos fundos de origem privada que os candidatos podem receber — junto a uma adequada verba de fundos públicos para as campanhas — se poderá deter a abominável tendência atual, que terminará transformando as eleições em um terreno exclusivo dos ricos ou de políticos voltados única e exclusivamente para seus interesses particulares.

O medo de que a combinação dos "grandes capitalistas e a grande imprensa" esteja gerando longos períodos de governos conservadores — e socialmente devastadores, em um sistema em que o vencedor fica com tudo — tem aumentado o interesse na representação proporcional.

É curioso que no mundo não-ocidental ganhe força o conceito de que a democracia só poderá funcionar se vier acompanhada de uma liberdade econômica desenfreada. Esta nova argumentação dos conservadores ocidentais não tem justificativa histórica, nem filosófica. É um fato que a maior parte das ameaças ao funcionamento da democracia ocidental que assinalamos aqui é consequência do impacto do capitalismo nas sociedades ocidentais e em suas instituições políticas.

A social-democracia corre o risco de ser esmagada entre as convulsões das economias centralizadas em falência e um capitalismo sem princípios, que muitos líderes ocidentais pregam como uma nova religião.

Mas este caminho conduzirá ao tipo de fundamentalismo que pode acabar com a democracia, assumida ele a forma de um autoritarismo cristão, de um novo tipo de fascismo encarnado por brancos racistas, ou de um islamismo ultraconservador.

É assim que a busca da democracia por parte de centenas de milhões de pessoas se depara hoje com um quadro extremamente vulnerável.

Ironicamente, a responsabilidade por tal situação reside no comportamento tradicionalmente antidemocrático do Ocidente em

terras alheias. O assédio militar das potências ocidentais para derrubar a Revolução Russa de 1917 ajudou a justificar a opressão stalinista.

O colonialismo ocidental negou por muito tempo à maioria da Humanidade qualquer oportunidade de solidificar uma democracia baseada num modelo próprio. E a grande maioria dos ditadores do Terceiro Mundo pós-colonial que agora os líderes ocidentais criticam foram financiados e armados por seus serviços de informação.

Aqueles que hoje procuram encontrar seu próprio caminho merecem uma interpretação menos ideológica e menos arrogante do modelo da democracia ocidental. Para serem coerentes com sua profissão de fé democrática os líderes das potências ocidentais deveriam pôr fim às intervenções veladas e outras formas de pressão sobre os demais países, deixando-lhes espaço para desenvolver endogenamente formas de livre governo.

\* Erskine Childres é jornalista e escritor, autor do livro "The road to Suez" (O caminho para Suez) e foi alto funcionário das Nações Unidas.

*A social-democracia  
corre o risco de ser  
esmagada entre  
as convulsões das  
economias centralizadas  
em falência e um  
capitalismo sem princípios,  
que muitos líderes  
ocidentais pregam como  
uma nova religião*

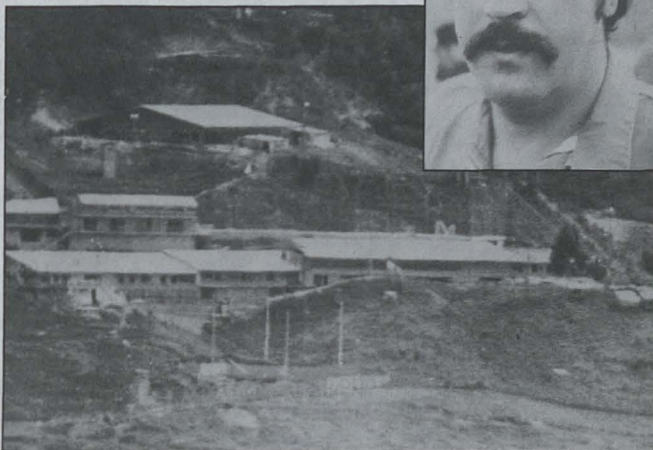
## COLÔMBIA O narcotráfico ganha um round

Uma apuração isenta e profunda da responsabilidade dos chefes policiais e do exército ou de outras autoridades na fuga do narcotraficante Pablo Escobar é a única saída para evitar a desmoralização do Estado colombiano. A opinião é do senador José Blackburn, presidente do Senado daquele país.

Tanto para ele quanto para Enrique Parejo, ex-ministro de Justiça, e para Juan Gómez Martínez, governador do departamento de Antioquia (onde fica a cidade de Medellín), a fuga do poderoso chefe do narcotráfico colombiano representou um sério revés para a política do governo.

Eles temem que agora possa recrudescer a guerra entre as quadrilhas que disputam o tráfico de entorpecentes e, pior, que os Estados Unidos possam adotar represálias, sobretudo no plano econômico. Isto porque Washington reclamava a extradição de Escobar, para julgá-lo pela acusação de narcotráfico. Mas o governo de César Gaviria preferiu negociar com ele, comprometendo-se a não entregá-lo às autoridades norte-americanas se ele se submetesse à legislação do país.

Escobar e nove de seus cúmplices fugiram da prisão de alta segurança de Envigado quando o governo informou que estava prevista a sua transferência para uma guarnição militar. Essa medida indicava um endurecimento de Gaviria



Envigado: a fuga de Escobar foi um sério revés para o governo

em relação aos chefes da máfia da cocaína após ter sido informado de que Escobar continuava dirigindo os seus negócios ilícitos de dentro da prisão.

Como o narcotraficante tinha se entregue às autoridades confiando em poder ficar em Envigado — onde dispunha de conforto, além de eficientes vias de comunicação com os seus subordinados —, considerou que era chegada a hora de romper o pacto com Gaviria. E com a sua decisão deixou clara a fragilidade do governo colombiano e o alto poder corruptor dos narcodólares.

Com mais de uma década de intervenção nos assuntos salvadorenhas, os Estados Unidos podem agora ajudar a consolidar o processo de paz. Tudo depende da boa vontade que mostre a administração Bush na liberação da informação acumulada sobre a atuação do Exército durante a guerra civil.

O governo norte-americano investiu mais de um bilhão de dólares em atividades de informação durante a guerra em El Salvador e possui detalhes da atuação de praticamente todos os altos oficiais do país.

Essa informação está em poder da CIA e do Departamento de Estado e será vital para o trabalho das duas comissões de inquérito criadas em decorrência dos acordos de paz assinados em janeiro. Na ocasião, o governo de Alfredo Cristiani e a Frente Farabun-

EL SALVADOR

## À espera da verdade



Os batalhões de elite (foto) estão sendo desmobilizados

do Martí de Libertação Nacional (FMLN) se comprometeram a criar as Comissões Ad Hoc e Verdade.

A Comissão Ad Hoc, integrada por três salvadorenhas independentes, tem

como missão analisar os registros dos militares para formular recomendações que orientarão o processo de depuração das Forças Armadas. A Comissão Verdade, formada por três personalidades

estrangeiras e presidida por Belisario Betancur, ex-presidente da Colômbia, está investigando os crimes contra os direitos humanos cometidos durante a guerra civil.

Enquanto isso, cinco batalhões contra-insurgentes das Forças Armadas salvadorenhas, criados com assessoria dos Estados Unidos, começaram em julho o processo de dissolução. Esses batalhões, de mil homens cada um, e o forte crescimento da força aérea foram os grandes responsáveis pelos massacres da população civil, um dos aspectos mais cruéis da guerra civil em El Salvador.

A dissolução dessas unidades de elite também faz parte do acordo assinado em janeiro entre o governo e as forças rebeldes. Segundo estimativas oficiais, a guerra civil salvadorenha deixou mais de 75 mil vítimas.



## ÁFRICA Unidade econômica ameaçada

**D**esacordos entre as regiões que formam a ACP estão colocando em risco o futuro deste organismo que reúne os países da África, Caribe e o Pacífico (daí a sigla ACP, com o nome dessas três regiões). Fontes diplomáticas acham que esse grupo – composto por 46 países africanos, 15 do Caribe e oito do Pacífico – não sobreviverá ao fim do acordo comercial com a Comunidade Européia, conhecido como Convenção de Lomé, que vai até o ano 2000. Esse acordo, assinado em 1975, estabelece condições preferenciais de comércio entre as antigas potências coloniais européias e suas ex-colônias na África, Ásia e Caribe.

As divergências começaram com uma proposta dos Estados africanos de serem reconhecidos como quatro regiões, em lugar de uma só. Também reivindicaram que as decisões dentro da ACP fossem adotadas por votação e não mais por consenso.

Os países caribenhos receiam que, se

essas medidas forem aceitas, o organismo ficará à mercê dos interesses dos africanos. Sob o regulamento atual, a presidência da ACP é rotativa, ficando a cada ano com uma das regiões que compõem o acordo. Caso a proposta africana entrasse em vigor, a maioria das vezes o presidente pertenceria a esse grupo de nações.

Por outra parte, a aceitação da proposta significaria uma alteração na letra do Acordo de Georgetown, assinado em 1974, que estabelece um contexto legal para os países ACP e define os meios para que a Convenção de Lomé possa atingir os seus objetivos.

Mas o secretário-geral da Associação, o etíope Berhane Ghebay, argumenta que a falta de unidade entre as quatro áreas geográficas – que impede os africanos de agirem de comum acordo – nunca permitiria que a África controlasse o organismo, como temem os representantes das outras regiões que formam o Acordo de Lomé.

## MALAUÍ

*Mais de três mil pessoas, detidas pela polícia em abril depois de manifestações de estudantes e operários, continuam presas sem julgamento no Malauí. Para os líderes da oposição, este fato comprova que, apesar dos esforços internos e externos para promover reformas no governo, a única*

*solução para melhorar a situação dos direitos humanos no país é a mudança de regime.*

*Desde a sua independência da Inglaterra, em 1964, esta nação da África Austral é governada pelo presidente vitalício Kamuzu Banda, sob regime de partido único.*

*Em abril, a Igreja católica emitiu uma carta pastoral na qual, pela primeira vez durante a gestão de*

*Banda, denunciou os excessos do governo e pediu mudanças políticas.*

*No entanto, o presidente não reconhece a necessidade de reforma. No seu discurso pelo 28º aniversário da independência, Banda garantiu que o povo “está feliz e em paz com seu sistema político. A maioria tem convicções políticas e não quer nenhuma mudança na nossa Constituição”.*

## NAMÍBIA

**Em visita a Washington, o primeiro-ministro da Namíbia, Hage Geingob, alertou para as dificuldades que a democracia pode enfrentar neste país da África Austral, caso os países industrializados, e os Estados Unidos em particular, não apóiem economicamente o governo namibiano.**

Desde 1990, quando a Namíbia obteve sua independência da África do Sul, Washington vem reduzindo a ajuda ao país. Em 1991, os EUA destinaram apenas sete milhões de dólares à ajuda para o desenvolvimento e 10 milhões para equilibrar o balanço de pagamento. Este ano, a ajuda dos EUA continuará sendo de sete milhões, enquanto a assistência se reduzirá a cinco milhões de dólares. “Estamos sendo marginalizados como de costume”, afirmou o primeiro-ministro, reiterando os protestos dos países africanos, que garantem não estar recebendo o mesmo tipo de atenção e ajuda por parte dos países industrializados que recebem os países da ex-União Soviética.

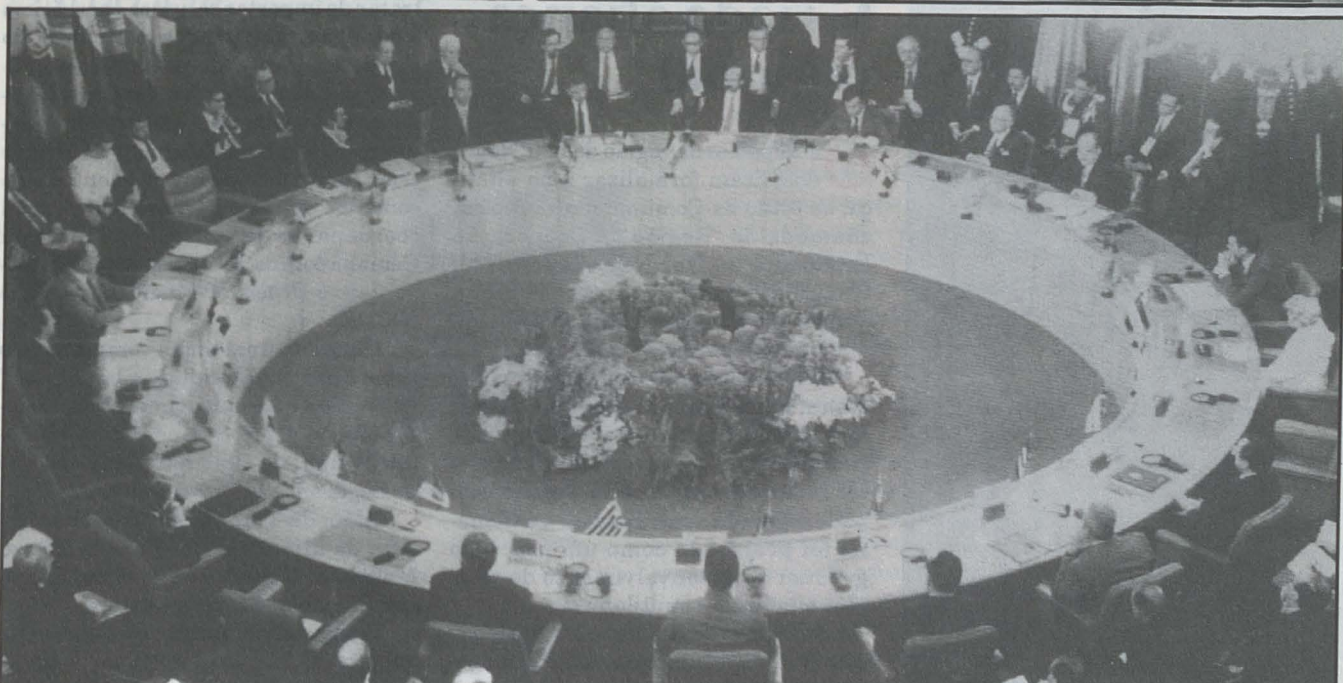


### *Novo presidente*

*O ex-vice-presidente Shankar Dayal Sharma (de branco) toma posse como nono presidente da Índia, em substituição a Ramaswamy Venkataraman*

### *Morre dirigente libanês*

*Simpatizantes carregam o caixão do ex-presidente Suleiman Frangieh, morto em julho de ataque cardíaco. Frangieh governou o país de 1970 a 1976, época do início da guerra civil libanesa*



### *Momento histórico*

*Presidentes de 19 países participam em Madri do II Encontro de Cúpula Ibero-Americano (os mandatários do Peru, Colômbia e Venezuela não compareceram devido a problemas em seus países)*

## ILHAS KURILAS Acordo ainda distante

Os diplomatas russos e japoneses que estiveram reunidos em meados de julho em Tóquio não obtiveram progressos na disputa territorial que envolve as ilhas Kurilas, localizadas na costa norte do Japão, entre o mar de Ojotsk e o oceano Pacífico. Ocupadas em 1945, ao final da II Guerra Mundial, pela União Soviética, as ilhas Iturup, Kunashir, Shikotan e Habomai do grupo das Kurilas, foram anexadas por Moscou em 1946, e continuam sendo um ponto de atrito entre os dois países até os dias de hoje.

Em fins de 1972, o Japão impôs a devolução das quatro ilhas como condição indispensável para assinar a paz. Numa flexibilização de sua posição, há pouco tempo os japoneses propuseram que a Rússia, herdeira do território reclamado, comece por transferir para o Japão duas das Kurilas, Habomai e Shikotan, cuja devolução já havia sido tratada em 1956, embora nunca tenha sido cumprida.

O vice-chanceler russo, Georgy Kunadze, garantiu que seu país está estudando as propostas japonesas para resolver a disputa territorial, numa aparente mostra de flexibilidade por parte do Kremlin.

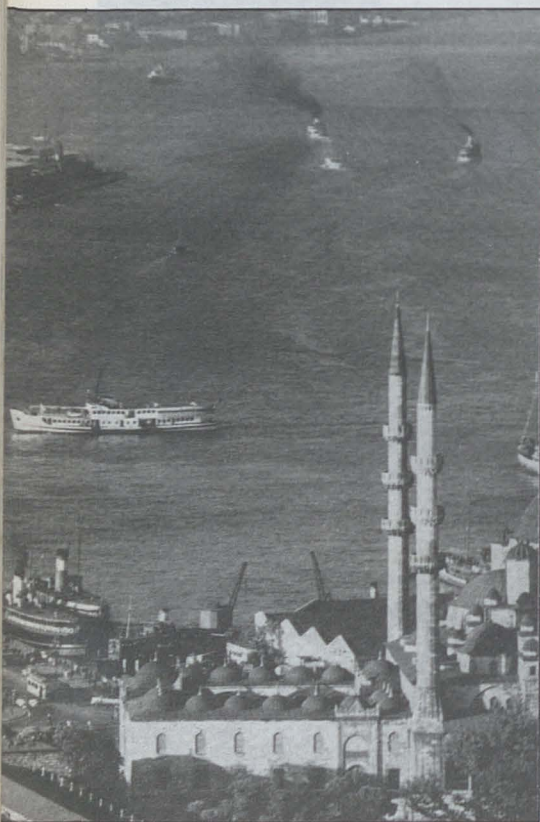
O governo de Boris Yeltsin apresentou um plano de três etapas para a devolução das Kurilas ao Japão, que fracassou por ter sido apresentado prematuramente.

No entanto, qualquer tentativa de devolver as ilhas ao Japão enfrentaria a resistência dos círculos nacionalistas e mi-



litares russos. O jornal *Krasnaya Zvezda*, porta-voz do Exército, publicou uma análise que defende a necessidade estratégica de reter as ilhas. De acordo com o jornal, até os peritos militares japoneses estão de acordo com a importância das Kurilas para a frota russa do Pacífico.

O presidente russo Boris Yeltsin viajará em setembro ao Japão. Segundo analistas internacionais, o encontro tinha grandes possibilidades de deixar frutos concretos. Mas, o vazamento, em meados de julho, de um plano de "três etapas" elaborado pelo governo russo para devolver as quatro ilhas ao Japão, "imobilizou" politicamente o presidente Yeltsin, lançando dúvidas sobre o sucesso da viagem.



Estambul: local da assinatura do acordo

## MAR NEGRO Criada aliança regional

Os 11 países da região do mar Negro decidiram formalizar uma aliança, ao estilo da Comunidade Européia, chamada de "Região de Cooperação Econômica do Mar Negro" (Cemane). Seu principal objetivo será promover a cooperação econômica para o desenvolvimento dos países da zona.

Fontes diplomáticas turcas enfatizaram que a Cemane não pretende se tornar uma alternativa à Comunidade Européia (CE). Ao invés de se estabelecer como uma organização supranacional — seguindo o perfil da CE —, a Cemane foi projetada como um processo gradual de desenvolvimento de relações bilaterais e multilaterais.

Suas prioridades serão a cooperação nas áreas de transporte, telecomunicações, informação, ambiente e fornecimento de energia.

Segundo ficou acertado, a Turquia — o principal impulsionador do acordo — teria que suprir seus sócios com todo

tipo de produtos básicos e serviços, e tratar de importar recursos energéticos e bens manufaturados dos países do mar Negro.

O governo turco, ao citar as dificuldades financeiras das ex-repúblicas soviéticas, também defendeu a idéia de criar um "banco de investimentos e de comércio exterior do mar Negro", para coordenar os recursos econômicos da Cemane com os da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O projeto final inclui compromissos sobre "paz, estabilidade e bem-estar" na região e o desenvolvimento da cooperação econômica, segundo a linha do capítulo final de Helsinki e do Conselho de Segurança e Cooperação Européia.

Além da Turquia e Rússia, participam da aliança a Geórgia, Armênia, Moldávia, Ucrânia, Azerbaijão, Bulgária, Romênia, Grécia e Albânia.

A Iugoslávia, país que se encontrava entre os membros originais do projeto, foi excluída depois das disputas acerca da aliança entre Sérvia e Montenegro (a qual reclamou o posto iugoslavo) e devido aos protestos por suas operações na Bósnia-Herzegovina.



## PERU De mal a pior

**O** julgamento dos acusados de atos terroristas por tribunais militares e não mais civis foi a resposta do presidente Alberto Fujimori à onda de atentados do Sendero Luminoso que, em apenas uma semana de julho, deixou 39 mortos. Considerados traidores da pátria, esses terroristas poderão ser condenados à pena capital.

Fujimori teve que se dobrar às pressões que sofria para endurecer as medidas contra os senderistas e prorrogou o estado de emergência por mais 60 dias. Mas poucos acreditam que a queda-de-braço com o Sendero Luminoso possa se tornar mais fácil daqui para frente, mesmo com o maior rigor nas punições aos culpados.

Aconteça o que acontecer, a fragilidade de Fujimori ficará ainda mais clara. Quando ele

fechou o Congresso em 5 de abril passado, alegou dois motivos para o autogolpe de Estado – a corrupção e o crescente poder do terrorismo – prometendo acabar com ambos. No caso da corrupção, a censura impede os meios de comunicação de fazer denúncias, mas o aumento do terrorismo é impossível de esconder.

O fato é que a popularidade do presi-

dente peruano está declinando. A falta de resultados na luta contra o Sendero Luminoso e o crescente medo que a situação de violência gera na população, somados aos cortes cada vez mais drásticos de água e eletricidade e ao racionamento de alimentos em Lima, a capital, estão levando o povo a não acreditar mais nas promessas de Fujimori.

Nem mesmo indicadores econômicos favoráveis o presidente peruano está em condições de mostrar. Em maio, o PIB caiu 8,5% em relação ao ano passado e, em junho e julho, tudo indica que a queda foi ainda mais acentuada. A inflação também não ajuda: mesmo baixa em relação à de alguns dos países vizinhos, ela aumentou para 3,6% em junho, 0,4% maior de que a de abril. A diminuição da ajuda externa contribuiu muito para a deterioração dos indicadores econômicos, e a pressão em favor da redemocratização deve continuar.



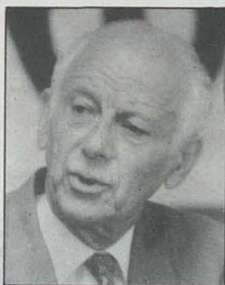
Lima viveu a pior onda de atentados realizados pelo Sendero

## EQUADOR

O arquiteto Sixto Durán Ballén, do Partido Unidade Republicana (PUR), novo presidente do Equador, reafirmou sua confiança nas idéias neoliberais e rejeitou a política estatizante.

Durán Ballén prometeu que as medidas de ajuste que adotará não terão um impacto negativo nos setores populares porque serão compensadas através de decretos de caráter social. Mas a queda da inflação será, segundo ele, a primeiríssima prioridade do seu governo.

Resta ver se o novo presidente, que só conta com 13 cadeiras no Congresso (de 72 lugares), conseguirá estruturar uma maioria parlamentar que lhe permita governar. O Partido Social Cristão (PSC) do adversário de Durán no segundo turno, Jaime Nebot, tem 21 deputados e se transformou na primeira força política no poder legislativo. O PUR foi criado por Durán para poder candidatar-se após ter perdido a nomeação para Nebot, seu colega de partido no PSC.



Sixto Durán Ballén

## HONDURAS

As Forças Armadas de Honduras, pequeno país da América Central, reagiram "indignadas" diante da denúncia do jornal norte-americano *The Washington Post*, sobre uma suposta malversação dos fundos destinados pelos Estados Unidos ao país durante a década de 80. Segundo o jornal, que publicou a denúncia depois de uma entrevista com o presidente hondurenho Rafael Callejas, os Estados Unidos investiram em Honduras 1,4 bilhão de dólares em ajuda econômica e militar.

O chefe das Forças Armadas, general Luis Alonso Discua, declarou que a assistência militar não veio em dinheiro, e sim em material bélico ou equipamento militar, e que essa ajuda não foi mal administrada.

O ex-presidente hondurenho, Roberto Suázo Córdova, que governou o país de 1982 a 1985, garantiu que durante a sua administração não houve nenhum indício de fundos mal empregados pelos militares, e que tudo foi destinado a manter a "doutrina de segurança nacional".



COM A POUPANÇA BANERJ MAIS ELE SOMA.



# A BANERJ MAIS

mento para você. Assim, o dinheiro que você deposita, em pouco tempo aparece. Na nova sala de jantar, naquela viagem tão sonhada, num carro novo, no carrinho do bebê que vem por aí. Em tudo que você planejou. Abra

logo a sua Poupança Banerj Mais. Ou, então, vá a sua agência Banerj e transforme já a sua poupança em Poupança Banerj Mais. E vá somando os resultados.

Para quem tem a  
Poupança Banerj Mais  
**GRÁTIS**  
um Seguro de  
Acidentes Pessoais

É SÓ SOMAR.

RIO



Rio do mar, do sol,  
do verde da mata,  
da Pedra, da praia,  
dos shoppings, do chopp,  
do Cristo, do bondinho,  
da cidade menina  
cheia de beleza.

**RIO**-A MARCA DO TURISMO POR NATUREZA.

**RIO** Prefeitura da Cidade